

Rogério Nahas Grijó

A Contribuição de Relatórios de Sustentabilidade para Análise do Desempenho Sócio-Ambiental: Um Estudo de Empresas do Setor de Energia Elétrica

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS

SANTOS
2010

Rogério Nahas Grijó

A Contribuição de Relatórios de Sustentabilidade para análise do desempenho sócio-ambiental: Um Estudo de Empresas do Setor de Energia Elétrica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* em Gestão de Negócios da Universidade Católica de Santos – UniSantos para obtenção do título de Mestre em Gestão de Negócios sob orientação da Prof. Dr. Fernanda Gabriela Borger.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS – UNISANTOS
PROGRAMA DE MESTRADO EM GESTÃO DE NEGÓCIOS

SANTOS
2010

Dados Internacional de Catalogação
Sistema de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS
SibiU

G732c GRIJÓ, Rogério Nahas
A Contribuição de Relatórios de Sustentabilidade para Análise do Desempenho
Sócio-Ambiental: Um Estudo de Empresas do Setor de Energia Elétrica/ Rogério
Nahas Grijó – Santos: [s.n.] 2010.
193f.; 30 cm. (Dissertação de Mestrado – Universidade Católica de Santos,
Programa em Gestão de Negócios)

I. GRIJÓ, Rogério Nahas. II. A Contribuição dos Relatórios de Sustentabilidade
para Análise do Desempenho Sócio-Ambiental: Um Estudo de Empresas do Setor de Energia
Elétrica

CDU 65.01 (043.3)

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelos valores morais e éticos, não só doutrinados, mas exercidos e exemplificados;

A minha esposa, Graziela, pela compreensão, contribuição, dedicação e palavras de apoio e força nas horas de desespero;

Ao nosso filho que está vindo, porque nas horas que pensei em desistir, lembrei que a minha luta não é mais só em causa própria;

Ao nosso filho canino, o *Nick Roberto Lauda*, que sempre vem abanando seu rabo helicóptero, independente do meu mau humor. Ao nosso filho canino que está no céu, o *Tobias* que nos ensinou a lutar até o último suspiro;

Aos meus pais, pelos “empurrões” em momentos decisivos;

A “moça da porta ao lado”, por estabelecer um padrão familiar paradigmático e competitivo;

Aos amigos, porque dissertação se faz com pesquisa, suor, dedicação e também com uma boa dose de cerveja... (principalmente a conclusão...!);

Aos professores, João Eduardo Prudêncio Tinoco, Osvaldo De Sordi, Icaro Aronovich Cunha e Léo Tadeu Robles, pelas orientações e ajuda sempre que necessária;

A minha querida orientadora, Fernanda Gabriela Borger, que independente de qualquer coisa, defendeu nosso trabalho com todas suas energias;

Finalizo agradecendo os funcionários da instituição, mais que auxiliares nessa jornada, foram verdadeiros irmãos, partilhando nossa felicidade, tristeza e todos os momentos da vida acadêmica.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo verificar as formas com que as organizações do setor elétrico brasileiro prestam contas aos *stakeholders*, quais indicadores são prioritariamente evidenciados, e como o desempenho sócio-ambiental e o processo de prestação de contas vêm evoluindo. Entende-se que os indicadores determinam o que as empresas mostram em relação a sua atuação sustentável e socialmente responsável. A partir de critérios pré-definidos por instituições governamentais e não governamentais, estipulam-se parâmetros de análise e princípios com a finalidade de avaliar o desempenho sócio-ambiental das empresas, posteriormente classificam-nas como empresas preocupadas com o meio ambiente e a sociedade, ou não. Trata-se de um estudo de caso (multi-caso), sendo que primeira parte do trabalho será apresentada uma revisão bibliográfica sobre os temas: Responsabilidade Social Corporativa; Desenvolvimento Sustentável; Ferramentas e Instrumentos para medir indicadores sócio-ambientais e contextualização do Setor Elétrico Brasileiro. Na segunda parte, foi realizado estudo de caso propriamente dito na amostra de empresas escolhidas demonstrando os instrumentos que estas utilizam para divulgar os seus indicadores sócio-ambientais. Na seqüência o pesquisador buscou traçar um mapa dos tipos de evidenciação e definiu um “padrão” dos tipos mais comuns. A partir deste mapa, foram definidos indicadores sócio-ambientais para a análise das empresas. Esta análise baseou-se em série histórica, das medidas dos indicadores das empresas, verificando melhora ou piora na performance sócio-ambiental. Pela pesquisa, foi possível concluir que as empresas valorizam o GRI enquanto conjunto de indicadores que mostram a ênfase no tripé meio ambiente, economia e sociedade.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Corporativa. Sustentabilidade. Gestão sócio-ambiental. Setor de Energia Elétrica.

ABSTRACT

This work aims at studying the ways in which the Brazilian electric sector organizations are accountable to stakeholders, which indicators are mainly exposed, and how the social and environmental performance and the process of accountability have evolved. It is understood that the indicators determine what companies show toward its sustainable performance and socially responsible. From pre-determined criteria by governmental and nongovernmental, stipulate to the analysis parameters and principles in order to assess the social and environmental performance of firms, then classify them as companies worried about the environment and society, or not. This is a case study (multi-case), and first part of the work we present a literature review on the topics: Corporate Social Responsibility, sustainable development, tools and instruments to measure the socio-environmental context and the Electricity Sector Sterling. The second part was conducted case study itself in the sample of companies chosen by demonstrating the tools they use to disseminate their socio-environmental indicators. Following the researcher sought to map the types of disclosure and defined a "pattern" of the most common types. From this map, we defined socio-environmental analysis firms. This analysis was based on a series of measures to the companies, checking improvement or deterioration in social and environmental performance. Through research, it was concluded that companies value the GRI as a set of indicators that show the emphasis on the tripod environment, economy and society.

Keywords: Corporate Social Responsibility. Sustainability. Socio-environmental management. Power Sector.

LISTA DE SIGLAS

AA	<i>AccountAbility</i>
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRADEE	Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica
ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
ADCE	Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil
AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AMFORP	<i>American & Foreign Power Company</i>
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APAE	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
APAs	Áreas de Proteção Ambiental
APPs	Áreas de Preservação Permanente
ASMARE	Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais reutilizáveis
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CBIEE	Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica
CBSI	Curso Básico de Segurança da Informação
CCC	Conta de Consumo de Combustível
CDE	Conta de Desenvolvimento Energético
CDP	<i>Carbon Disclosure Project</i>
CEB	Companhia Energética de Brasília
CERs	Certificados de Redução das Emissões
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economics</i>
CESP	Companhia Energética de São Paulo
CETESB	Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental
CFC	Clorofluorcarbono

CICE	Comitê de Conservação de Energia Interna
CIPA	Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNAE	Conselho Nacional de Águas e Energia
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
COHAB	Companhia de Habitação
CONAMA	Conselho Nacional do Meio ambiente
CPFL	Companhia Paulista de Força e Luz (atual Grupo CPFL Energia)
CPFL Leste Paulista	Companhia Leste Paulista de Energia Elétrica
CPFL Mococa	Companhia Mococa de Energia Elétrica
CPFL Paulista	Companhia Paulista de Força e Luz
CPFL Piratininga	Companhia Piratininga de Força e Luz
CPFL Jaguari	Companhia Luz e Força Jaguari
CPFL Santa Cruz	Companhia Luz e Força Santa Cruz
CPFL Sul Paulista	Companhia Sul Paulista de Energia
CQNUMC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
CTEEP	Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista
DJSI América do Norte	<i>Dow Jones Sustainability North America Index</i>
DJSI Ásia	<i>Dow Jones Sustainability Ásia</i>
<i>DJSI Estados Unidos</i>	<i>Dow Jones Sustainability Index Estados Unidos</i>
DJSI World	<i>Dow Jones Sustainability World Index</i>
DJSI STOXX	<i>Dow Jones STOXX Sustainability Index</i>
DVAs	Demonstrações de Valor Adicionado
EBASCO	<i>Electric Bond & Share Corporation</i>
EBE	Empresa Bandeirante de Energia S.A.

EDF	<i>Electricité de France</i>
EHS	<i>Environmental Health and Safety</i>
Eletropaulo	Eletricidade de São Paulo S.A
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A
EPC	Equipamentos de Proteção Coletiva
EPFIs	<i>Equator Principles Financial Institutions</i>
EPI	Equipamentos de Proteção Individual
EPTE	Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica
ERP	Sistema Integrado de Gestão Empresarial
ETDs	Estações Transformadoras de Distribuição
FDR	Fundo de Desenvolvimento Rural
FIEMG	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
FINSOCIAL	Fundo de Investimento Social
FUBRAE	Fundação Brasileira de Educação
FUNDAGRO	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina
GEEs	Gases de Efeito Estufa
GEF	<i>Global Environment Facility</i>
GIS	<i>Geographic Information System</i>
GPS	<i>Global Positioning System</i>
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GWh	<i>Gigawatts-hora</i>
IAEA	<i>International Atomic Energy Agency</i>
IASC	Índice Anual de Satisfação do Consumidor
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBrX	Índice Brasil
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IGC	Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada
INSS	Departamento Nacional de Seguridade Social
IPCC	<i>Intergovernmental Panel on Climate Change</i>

IPO	Oferta Pública Inicial
IRS	Índice de Responsabilidade Social
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISQP	Índice de Satisfação de Qualidade Percebida
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
kW	Kilowatts
LED	Diodo Emissor de Luz
MDC	Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MVA	Megavolt-ampère
MW	megawatts
NO _x	Óxido de Azoto
NR	Norma Regulamentadora
NYSE	Bolsa de <i>Nova York</i>
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OHSAS	<i>Occupational, Health and Safety Management Systems</i>
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico
ONU	Organização das Nações Unidas
PBA	Projeto Básico Ambiental
PCBs	Bifenilas policloradas
PCHs	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PCLD	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa
PCMSO	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PCR	Plano de Emprego e Remuneração
PDV	Programa de Desligamento Voluntário
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PGEE	Programa de Gerenciamento de Energia Estadual
PIE	Produtor Independente de Energia Elétrica
PIS	Programa de Integração Social
PLM	<i>Product Lifecycle Management</i>

PMSP	Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PROCEL	Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
PROINFA	Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica
RELUZ	Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente
RGE	Rio Grande Energia S.A.
RPPNs	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
RSE	Responsabilidade Social Empresarial
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária
SA	<i>Social AccountAbility</i>
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SAI	<i>Social Accountability International</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECONCI	Serviço Social da Indústria da Construção
SEDRU	Departamento de Desenvolvimento de Políticas Públicas
SEPLAG	Departamento de Planejamento do Estado de Minas Gerais
SERVAS	Serviço Voluntário Organização de Ação Social
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SGI	Sistema de Gestão Integrado
SGSSO	Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional
SIN	Sistema Interligado Nacional
SINDUSCON	Federação da Indústria da Construção
SO ₂	Dióxido de Enxofre
SSS	Subestações
STIEESP	Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo
TBE	Transmissora Brasileira de Energia
TLS	Linhas de Transporte
TUSD	Sistema de Transmissão e Distribuição
UHEs	Usinas Hidrelétricas
UNCED	Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
UNEP	<i>United Nations Environmental Programme</i>

UNFCCC	Comitê Executivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UTE	Usina Termelétrica
WMO	<i>World Meteorological Organization</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Líderes de super setores globais (2009/ 2010) – Índice Dow Jones.....	57
Quadro 02: Mapeamento das empresas que prestam informações ao ISE	71
Quadro 03: Mapeamento das empresas que prestam informações ao GRI	72
Quadro 04: Mapeamento das empresas que prestam informações ao CDP	72
Quadro 05: Explicação dos níveis do GRI	90
Quadro 06: Indicadores econômicos	101
Quadro 07: Indicadores ambientais	102
Quadro 07: Indicadores ambientais - continuação	103
Quadro 08: Indicadores sociais.....	103
Quadro 09: Indicadores sociais.....	104
Quadro 10: Indicadores sociais.....	104
Quadro 11: Indicadores sociais.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Ações da Bovespa Sustentabilidade Empresarial.....	59
Tabela 02: Gerenciamento de resíduos não perigosos	119
Tabela 03: Quantidade de material reciclado	120
Tabela 04: Geração de Resíduos Perigosos.....	120
Tabela 05: Geração de Resíduos Perigosos.....	121
Tabela 06: Total de investimentos e gastos em proteção ambiental por tipo (em R\$ mil)	125
Tabela 07: Emissões de CO ₂ , SO ₂ e NO _x	143
Tabela 08: Consumo total de água (M ³).....	146
Tabela 09: Gasto Ambiental com implementação de novos projetos (Mil U\$).....	149
Tabela 10: Gasto Ambiental com operação e manutenção (mil U\$).....	149
Tabela 11: Emissões da CPFL Energia (tonCO ₂).....	167
Tabela 12: Armazenamento e Eliminação de Desperdícios	170
Tabela 13: Materiais não recicláveis vendidos como sucata – Reciclagem de materiais.....	170
Tabela 14: Armazenamento e eliminação de desperdícios.....	171
Tabela 15: Investimentos em proteção ambiental	173
Tabela 16: Investimentos e custos 2006	173
Tabela 17: Total de trabalhadores homens e mulheres e por idade.....	174
Tabela 18: Distribuição do número de trabalhadores por sexo e região	174
Tabela 19: Distribuição do número de trabalhadores por sexo e região	175
Tabela 20: Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados com o trabalho	176
Tabela 21: Média de horas de treinamento por ano, por funcionário.....	176

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Problema de Pesquisa	21
1.2 Objetivos	22
1.2.1 Objetivos Específicos	23
1.3 Justificativa	24
1.4 Metodologia	25
1.4.1 O Método Científico	25
1.4.2 Tipo de Pesquisa	25
1.4.3 Método da Pesquisa	26
2 REVISÃO DA LITERATURA	28
2.1 Histórico do Desenvolvimento Sustentável	28
2.2 Responsabilidade Social e <i>Accountability</i>	30
2.3 Formas de <i>Disclosure</i> Econômico e Sócio-Ambiental Organizacional	34
2.3.1 Diretrizes e Princípios Sócio-Ambientais Internacionais	34
2.3.2 Agenda 21	35
2.3.3 Protocolo de Kyoto	36
2.3.4 Pacto Global	37
2.3.5 Metas do Milênio	38
2.3.6 Princípios Contidos nos Documentos Orientadores	39
2.3.6.1 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE	39
2.3.6.2 Organização Internacional do Trabalho - OIT	40
2.3.6.3 International Finance Corporation – IFC	41
2.3.6.4 Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC	42
2.4 Normas, Certificações e Sistemas de Gestão Integrada	43
2.4.1 ISO 14001	44
2.4.2 SA 8000	45
2.4.3 ISO 26000 (NR 16000)	46
2.4.4 AA 1000	47

2.5 Relatórios e Demonstrações Contábeis.....	47
2.5.1 Balanço Social.....	48
2.5.2 Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE.....	49
2.5.3 Indicadores Ethos e Guia de Elaboração do Balanço Social do Instituto Ethos.....	51
2.5.4 <i>Global Reporting Initiative</i> - GRI.....	52
2.5.5 <i>Carbon Disclosure Project</i> - CDP.....	53
2.6 <i>Rating</i>	54
2.6.1 Índice Dow Jones de Sustentabilidade.....	55
2.6.2 Índice Bovespa Sustentabilidade Empresarial (ISE).....	57
2.6.3 Índice Bovespa de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC).....	59
3 A ENERGIA ELÉTRICA	61
3.1 Setor de Energia Elétrica no Brasil	61
3.1.1 Forma de Funcionamento e Dados Atuais do Setor	63
3.1.2 Agentes do Setor.....	64
3.1.3 Geração de Energia Elétrica	65
3.1.4 Transmissão de Energia Elétrica	65
3.1.5 Distribuição de Energia Elétrica.....	65
3.2 Responsabilidade Sócio-Ambiental no Setor de Energia Elétrica	65
4 ESTUDO DE CASO	70
4.1 Matriz Evidenciação das Empresas de Energia Elétrica.....	71
4.1.2 Breve Histórico e Informações Sobre as Empresas Seleccionadas	73
4.1.2.1 Eletropaulo	73
4.1.2.2 Cemig	74
4.1.2.3 CPFL	77
4.2 Fonte de Coleta de Dados da Pesquisa. Relatórios de Sustentabilidade Padrão GRI.....	79

4.2.1 Indicadores de Desempenho Econômico	82
4.2.2 Indicadores de Desempenho Ambiental	83
4.2.3 Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	85
4.2.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos	86
4.2.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade	88
4.2.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto	88
4.3 GRI - Suplemento Setorial Para Empresas de Energia Elétrica	91
4.3.1 Especificidades do Suplemento	91
4.3.2 Formatação e Uso dos Indicadores	91
4.3.2.1 Indicadores Específicos do Setor, com Relação ao Perfil Organizacional	92
4.3.2.2 Indicadores Específicos do Setor, com Relação à Performance Econômica	93
4.3.2.3 Indicadores de Performance Social e Comentários Específicos do Suplemento Sobre os Indicadores do G3	96
4.4 Matriz de Evidenciação de Uso de Indicadores	100
4.5 Análise dos Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de 2006 a 2008	105
4.5.1 AES Eletropaulo	106
4.5.1.1 Indicadores de Desempenho Econômico	106
4.5.1.2 Indicadores de Desempenho Ambiental	111
4.5.1.3 Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	125
4.5.1.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos	129
4.5.1.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade	130
4.5.1.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto	131
4.5.2 Cemig	134
4.5.2.1 Indicadores de Desempenho Econômico	134
4.5.2.2 Indicadores de Desempenho Ambiental	136
4.5.2.3 Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	149
4.5.2.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos	153
4.5.2.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade	154
4.5.2.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto	155
4.5.3 CPFL	157

4.5.3.1 Indicadores de Desempenho Econômico	158
4.5.3.2 Indicadores de Desempenho Ambiental	159
4.3.3.3 Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.....	173
4.3.3.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos.....	177
4.3.3.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade.....	178
4.3.3.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto	180
CONCLUSÃO.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188

1 INTRODUÇÃO

Chegamos ao novo milênio e novos desafios aparecem diante da sociedade. Nos dias de hoje se torna corriqueira a discussão sobre a sustentabilidade. O mundo antigamente se mostrava mais simples... É preciso comer? Deve-se coletar! Acabou o alimento? Deve-se plantar.

Imperava um ciclo de consumo dos bens naturais e sua eventual reposição sem pensar nas conseqüências do seu uso abusivo e/ou se a forma de recompô-los estava correta. Foram décadas onde os habitantes desse pequeno planeta azul consumiram os recursos naturais e descartaram seus rejeitos sem pensar no amanhã.

Pois bem, o amanhã é hoje e está cada vez mais comum abrir um jornal, uma revista, “zappear” pelos canais de televisão e encontrar discussões sobre a sustentabilidade. Por mais quanto tempo conseguiremos sobreviver nesse planeta consumindo e utilizando os recursos naturais nos patamares atuais? O meio pro biótico tem seus prazos de recuperação e regeneração e por mais avançadas as técnicas científicas que se aplicam definitivamente não se consegue manter um equilíbrio na troposfera terrestre. Portanto, seja por temer o fim do mundo ou o fim dos recursos naturais e conseqüentemente a obrigação em alterar hábitos de consumo e de conforto é fato que empresas, pessoas e governos como um todo tem reavaliado a cada dia as questões ligadas à sustentabilidade.

Essa preocupação crescente da sociedade traz nas palavras de Almeida (2007) a necessidade de ruptura urgente com os padrões de consumo e uso anteriormente impostos, dessa forma colocando os temas da sustentabilidade e responsabilidade social das empresas no topo da lista de discussões, seja nos meio acadêmicos, seja fora destes muros.

Diante dessa demanda das pessoas e governos as empresas passaram cada vez mais a relatar as questões sócio-ambientais e aprimorar a sua relatoria de forma a responder os anseios dos *stakeholders*.

Para Tinoco e Kraemer (2008), observa-se a integração do conceito de desenvolvimento sustentável ecológico com a responsabilidade social empresarial:

[...] as empresas sentem-se obrigadas a incorporar os objetivos de obtenção de lucros a responsabilidade social, visto que a comunidade, como um todo, e a referida responsabilidade social abrangem o bem-estar da população em sua integridade.

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008), utilizando a contabilidade, as empresas passaram a divulgar informações referentes ao meio ambiente e responsabilidade social. Sendo que o meio ambiente é influenciado pela ação dos indivíduos e ao mesmo tempo, é recriado a partir dessa atuação.

Tal necessidade fez com que fossem considerados de forma efetiva os passivos relacionados aos recursos naturais e sociais, o que evidenciou a adoção de outra ferramenta contábil para análise ambiental: o *disclosure*, definido por Schaltegger e Burrit (2000, p.190), como o: “processo de incorporar elementos financeiros contábeis (recursos, obrigações, despesas e receita) no balanço, na demonstração de resultado, nas notas explicativas e demais demonstrações financeiras”.

Como a análise sócio-ambiental muitas vezes trata sobre dados não mensuráveis de forma quantitativa, são adotados indicadores, definidos por Bellen (2006) como variáveis individuais ou uma variável em função de outras variáveis, que podem ser demonstrados por uma relação, um índice numérico ou resultado de um modelo de simulação.

Para Gallopin (1996 *apud* BELLEN, 2006), a função dos indicadores de desenvolvimento sustentável é melhorar a política ambiental e a tomada de decisões. Na visão de Jesinghaus (1999 *apud* BELLEN, 2006) contribuem para o estabelecimento de metas e estratégias.

Portanto, as empresas, a cada dia vêm aprimorando e aumentando o nível de informação e utilização de ferramentas avançadas de relatoria empresarial buscando uma maior e melhor evidenciação dos indicadores sócio-ambientais. Neste estudo busca-se avaliar se essa evolução quantitativa de informação na relatoria tem se convertido em uma efetiva melhora na performance das empresas considerando o tripé da sustentabilidade: desempenho social, ambiental e econômico.

Para Calado (2008), o processo de relatoria de sustentabilidade empresarial, não é mais questão de luxo, mas sim de sobrevivência empresarial.

Sobre as questões econômico-financeiras, as empresas sempre se preocuparam em sua avaliação como forma de sobrevivência das organizações. Por outro lado, integrar as dimensões social e ambiental à gestão e considerar como aspectos a serem avaliados é um fenômeno recente.

Assim, buscou-se um setor econômico que pudesse servir de “tubo de ensaio” de nossos experimentos. Dentre todos os setores da economia analisados, o setor que tem se destacado em termos de relatoria é o Setor de Energia Elétrica.

Essa afirmativa é de fácil constatação, veja, por exemplo, que a legislação do setor elétrico já orienta as atividades das concessionárias rumo aos padrões de Responsabilidade Social, especialmente por se tratar de um serviço público prestado sob o regime de concessão, que tem que atender prioritariamente ao interesse público. O artigo 6º da Lei no 8.987/95, aplica o conceito de Responsabilidade Social no serviço público ao estabelecer que toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de um serviço adequado, o qual satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas. De forma a que a lei tenha eficácia garantida a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) obriga que as empresas do setor publiquem um Relatório de Responsabilidade Socioambiental. Reforçando a idéia que o Setor Elétrico é realmente diferenciado, observe o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE – Bovespa), da empresas listadas na Carteira Teórica ISE válida para 27/11/09, temos ao todo 34 (trinta e quatro empresas) sendo que 12 (doze) pertencem ao Setor Elétrico, sendo o setor com maior número de participantes (BOVESPA, 2009).

Na carteira anterior do ISE, onde não constava a restrição a participação setorial de 15% (quinze por cento), com 30 (trinta) empresas listadas, sendo 11 (onze) do Setor Elétrico, confirmando a assertiva que é um setor que se destaca em termos de relatoria e prestação de informações sócio-ambientais.

Além das empresas do Setor Elétrico se destacarem quanto as questões de relatoria, deve-se levar em conta que na sociedade contemporânea a energia elétrica é indispensável para a manutenção da vida em sociedade, na medida em que esta se agrupa em conglomerados humanos de altíssima densidade. O insumo elétrico é utilizado para alimentar as máquinas e equipamentos que fornecem o suporte vital desses conglomerados.

Esse insumo, o elétrico é gerado, transmitido e distribuído por empresas que compõe o “Setor Elétrico”, que é o objeto de estudo desta dissertação.

Tal setor é tido como estratégico tanto pelo governo, quanto pela sociedade, devido a indispensabilidade do insumo que produz assim como envolve a sustentabilidade do planeta e as questões de mudanças climáticas.

Portanto, é de suma importância que as empresas desse setor sejam sólidas não só do ponto de vista econômico presente, mas que também possam garantir sua manutenção futura, não deixando os consumidores sem o fornecimento do insumo essencial.

O conceito hoje de uma empresa sólida, envolve fatores como a qualidade de seus produtos/serviços, o comprometimento com os seus clientes, os empregados, o meio ambiente e a comunidade em que está inserida.

Conforme Assaf (1997, p.24): “O valor de uma empresa depende de seu desempenho esperado no futuro, do que ela é capaz de produzir de riqueza, e não do custo de seus ativos ou de eventuais lucros acumulados no passado”.

Contextualizando o assunto, no Brasil, a ANEEL regula o setor observando as companhias e o mercado consumidor. Em dado momento entendeu o órgão governamental que além de fatores de performance financeiro-empresarial o setor exigia um maior *disclosure* de informação, inclusive sócio-ambientais, e esta passou a obrigar as empresas do “Setor Elétrico” a aumentar os níveis de informação disponíveis aos investidores, governo e sociedade.

A questão financeira não é segredo para o mercado de investidores, nem para as companhias, nem para o Governo. Existe uma obrigação legal e uma cultura de auditoria financeira a fim de preservar a confiança do mercado nas companhias e assim assegurar que o fluxo de investimento realizado em ações continue de forma contínua.

O que sustenta uma empresa no presente são seus indicadores financeiros, porém o que sustenta e perpetua de forma segura o negócio é o desempenho sócio-ambiental.

A análise foi possível pela pesquisa das empresas do setor de energia elétrica que tem desenvolvido relatórios, demonstrativos e indicadores para prestação de contas.

A partir da análise comparativa busca-se evidenciar a *performance* sócio-ambiental da companhia pela análise dos indicadores apresentados nos seus relatórios em comparação com ela mesma e a forma de evidenciação.

1.1 Problema de Pesquisa

O Setor de energia elétrica é vital para convivência humana em sociedade e pacífica, ocorre que produzir energia tem um elevado “custo” sócio-ambiental e deve ser considerado nas análises.

Os impactos que a atividade causam no meio ambiente são nítidos. Independente do formato da matriz, o impacto existe. É evidente que um tipo de matriz que tem predominância de termoelétricas é mais impactante do que uma que utiliza predominantemente hidroelétricas.

Pelos estudos elaborados a atual formatação da matriz energética mundial tem com predominância de termoelétricas e no Brasil essa matriz tem predominância de hidroelétricas. Porém, não tem o objetivo de avaliar qual matriz é a menos poluente.

O fato é que qualquer seja o tipo de matriz, em suas mais variadas formas: hidroelétrica, termoelétrica, nuclear, eólica e outras, existem impactos no meio ambiente.

O que se quer destacar neste trabalho é que mesmo as “matrizes limpas”, causam impacto ambiental. Imagine a matriz de produção de energia elétrica baseada em energia eólica. Grandes campos repletos de moinhos que convertem a força dos ventos em energia. Precipualemente podemos imaginar que não há impacto ambiental nessa matriz. Porém um estudo detalhado demonstrará que existem impactos grandes, sejam os advindos das externalidades geradas no processo de fabricação dos equipamentos, seja no impacto visual que eles causam onde são instalados.

Ainda, no que se refere ao social, também existem impactos, seja qual for a formatação da matriz, principalmente nas comunidades instaladas próximas aos empreendimentos.

Dessa forma, é vital o acompanhamento dos indicadores sócio-ambientais do setor. Para tanto, como ferramenta de análise utiliza-se a medição de indicadores.

Esse trabalho tem como prerrogativa analisar:

- De que forma as empresas do “Setor Elétrico” evidenciam seus indicadores sócio-ambientais para os *stakeholders*?
- Em uma análise seriada, qual foi a performance sócio-ambiental dos últimos 3 (três) anos nas empresas analisadas?
- As empresas evidenciam questões sócio-ambientais apenas por uma obrigação de mercado para com os *stakeholders*, ou relatam buscando uma melhora contínua inclusive na forma como relatam? Os *reports* seguem uma “linha temporal”, onde se podem avaliar ações tomadas em um determinado ano tem as conseqüências esperadas no seguinte? Ou por outro lado esses relatórios a cada ano apresentam fatos e informações que não “se conectam” com os apresentados nos anos anteriores nem com os fatos e informações prestados nos anos que se seguem?

1.2 Objetivos

O objetivo desse trabalho é analisar como o processo de relatoria da Responsabilidade Social e Sustentabilidade influencia o desempenho/ou comportamento das empresas. Para isso são utilizados instrumentos de medição de indicadores sócio-ambientais para levantar o

desempenho sócio-ambiental das companhias em uma série histórica, e subsidiariamente avaliar a evolução da elaboração desses relatórios, pela verificação das formas como as empresas prestam contas aos seus *stakeholders*, se a(s) forma(s) eleita(s) se mostram efetivas e da sua análise consegue-se avaliar o desempenho sócio-ambiental das organizações.

Como forma de atingir o objetivo foi o escolhido o “Setor Elétrico” por esse apresentar notoriamente empresas que tem avaliado e elaborado de forma sistemática relatórios de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Entender a forma como as companhias analisadas relatam seus indicadores sócio-ambientais;
- Verificar se as informações apresentadas atendem os critérios mínimos para a sua análise, quais sejam: verificabilidade, completude, precisão, comparabilidade, clareza e regularidade;
- Analisar a coerência interna da informação prestada nos relatórios de sustentabilidade das empresas analisadas.

A análise de indicadores sobre o desempenho sócio-ambiental de empresas é um processo essencialmente comparativo entre os resultados obtidos da mesma empresa em períodos subsequentes de três a cinco anos, com as metas estabelecidas pela administração, bem como o confronto dos seus resultados obtidos com os principais concorrentes, as médias do mercado, do setor de atividade e da economia em geral.

A falta de conformidade e coerência entre índices faz com que os critérios de análise e os indicadores sigam padrões estabelecidos conforme interesses distintos, o que nem sempre indica congruência com as necessidades de preservação do meio ambiente nem postura socialmente responsável.

O trabalho pretende em um primeiro momento mapear as formas de relatoria sócio-ambiental utilizadas pelas companhias. Após, levantar os indicadores utilizados pelas companhias para evidenciar o desempenho sócio-ambiental e as questões sócio-ambientais. Os indicadores serão analisados em uma matriz, elaborada a partir da análise dos relatórios de sustentabilidade, sendo construída de forma que os resultados fiquem expostos, por ano e por empresa, para a posterior análise dos mesmos.

A partir desse mapa, determinar quais são os indicadores em comum e os mais utilizados.

Dessa forma, estabelecer uma matriz de comparação desses indicadores, traduzidos em índices e verificar sua variação em uma série histórica.

1.3 Justificativa

De acordo com Borger (2009), temas como “Mudanças climáticas”, “Redução da Pobreza”, “Crises do Mercado Financeiro” transformaram a Sustentabilidade no maior desafio das empresas para o século XXI, porque estão questionando o seu modelo de negócios e serão as empresas socialmente responsáveis que terão condições de responder a este desafio.

Desta feita, os temas ligados à sustentabilidade e suas derivativas estão cada dia mais em discussão seja no meio acadêmico, empresarial e pelas entidades da sociedade civil. Relatar e avaliar essas questões não se coloca atualmente como uma escolha das empresas a sociedade exige que elas demonstrem como tratam essas questões. Relatar, avaliar e aprimorar indicadores sócio-ambientais demonstra-se a única forma de sobrevivência das empresas.

Escolheu-se o Setor de Energia Elétrica como foco da pesquisa, pois notoriamente é o setor com maior número de companhias que relatam questões sócio-ambientais e também pela sua importância estratégica.

Busca-se avaliar os indicadores como medidas do desempenho social e ambiental das empresas e formas para aprimorar a metodologia de análise do desempenho das empresas do setor de energia elétrica.

De acordo com Camargo, Agudelo e Casagrande (2003), no Brasil ainda existe carência de indicadores amplamente aceitos para avaliar a sustentabilidade ambiental da geração de energia elétrica e sugerem a adoção de indicadores de sustentabilidade ambiental associados a indicadores sociais e econômicos, o que pode ser útil para subsidiar processos de tomada de decisão sobre os negócios e futuros projetos e como prática que contribuirá para a avaliação integrada dos impactos sociais, econômicos e ambientais da geração de energia.

O volume crescente de ferramentas utilizadas para divulgar os dados sócio-ambientais impõe que o pesquisador avalie, filtre e aponte tendências.

De outra sorte, aumentar o *disclosure* é uma forma de competir com empresas presentes no Mercado global e garantir que o fluxo de investimentos em empresas brasileiras do setor energético seja contínuo.

1.4 Metodologia

1.4.1 O Método Científico

Segundo Lakatos e Marconi (1985), o conhecimento científico é obtido de maneira racional, conduzido por meio de procedimentos científicos, visando explicar “por que” e “como” os fenômenos ocorrem, na tentativa de evidenciar os fatos que estão correlacionados.

Portanto, para assegurar as características científicas de uma pesquisa, deve-se atentar para o processo de pesquisa científica, ou seja, para o método de realização da pesquisa.

Segundo Selltiz *et al* (1974), o objetivo da pesquisa é descobrir respostas para perguntas, através do emprego de processos científicos, aumentando a probabilidade de que a informação obtida seja significativa para a pergunta proposta e, além disso, precisa e não viesada.

1.4.2 Tipo de Pesquisa

A literatura sobre metodologia científica apresenta diferentes tipos de pesquisa, dependendo do enfoque dado ao trabalho. Dentre os principais tipos de pesquisa, segundo Tachizawa e Mendes (2001), observam-se três tipos:

- **Análise teórica sobre um assunto pesquisado bibliograficamente.** Evidencia uma simples organização coerente de idéias, originadas de bibliografias de autores consagrados que escreveram sobre o tema escolhido.
- **Análise teórico – empírica.** Quando o trabalho de pesquisa represente uma pesquisa de trabalho de campo. Pode ser uma simples análise interpretativa de dados primários em torno de um tema com apoio bibliográfico, um teste de hipóteses, modelos ou teorias, a partir de dados primários e secundários ou um trabalho realmente inovador, a partir de dados primários ou secundários.
- **Apresentação na forma de um estudo de caso.** É desenvolvida a partir de uma análise específica da relação entre um caso real e hipóteses, modelos e teorias.

Com relação especificamente sobre o estudo de caso, os autores ainda esclarecem que é uma estratégia preferível quando são propostas as questões "como" ou "por quê", quando o

investigador tem pouco controle sobre os eventos e quando os fenômenos são contemporâneos e estão presentes num contexto da realidade.

O estudo de caso é uma estratégia de pesquisa para os estudos em que se deseja estudar fenômenos sociais complexos, permite uma investigação que possibilita reter as características holísticas e significativas dos eventos no seu contexto real, como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e gerenciais, mudanças na vizinhança, relações internacionais e maturação de indústrias (YIN, 1990).

Partindo das premissas apresentadas, os métodos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa consistem em: pesquisas documentais, bibliográficas e estudo de caso, a partir da análise dos relatórios de sustentabilidade apresentados entre os anos de 2006 até 2008 -, de uma amostra de três empresas.

1.4.3 Método da Pesquisa

O levantamento de dados foi por pesquisa documental, sendo a principal fonte de dados os relatórios elaborados pelas empresas.

A metodologia foi uma análise qualitativa e quantitativa, para analisar características subjetivas sobre os indicadores de sustentabilidade, a partir de aspectos objetivos mensurados pelas empresas. De acordo com Minayo (1994), a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas, permitindo ainda ampliar as relações descobertas.

Com a finalidade de satisfazer ao objetivo central deste trabalho, o presente estudo buscou trazer a discussão o estudo de multi-casos que contribuísse para o tema em pauta.

A pesquisa documental teórica empírica baseou-se nos relatórios corporativos das empresas extraídos dos sites das mesmas na Internet e outras fontes de dados secundárias, referenciadas.

Os métodos utilizados para o levantamento de dados desta pesquisa consistem em: pesquisas documentais, bibliográficas e estudo de caso, a partir da análise das demonstrações corporativas dos últimos três anos - 2006 a 2008 -, de uma amostra de três empresas. Buscando traçar um mapa dos tipos de evidenciação e definindo-se um “padrão” dos tipos mais comuns. A partir da análise comparativa de indicadores buscou-se evidenciar melhora ou piora na performance sócio-ambiental da companhia em comparação com ela mesma.

A pesquisa seguiu as seguintes etapas:

1) Levantamento dos dados e informações sobre as empresas do setor de energia elétrica. A partir deste levantamento:

- Foi elaborada uma matriz das empresas identificando quais instrumentos, demonstrativos e relatórios que utilizam e *ratings* que fazem parte.
- A partir da análise dos documentos as empresas foram categorizadas pelo estágio de relatoria.

2) Identificação e seleção das empresas para o estudo de caso

3) Para avaliar a performance das empresas foram analisados os indicadores dos relatórios com vistas a selecionar os mais importantes a fim de refletir o desempenho social e ambiental das empresas. Para esta análise foi elaborada uma matriz de indicadores, em seqüência foram selecionados os indicadores.

Execução da pesquisa

4) Pesquisa e levantamento documental

5) Análise dos indicadores

6) Montagem dos estudos de casos

As informações coletadas a partir da observação e análise desses relatórios serão sistematizadas e apresentadas de forma a permitir uma comparação pontual das principais atividades e demais aspectos relevantes da atuação das empresas selecionadas.

A falta de conformidade e coerência entre índices faz com que os critérios de análise e os indicadores sigam padrões estabelecidos conforme interesses distintos, o que nem sempre indica congruência com as necessidades de preservação do meio ambiente nem postura socialmente responsável.

Como critério para a análise das informações prestadas e indicadores, será dada ênfase nos quesitos de: verificabilidade, completude, precisão, comparabilidade, clareza e regularidade. Também, quando possível, será avaliado se houve evolução, ou não, no desempenho do indicador.

A pesquisa caracteriza-se como: descritiva, bibliográfica e documental. Quando possível, isto é, quando as informações estiverem disponíveis nos relatórios, estas serão apresentadas de forma quantitativa e qualitativa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Histórico do Desenvolvimento Sustentável

A primeira iniciativa documentada da atenção ao impacto da atividade econômica nos recursos naturais data do ano de 1948, com a criação da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), uma organização não governamental que buscava soluções para os problemas ambientais (SACHS, 1993).

Em relação às fontes energéticas, a preocupação teve início em 1957, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) declarou o ano Geofísico Internacional, iniciando-se a medição de dióxido de carbono na atmosfera, no observatório de Mauna Loa, no Havaí. Neste período, houve uma denúncia pela jornalista Rachel Carson, em 1962, no seu livro *Silent Spring*, de produtos tóxicos usados na agricultura em grande escala com a conseqüente poluição e morte de seres vivos e ecossistemas, que causou grande impacto.

Segundo Grau Neto (2006), no Brasil, esta preocupação foi debatida, mas, de 1968 (época de criação do Clube de Roma) a 1972 (realização da Conferência de Estocolmo), o país vivia um período onde o regime militar limitava os direitos individuais e o impacto ao meio ambiente era secundário em relação a necessidade de desenvolvimento econômico e os instrumentos de regulação ambiental traziam como foco a proteção de um recurso de potencial exploração econômica, ou seja, este recurso não era protegido pelo valor ambiental mas por sua exploração econômica, o que explica a falta de interesse no movimento de proteção ambiental mundial.

Em 1972 foi publicado o primeiro informe do Clube de Roma, sob o título *Os Limites do Crescimento*. O livro gerou impacto ao mostrar que, se mantivessem as tendências do momento em relação ao crescimento econômico e populacional, bem como os ritmos de poluição e esgotamento de recursos, nos próximos cem anos, o planeta esgotaria seu limite possível (SACHS, 1993). Assim tiveram início os diálogos entre governos em âmbito mundial sobre a proteção ambiental. Realizou-se em Estocolmo, Suécia, ainda em 1972, a primeira Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED). Como resultados foram criados o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD).

A postura do Brasil era a de que os países com maior contribuição para o impacto ao meio ambiente eram os que deviam se preocupar primeiro e predominantemente com a

proteção aos recursos naturais e sua recuperação, isentando-se de responsabilidade para a manutenção do objetivo de desenvolvimento, conforme argumento de Grau Neto (2006, p.25):

Sob essa situação paradoxal, ou seja, da dicotomia entre adaptar-se ao cenário internacional, devendo para tanto inserir a questão ambiental em sua agenda, e a necessidade de manutenção do firme propósito desenvolvimentista, é que nosso país enviou representação à Conferência de Estocolmo.

Porém, foi na Conferência de Estocolmo que o Brasil passou efetivamente a se preocupar com questões de cunho ambiental, surgindo assim o Decreto nº. 73.030, da Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1973. Nesta conferência, foi aprovada a Declaração de Estocolmo – Declaração das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, enumerando 26 princípios, com plano de ação contendo 109 recomendações, com políticas de avaliação do Meio Ambiente referente: a gestão ambiental e as direcionadas às medidas de apoio (informação, educação e formação de especialistas) (BARBIERI, 2004).

A década de 70 se encerrou com preocupações e adequações de constituições das nações sobre as questões relacionadas com o meio ambiente. Outro resultado dessa preocupação global é o Protocolo de Montreal, firmado em 1987, que estabeleceu a necessidade de exclusão de uma família de produtos químicos (os clorofluorcarbonos - CFCs) ao estabelecer prazos para sua substituição. Em 31 de Agosto de 1981, no Brasil, foi sancionada a Lei nº. 6.938 que estabeleceu a Política Nacional de Meio Ambiente (GRAU NETO, 2006).

Na década de 80 consolidou-se o conceito de desenvolvimento sustentável, pela elaboração do documento “Nosso Futuro comum”, atrelando o conceito de sustentabilidade com o de desenvolvimento econômico e social, no qual ficou estabelecido que “desenvolvimento sustentável é o que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (ALMEIDA, 2007).

Na década de 90, com a maior conscientização da importância do equilíbrio ambiental e pela compreensão dos efeitos nocivos dos resíduos, a sociedade preparou-se para incluir os custos da qualidade de vida em seu orçamento. A preocupação com o uso parcimonioso das matérias-primas escassas e não renováveis, a racionalização do uso de energia, o entusiasmo pela reciclagem, que combate o desperdício, convergiram para uma abordagem lógica do tema ambiental (CUNHA, 2007).

Com a postura ambiental, surgiram novos conceitos, como Certificação Ambiental, Atuação Responsável e Gestão Ambiental, moldando nova postura, baseada na responsabilidade sócio-ambiental pelas organizações (LITTLE, 2003).

A preocupação com os recursos ambientais e com a promoção da conscientização ambiental tornou-se consolidada a partir de uma reunião mundial, em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como ECO 92. Nessa reunião, foi estabelecido um documento com novos parâmetros e ações pela reversão da contínua deterioração do sistema ambiental, a Agenda 21, que passou a contemplar princípios gerais e serviu como base para princípios específicos de desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2005).

2.2 Responsabilidade Social e *Accountability*

Diante da crescente pressão dos governos, da mídia e dos consumidores sobre a atuação empresarial responsável e atenta às suas externalidades, observa-se que as empresas têm direcionado sua gestão para obterem vantagem competitiva. De acordo com Borger (2001), a percepção, pelas lideranças das empresas, de que qualidade e preço não são mais suficientes desencadeou o processo de desenvolvimento da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas organizações. A visão de que esta hoje pode ser uma variável de valor estratégico para o seu desempenho geral. Fala-se em *Accountability* como uma forma de responsabilidade da empresa com seus públicos. De acordo com Campos (1990) *accountability* é a responsabilidade objetiva, que refere-se à responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra, no ambiente externo e o grau de *accountability* ascende na medida em que os valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação e representatividade, também ascendem.

A expressão Responsabilidade Social é utilizada com bastante frequência como forma de contribuir com a sociedade pelo direcionamento de recursos para modificar as carências sociais, ambientais, educacionais, dentre outros, como uma postura ética das organizações perante a comunidade onde se inserem.

Porter e Kramer (2002) consideram que as empresas precisam analisar suas ações de RSE a partir da adoção de modelos relacionados com suas decisões e negócio, pois assim veriam que a RSE pode ser um investimento também de retorno empresarial, podendo tornar-se uma fonte de oportunidade, inovação e vantagem competitiva ao associar benefícios para a sociedade com ganhos empresariais.

Os gestores precisam atender uma variedade de públicos: profissionais, consumidores, fornecedores, organizações da sociedade local e outros - que podem influenciar os resultados das empresas de maneira direta ou indireta. Desta forma, as empresas devem desenvolver ações de RSE para atingir também seus públicos indiretos (aqueles que não geram resultados financeiros), pois representam uma parcela importante da sociedade e comunidade onde a empresa atua.

As empresas são agentes sociais no processo de desenvolvimento. A atuação não se restringe apenas a uma determinada sociedade ou região geográfica, mas no modo com que se organiza e sua participação por meio de atividades e negócios. As empresas também passaram a introduzir variáveis sociais nos critérios de gestão e desenvolvimento, representados no Balanço Social. Segundo Pinto (2002, p.15):

O avanço econômico de um país nem sempre equaciona toda a gama de desafios sociais que este tem a enfrentar. Vários são os motivos, como concentração de renda, desigualdades e anisotropias regionais, problemas circunstanciais e outros. Essas peculiaridades perversas não só conspiram contra a existência de um quadro social equilibrado, como podem desestabilizar iniciativas e esforços nessa direção. Esse panorama se agrava com a intensificação do processo de globalização econômica, mesmo porque as rápidas mudanças no plano econômico não se traduzem necessariamente por ações bem balanceadas no âmbito social.

De acordo com Tachizawa (2002), as atividades e negócios caracterizam de forma bastante explícita a responsabilidade social, que tem seu conceito associado ao alcance dos objetivos de desenvolvimento econômico-social, ou seja, a satisfação da sociedade e atendimento aos seus requisitos sociais, econômicos e culturais.

Para atingir objetivos econômicos e sociais, as ações de RSE precisam ter uma gestão efetiva da influência que cria em relação ao aspecto financeiro e na gestão de pessoas, o que torna-se mais facilmente atingidos quando as ações são estrategicamente alinhadas com a missão da empresa. Outro ponto a ser considerado é quais práticas são realizadas pela empresa e se estas estão equivalentes a missão e estratégias, como forma de selecionar a atitude socialmente responsável.

Após a escolha das atividades nas quais a empresa irá investir, é necessário definir qual o modelo de gestão mais adequado. Na visão de Pearce e Doh (2005) as empresas têm o potencial de contribuir com valiosos recursos materiais, serviços, o tempo de cada pessoa (profissional voluntário), talentos e conhecimento organizacional. Esse tipo de colaboração é bastante atrativa pelo benefício potencial para o modelo de gestão da empresa.

Segundo Almeida (2002), a responsabilidade social empresarial consiste na decisão da empresa de participar mais diretamente das ações comunitárias na região em que está presente e minorar possíveis danos ambientais decorrentes do tipo de atividade que exerce.

Esta prática possui especificidade que, segundo Husted (2003), refere-se à habilidade da empresa capturar os benefícios gerados por seus investimentos em RSE. A empresa (e seus profissionais) retém mais facilmente estas ações quando estas são difíceis de imitar e excluem facilmente outros competidores dos benefícios dos investimentos em RSE, o que depende da localização, o processo de inovação e complementaridade. Segundo Tachizawa (2002, p.63):

A responsabilidade social (...) é convergente com estratégias de sustentabilidade de longo prazo, que incluem a necessária preocupação com os efeitos das atividades desenvolvidas no contexto da comunidade em que se inserem as empresas, excluindo, portanto, atividades no âmbito da caridade ou filantropia tradicionalmente praticada pela iniciativa privada.

De acordo com Ashley (2002), a responsabilidade social desenvolvida por muitas empresas, tem as seguintes características:

- predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e empresarial;
- mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo;
- surgimento de uma nova concepção de Estado;
- substituição da prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social;
- surgimento de novas instituições sociais;
- diminuição da burocracia estatal e aumento da influência das entidades comunitárias;
- abertura de novos canais de reivindicações sociais;
- emergência de redes de solidariedade social.

Husted (2003) identificou que as contribuições empresariais tendem a ocorrer em áreas de atuação social pouco relacionadas ao negócio principal da empresa e, ao desenvolverem ações de RSE não-relacionadas à sua missão principal, as empresas geralmente não possuem expertise nessas questões, e, assim, enfrentam problemas para avaliar a efetividade de suas ações e resultados.

Nesse sentido, entende-se que, quando a RSE não está direcionada a competência organizacional, dificilmente será adotada pelos profissionais da empresa, promovendo pouco comprometimento com estas questões. Ao contrário, quando há equivalência entre RSE,

gestão as atividades sociais estão relacionadas aos negócios da empresa, os profissionais mais do que se comprometem, eles se tornam multiplicadores, pois internalizam valores de contribuir com a comunidade.

Segundo Cajazeira (2007), uma tendência da responsabilidade social é o envolvimento dos *stakeholders* na RSE, assim como a utilização de *reporting*, ou seja, a empresa prestar contas das atividades que realiza, mencionando um modelo de relatório, o *Global Reporting Initiative* (GRI), que contribui para comunicar a sociedade sobre as ações que a empresa desenvolve e implementa, o que conseqüentemente, permite um controle sobre a eficácia das atividades, bem como sua relação com a gestão e negócios empresariais.

A expansão de questões como preservação do meio ambiente, responsabilidade sócio-ambiental e aquecimento global, no que tange a adoção de indicadores, relacionam as atividades, recursos e pessoas. A ênfase é a sustentabilidade, que irá garantir não mais a preservação de recursos para as gerações futuras, mas garantirá uma tomada de decisão mais consciente por parte de empresas, governos e sociedades. Segundo Almeida (2007, p.2),

[...] o objetivo de se falar em sustentabilidade enquanto uma ruptura urgente é transmitir o senso da urgência requerida para enfrentar a tragédia socioambiental que ameaça a continuidade dos empreendimentos humanos, públicos e privados; da atual organização social; e, no limite, até da própria espécie humana.

Assim, surgiram métodos de avaliação e controle para estabelecer parâmetros para a atuação empresarial, limitando o ato de poluir e contribuir para reduzir os efeitos do aquecimento global. Cada um dos métodos de análise empresarial quanto à sustentabilidade possuem índices e indicadores diferenciados, conforme realidades, países e objetivos.

Segundo Bellen (2006) as ferramentas de avaliação são necessárias para os tomadores de decisão e podem ser utilizadas para o desenvolvimento e planejamento de políticas. Para tanto, assumem funções analítica (interpretar dados dentro de um sistema coerente, em matrizes ou índices), comunicação (estabelecimento de metas e avaliação do sucesso), aviso e mobilização (tornar públicos os mecanismos por meio de publicações anuais ou relatórios) e coordenação (sistema de medidas para integrar dados sendo factível em relação a orçamento e recursos humanos).

Ao adotar o *disclosure* como forma para evidenciar dados quantitativos e financeiros para justificar a utilização de recursos naturais e mostrar a compensação ao meio ambiente e à sociedade, foram adotados diversos padrões, dentre eles diretrizes, guias de elaboração de relatórios, normas certificadoras, dentre outros.

De acordo com Tinoco (2001), um dos tipos de relatórios é o Balanço Social, que tem como função mostrar a realidade econômica e social das empresas de forma a regular as relações entre fator capital e trabalho e torná-los harmônicos. Isto é inserido no conceito de *Accountability* – obrigação das organizações de prestar contas dos resultados obtidos em funções de responsabilidades decorrentes de delegação de poder.

2.3 Formas de *Disclosure* Econômico e Sócio-Ambiental Organizacional

2.3.1 Diretrizes e Princípios Sócio-Ambientais Internacionais

Para conceituar de forma adequada o vocábulo “princípios”, socorre-se aos arcabouços das ciências jurídicas, de acordo com Grau (2006), que propõe usar o vocábulo “princípio” de maneira genérica, para referir-se à: “conjunto, aquelas pautas que não são regras”. Segundo Dworkin (1987 apud GRAU, 2006), não se pode confundir “princípios” com “diretrizes”. Este define como “diretrizes” as pautas que estabelecem objetivos a serem alcançados, geralmente referidos a algum aspecto econômico, político ou social; e “princípios” como as pautas que devem ser observadas não porque viabilizem ou assegurem a busca de determinadas situações econômicas, políticas ou sociais que sejam tidas como convenientes, mas, sim, porque a sua observância corresponde a um imperativo de justiça, de honestidade ou de outra dimensão moral.

Entende-se que os princípios são enunciados normativos, que visam o estabelecimento de critérios e regras de conduta de situações, pessoas e governos. Segundo definição de Derani (2008) os princípios são as normas que dispõem de algo possível dentro das possibilidades dos direitos e dos fatos. Seu conteúdo só é possível de ser determinado se sua aplicação ocorrer em determinado contexto.

Dessa forma a preocupação das empresas é elaborar princípios para sua conduta que sejam respeitados em todas as regiões do planeta. Dentre as formas de orientação geral, para que as empresas, governos e sociedade procedam com relação a questões sócio-ambientais e de sustentabilidade, encontramos as diretrizes e princípios orientadores.

Dentre as diretrizes, documentos e normas que orientam governos, empresas e entidades destacamos a agenda 21, princípios do pacto global e as metas do milênio, destacamos a seguir os principais.

2.3.2 Agenda 21

A Agenda 21 é um programa de ação baseado num documento de 40 capítulos que constitui uma tentativa de promover, no âmbito global, um novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Trata-se de um documento consensual para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países num processo preparatório que durou dois anos (VEIGA, 2005).

É importante destacar, que a Conferência do Rio, em contraste com a Conferência de Estocolmo de 1972, orientou-se para o desenvolvimento, e que a Agenda 21 não é uma Agenda Ambiental, é uma Agenda de Desenvolvimento Sustentável, no qual o meio ambiente é uma consideração de primeira ordem.

Segundo Egri e Pinfield (2006), a mudança primária com a realização da Conferência de Estocolmo tinha um enfoque muito mais social, debatendo as três correntes teóricas sobre a preocupação com o meio ambiente:

- Paradigma social dominante – homem era centro do universo e, portanto, os recursos naturais eram unicamente para servi-los, o que caracterizava destruição desordenada para servir a interesses individuais, evoluindo após a Revolução industrial e consolidou as sociedades capitalistas.
- Ambientalismo radical – visão holística da interconexão entre homem e a natureza, que entende o biocentrismo e contrariamente a visão anterior, entende que o crescimento econômico deve ser freado se for prejudicar o meio ambiente, sendo caracterizado atualmente pelos grupos como *Green Peace*;
- Ambientalismo renovado – prevê o desenvolvimento sustentável, a partir da crença de teóricos como Sachs (1993), que entendem que o crescimento econômico e social pode ter continuidade com regras e princípios de preservação e conservação ambiental, sendo aceita como mentalidade para a criação de programas e projetos de incentivo a sustentabilidade por meio de indicadores.

A Agenda 21 segue o pensamento ambientalista renovado e não é restrito às questões ligadas à preservação e conservação da natureza, constitui uma proposta que rompe com o planejamento dominante nas últimas décadas com predominância do enfoque econômico e passa a integrar a sustentabilidade como forma de obter desenvolvimento com proteção ambiental. Inclui, dentre outras, questões estratégicas relacionadas à geração de emprego e de renda; à diminuição das disparidades regionais e interpessoais de renda; às mudanças nos

padrões de produção e consumo; à construção de cidades sustentáveis; à adoção de novos modelos e instrumentos de gestão (SACHS, 2004).

A Agenda 21 serviu como base para a criação de instrumentos de avaliação empresarial quanto à preocupação sócio-ambiental, tais como o Protocolo de Kyoto. Resultaram desse processo cinco outros acordos: a Declaração do Rio, a Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, o Convênio sobre a Diversidade Biológica e a Convenção sobre Mudanças Climáticas.

2.3.3 Protocolo de Kyoto

O Protocolo de Kyoto, documento gerado na conferência realizada em Kyoto, no Japão, preconiza a adoção de um protocolo segundo o qual os países industrializados reduziram suas emissões combinadas de gases de efeito estufa em pelo menos 5,2% em relação aos níveis de 1990 até o período entre 2008 e 2012 (ALMEIDA, 2007). Este documento é consequência de uma série de eventos iniciada com a *Toronto Conference on the Changing Atmosphere*, no Canadá (outubro de 1988), seguida pelo *IPCC's First Assessment Report* em Sundsvall, Suécia (agosto de 1990) e que culminou com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (CQNUMC, ou UNFCCC em inglês) na ECO-92 e reforça seções da CQNUMC (GRAU NETO, 2006).

Discutido e negociado em Kyoto, no Japão, em 1997, o documento foi aberto para assinaturas em 11 de Dezembro de 1997 e ratificado em 15 de março de 1999. Sendo que para este entrar em vigor precisou que 55% dos países, que juntos, produzem 55% das emissões, o ratificassem, assim entrou em vigor em 16 de fevereiro de 2005, depois que a Rússia o ratificou, em novembro de 2004. Constitui-se no protocolo de um tratado internacional com compromissos mais rígidos para a redução da emissão dos gases que provocam o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas, como causa antropogênica do aquecimento global (ALMEIDA, 2007).

Por este protocolo se propõe um calendário pelo qual os países-membros (principalmente os desenvolvidos) têm a obrigação de reduzir a emissão de gases do efeito estufa em, pelo menos, 5,2% em relação aos níveis de 1990 no período entre 2008 e 2012, também chamado de primeiro período de compromisso (para muitos países, como os membros da UE, isso corresponde a 15% abaixo das emissões esperadas para 2008). As metas de redução não são homogêneas a todos os países, colocando níveis diferenciados para os 38

países que mais emitem gases. Países em desenvolvimento (como Brasil, México, Argentina e Índia) não receberam metas de redução inicialmente (GRAU NETO, 2006).

A redução dessas emissões deverá acontecer em várias atividades econômicas. O protocolo estimula os países signatários a cooperarem entre si, através de algumas ações básicas (ALMEIDA, 2007):

- Reformar os setores de energia e transportes;
- Promover o uso de fontes energéticas renováveis;
- Eliminar mecanismos financeiros e de mercado inapropriados aos fins da Convenção;
- Limitar as emissões de metano no gerenciamento de resíduos e dos sistemas energéticos;
- Proteger florestas e outros sumidouros de carbono.

Com a implementação efetiva do Protocolo de Kyoto, estima-se que a temperatura global reduza entre 1,4°C e 5,8°C até 2100, entretanto, isto dependerá muito das práticas após o ano de 2012, pois há comunidades científicas que afirmam que a meta de redução de 5% em relação aos níveis de 1990 é insuficiente para a mitigação do aquecimento global. Atualmente o pacto referido vive um momento de incerteza sobre as regras que vão conduzi-lo a partir de 2012, o chamado de “Pós-Kyoto” (ALMEIDA, 2007).

2.3.4 Pacto Global

O Pacto Global é uma iniciativa proposta pela ONU em 1999 para incentivar empresas a adotar políticas de responsabilidade social corporativa e sustentabilidade, a partir de diálogo entre empresas, organizações das Nações Unidas, sindicatos, organizações não-governamentais e demais parceiros, com o objetivo de criar um mercado global inclusivo e sustentável, com dimensão social à globalização (ALMEIDA, 2007). Segundo Almeida (2007, p.135):

[...] é um diálogo global de alto nível, que pode contribuir significativamente para a cidadania corporativa no viés da sustentabilidade, ao facilitar ações globais amplas relacionadas a gestão de conflitos, transparência e corrupção.

Para que esse objetivo seja atendido, busca-se a mobilização da comunidade empresarial internacional por meio da adoção de dez princípios relacionados a direitos humanos, trabalho, meio ambiente e corrupção (SAUERBRONN, 2007).

Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos internacionais;
2. Certificar-se de que não sejam coniventes com violações de direitos humanos;

Trabalho

3. As empresas comprometem-se a apoiar a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva;
4. Eliminar o trabalho escravo e todas as formas de trabalho forçado;
5. Erradicar efetivamente o trabalho infantil;
6. Eliminar a discriminação relacionada ao emprego e ocupação.

Meio ambiente

7. As empresas devem adotar uma atitude preventiva em relação aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental;
9. Estimular o desenvolvimento e disseminação de tecnologias que não agridam o meio ambiente.

Anti-Corrupção

10. As empresas devem combater todas as formas de corrupção, incluindo extorsão e suborno.

2.3.5 Metas do Milênio

As metas do Milênio foram estabelecidas pelas Nações Unidas e apresentadas em setembro de 2000, em Assembléia Geral da ONU, sendo que 191 países comprometeram-se a cumpri-las até 2015. Este conjunto de metas compõe um pacto social das nações para com a humanidade, alinhando objetivos e metas a serem cumpridas num prazo realista. O criador destes princípios foi Sachs (1993) e também é denominado como Declaração do Milênio (ALMEIDA, 2007).

Foram estabelecidos oito objetivos básicos, desdobrados em 18 metas e 48 indicadores e são explicados seus fundamentos (ALMEIDA, 2002):

1. Erradicar a miséria e a fome: reduzir pela metade a proporção da população cujo rendimento é inferior a 1 dólar por dia;
2. Universalizar o ensino básico: garantir que todas as crianças terminem o ciclo completo de ensino primário;

3. Promover a igualdade de gênero e autonomia das mulheres: eliminar a disparidade de gêneros em todos os níveis de ensino;
4. Reduzir a mortalidade infantil: reduzir em dois terços a mortalidade de crianças com menos de cinco anos;
5. Melhorar a saúde materna: reduzir em três quartos a taxa de mortalidade materna;
6. Combater a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), a malária e outras doenças: deter a propagação da AIDS, incidência de malária e outras doenças endêmicas para reverter a tendência atual;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a tendência de perdas de recursos naturais;
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento: continuar a implantação de um sistema comercial e financeiro multilateral, aberto e baseado em regras previsíveis e não-discriminatórias.

A importância do estabelecimento dos princípios gerais relativos ao meio ambiente é que estes incluem não somente a proteção dos recursos naturais, mas garantem o cuidado a vida humana e a garantia de busca por uma sociedade melhor. O propósito é incentivar a responsabilidade social que, em conjunto com a ecoeficiência, formam o conceito de desenvolvimento sustentável proposto por Almeida (2002). Para estes, esta busca pressupõe noção da complexidade, do fator tempo, de posturas não imediatistas e, sobretudo, visão de planejamento a curto, médio e longo prazo.

Com esta análise, entende-se a importância dos princípios gerais estabelecidos em âmbito mundial e seu apelo para melhorar a qualidade de vida, sendo apoiados por princípios específicos em cada aspecto do mundo econômico contemporâneo, que perpassa os limites sociais e integra o setor empresarial.

2.3.6 Princípios Contidos nos Documentos Orientadores

Dentre os princípios específicos e políticas setoriais, observam-se os mais importantes; Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização Internacional do Trabalho (OIT), IFC e IPCC, pertinentes ao estudo da realidade empresarial, ao mercado e a gestão de negócios.

2.3.6.1 Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE é um órgão internacional e inter-governamental, criado em 1976, que reúne os países mais industrializados. Criou um código de conduta para empresas, contudo são os governos que aderem as diretrizes, de forma a criar confiança e previsibilidade, pela troca de informações e alinhamento de políticas para crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros.

As diretrizes da OCDE induzem uma conduta responsável para o setor privado, pela preocupação com direitos humanos, abertura de informações, combate a corrupção, impostos, relações trabalhistas, meio ambiente e respeito ao consumidor (ALMEIDA, 2007).

2.3.6.2 Organização Internacional do Trabalho - OIT

Especificamente no que tange às relações trabalhistas, foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT) para intermediar relações entre empresas e funcionários e definir critérios para a proteção do trabalhador.

Em 1919, foi realizada a Conferência da Paz, no Palácio de Versalhes, em Paris, que resultou na criação de uma Comissão de Legislação Internacional do Trabalho para definir a regulamentação internacional de forma que fosse organizado o trabalho internacionalmente entre as nações, de forma a uniformizar a regulamentação que tratava das relações de trabalho no mundo (SUSSEKIND, 2000). Tal proposta foi pautada em um projeto apresentado pela comissão inglesa e que previa a criação de um órgão tripartite, que seria composto por representantes do governo, patrões e operários.

Nesse mesmo ano a Organização Internacional do Trabalho foi criada pela aprovação de tal projeto, sendo definida como o organismo internacional direcionado à universalização e institucionalização das regras de proteção ao trabalho e orientações para as nações. Em 1998 foi adotada a Declaração da OIT sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e seu Seguimento. O documento é uma reafirmação universal do compromisso dos Estados Membros, e da comunidade internacional em geral, de respeitar, promover e aplicar de "boa-fé" os princípios fundamentais e direitos no trabalho referentes (CAVALCANTI, 2001):

- à liberdade de associação e de organização sindical e ao reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva,
- à eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório,
- à abolição efetiva do trabalho infantil e
- à eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.

Esses princípios e direitos estão refletidos em oito Convenções fundamentais. A Declaração destaca que todos os Estados-Membros estão obrigados a respeitar os direitos fundamentais objeto das convenções correspondentes, mesmo que ainda não as tenham ratificado.

No Brasil, segundo Almeida (2002), as empresas vêm utilizando os recursos com responsabilidade e em relação aos trabalhadores, a indústria brasileira é a maior empregadora de profissionais que entendem de sustentabilidade, não somente como forma de consciência ambiental, mas para garantir a sobrevivência das empresas no mercado.

2.3.6.3 *International Finance Corporation – IFC*

No setor financeiro, em outubro de 2002, o *International Finance Corporation* (IFC), braço financeiro do Banco Mundial, e um banco holandês (ABN Amro) promoveram, em Londres, um encontro de altos executivos para discutir experiências com investimentos em projetos, envolvendo questões sociais e ambientais em mercados emergentes, nos quais nem sempre existe legislação rígida de proteção do ambiente, sendo denominado “Os Princípios do Equador”, no qual as Instituições Financeiras signatárias dos Princípios do Equador (*Equator Principles Financial Institutions* — EPFIs) adotaram estes Princípios com o intuito de garantir que os projetos que financiam sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável e reflitam boas práticas de gestão ambiental (IFC, 2010).

Com isso, o financiamento de projetos, passou a incluir questões sociais e ambientais complexas, particularmente no que se refere a projetos nos mercados emergentes, de forma que os impactos negativos em ecossistemas e comunidades afetados por projetos devem ser evitados sempre que possível e, se forem inevitáveis, devem ser reduzidos, mitigados e/ou compensados de forma apropriada. Estes princípios são:

1. Análise e categorização: avaliação de impactos e riscos de acordo com aspectos ambientais e sociais;
2. Avaliação socioambiental: avaliação e proposição de medidas de mitigação e gestão;
3. Padrões sociais e ambientais aplicáveis: padrões de desempenho da OCDE e *Environmental Health and Safety* (EHS);
4. Plano de ação e Sistema de Gestão: prioriza ações necessárias para a gestão sócio-ambiental, podendo ser requeridos regulamentação e permissão;
5. Consulta e divulgação: consulta aberta e divulgação das ações de proteção as comunidades beneficiadas;

6. Mecanismos de reclamação: informar às comunidades os impactos do projeto de forma que dê assistência e engajamento;
7. Análise independente: em alguns projetos, um analista ambiental ou social independente será consultado para analisar se está em conformidade;
8. Compromissos contratuais: obrigações em contrato;
9. Monitoramento independente e divulgação de informações: analista independente para verificar as informações de acompanhamento e compartilhadas com a EPFI;
10. Divulgação de informações pela EPFI: divulgação anual ao público informações sobre processos e implementação das EPFIs.

Estes Princípios buscam servir como base e estrutura comuns para a implantação, por cada EPFI, de suas próprias políticas, procedimentos e normas socioambientais relativos às suas atividades de financiamento de projetos. Os bancos não concederão empréstimos a projetos nos quais o cliente não esteja disposto ou apto a cumprir tais políticas e respectivos procedimentos socioambientais que implementam os Princípios do Equador.

2.3.6.4 Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC

Foi criado em 1988, o *Intergovernmental Panel on Climate Change* – IPCC, como iniciativa da Organização Meteorológica Mundial (*World Meteorological Organization* - WMO) e o PNUMA, para melhor compreender o sistema climático da Terra, os efeitos do aquecimento global como fruto das emissões de gases de efeito estufa em grandes proporções cumulativas (ALMEIDA, 2007).

O primeiro relatório do IPCC serviu como base para a realização da Segunda Conferência Mundial sobre o Clima, em Genebra, em 1990 e influenciou o estabelecimento da Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima, na Eco 92, sendo o primeiro acordo ambiental internacional a ser negociado por toda a comunidade internacional (GRAU NETO, 2006).

Além dos princípios específicos e análises setoriais sobre diversificados aspectos de responsabilidade sócio-ambiental, destacam-se as normas e certificações como forma de padronizar procedimentos nas empresas, com intuito de gestão ambiental sustentável.

2.4 Normas, Certificações e Sistemas de Gestão Integrada

As normas, certificações e SGA, estabelecem procedimentos padrões para que os princípios possam ser seguidos e aplicados ao cotidiano das empresas, baseados em processos. Os princípios segundo os quais se pode obter uma regulamentação propícia (MC INTOSH, 2001):

1. Focar nos resultados e não na tecnologia;
2. Regulamentação severa incentivando a adoção de inovações em caráter definitivo;
3. Estabelecer regulamentação tendo em vista o usuário final sempre que possível e buscando ao máximo o início da cadeia produtiva;
4. Adotar fases e estágios de forma a garantir uma gradual, porém definitiva, implantação;
5. Utilizar incentivos de mercado;
6. Alinhar regulamentações e normas afins;
7. Tornar o processo regulatório mais estável;
8. Tornar o processo participativo com o setor envolvido;
9. Capacitar os reguladores com a especificidade necessária ao setor ao qual se destinam;
10. Minimizar o tempo e os recursos consumidos no processo em si.

Para Sachs (2004), a questão inerente à regulamentação não é rigidez da aplicação de uma norma, mas sim a adoção do desenvolvimento sustentável que pode ser criado a partir dela, tendo em vista o foco no problema e nas oportunidades que podem criar soluções, incentivando desta forma a inovação. Segundo o autor: “Igualdade, equidade e solidariedade estão, por assim dizer, embutidas no conceito de desenvolvimento, como conseqüências de longo alcance para que o pensamento econômico sobre o desenvolvimento se diferencie do economicismo redutor” (SACHS, 2004)

Podem ser mencionadas como normas e certificações relacionadas com o desenvolvimento sustentável e responsabilidade social a *International Organization for Standardization* (ISO) 14001, *Social AccountAbility* (SA) 8000, ISO 26000 (Norma Regulamentadora - NR 16000) e *AccountAbility* (AA) 1000.

2.4.1 ISO 14001

A série de normas NBR ISO 14000 foi criada em 1996, sendo alterada em 2004, com o objetivo de especificar os requisitos necessários para que as empresas possuam Sistema de Gestão Ambiental eficaz para auxiliá-la a alcançar seus objetivos ambientais e econômicos. Aplica-se aos aspectos ambientais que possam ser controlados pela organização e sobre os quais ela tenha influência (SEIFFERT, 2004).

A série ISO 14000 consiste num conjunto de normas, igualmente de caráter voluntário, elaborado pela ISO que "visa estabelecer diretrizes para a implementação de sistemas de gestão ambiental, nas diversas atividades econômicas que possam impactar o meio ambiente, e para a avaliação e certificação destes sistemas, com metodologias uniformes e aceitas internacionalmente" (Confederação Nacional da Indústria - CNI, 1995, p. 24).

As normas abrangem seis áreas elaboradas pelo Comitê Técnico 207 da ISO (ISO/TC 207), que se faz composto por 1 comitê coordenador, 6 sub-comitês e 1 grupo de trabalho especial (WG1).

O Sistema de Gestão Ambiental das empresas que possuem certificação ISO 14000 devem ter sua política ambiental embasada pelos princípios da política ambiental do certificado (Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT NBR 14001: 2004). A alta administração deve definir a política ambiental da organização e assegurar que, dentro do escopo definido de seu sistema de gestão ambiental, a política:

1. Seja apropriada à natureza, escala e impactos ambientais de suas atividades, produtos e serviços.
2. Inclua um comprometimento com a melhoria contínua e com a prevenção de poluição;
3. Inclua um comprometimento em atender aos requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela organização que se relacionem aos seus aspectos ambientais;
4. Forneça uma estrutura para o estabelecimento e análise dos objetivos e metas ambientais;
5. Seja documentada, implementada e mantida;
6. seja comunicada a todos que trabalhem na organização ou que atuem em seu nome, e
7. Esteja disponível para o público (ABNT, 2004).

Estas políticas devem seguir o estabelecido em seu planejamento estratégico, critério para definição de missão, visão e valores. A relevância dos gastos na área ambiental torna

imperioso o adequado e detalhado gerenciamento destes, de forma a garantir a eficiência e eficácia da gestão econômica dos recursos disponibilizados para a continuidade da empresa, bem como no sentido de contribuir para o sucesso do sistema de gerenciamento ambiental em si (RIBEIRO, 1994).

Observa-se que a ISO 14001 pode ser um meio para implementar ações e modificações no processo produtivo, pois, esse conjunto de normas afetará todos os aspectos da responsabilidade ambiental da gestão de uma empresa, desde a realização de sua auditoria ambiental, como a medição do desempenho ambiental, a credibilidade de seus produtos, a forma como analisa o ciclo de seus produtos e processos, e a forma pela qual ela relata as informações ambientais a seus empregados e ao público (TRIGUEIRO, 2003).

A construção de uma visão empresarial em que o valor da responsabilidade social corporativa está presente demonstra ser um fator de diferenciação. Estas construções e adaptações que se consolidam pelo mundo estão fazendo com que as organizações busquem ajustes na forma de responder aos principais atores (sociedade, comunidade, governo, empregados, etc.) que estão presentes neste ambiente nas quais elas estão inseridas. Nesse sentido, a responsabilidade social pode ser vista de forma sistêmica, estimulada por um diálogo contínuo entre a organização e seus atores internos e externos, possibilitando que a consciência ambiental esteja, cada vez mais, arraigada às tomadas de decisão das organizações. Para tanto, criaram-se mecanismos incentivadores das boas práticas empresariais que estimulam a responsabilidade social corporativa, podendo-se citar os instrumentos certificadores. Entre estas certificações destaca-se a ISO 14000 criada pela *International Organization for Standardization* (ISO) evidenciando-se as ações e comportamentos ambientais das empresas (SOLEDADE et al., 2007).

2.4.2 SA 8000

Criada pela *Social Accountability International* (SAI), é uma norma complementar às leis e regulamentos governamentais para verificação das condições de trabalho nas cadeias de produção, sendo embasada pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção dos Direitos das Crianças, dentre outros, contudo ainda possui pouca adesão pelas empresas (ALMEIDA, 2007).

A AS 8000 (BS 8800) foi a primeira tentativa para estabelecer uma referência normativa para implementação de um sistema de gestão de segurança, saúde e meio ambiente. Esta norma vinha sendo utilizada na implementação de um sistema de gestão de segurança e saúde visando a melhoria contínua das condições do ambiente de trabalho. Os princípios desta

norma estão alinhados com os conceitos e diretrizes das normas da série ISO 9000 (Sistema da Qualidade) e série ISO 14000 (Gestão Ambiental) (ARAÚJO, 2003).

A norma britânica BS 8800, que continua válida, motivou diversas entidades normativas a elaborar em 1998 um conjunto de normas intituladas de *Occupational, Health and Safety Management Systems* (OHSAS), visando a realização de auditorias e a certificação de programas de gestão de segurança, saúde e meio ambiente. Foram elaboradas as seguintes normas até o momento (ARAÚJO, 2003):

- a) OHSAS 18.001 - *Specification for OH&S Management Systems*
- b) OHSAS 18.002- *Guidance for OH&S Management Systems*
- c) OHSAS 18.003 - *Criteria for Auditors of OH&S Management System.*

A norma OHSAS 18.001 apresenta requisitos para a implementação de um sistema de gerenciamento a fim de capacitar a organização a obter um programa de melhoria contínua das condições e redução dos riscos no ambiente de trabalho.

Almeida (2007) considera que a importância desta norma é que define códigos de conduta para estimular representação, liberdade de associação, comunicação e proteção para os direitos dos trabalhadores, podendo se tornar um paradigma de legitimidade e eficiência na cadeia produtiva.

2.4.3 ISO 26000 (NR 16000)

A diferenciação entre as empresas socialmente responsáveis e as que praticam a filantropia tornou-se uma certificação, tendo como base uma norma brasileira e na sua elaboração participa Jorge Cajazeira, gerente de excelência empresarial da Suzano Bahia Sul. A iniciativa é da ISO, que criou a versão ISO 26000, para estabelecer um padrão internacional para implementação de um sistema de gestão e certificação de empresas quanto ao quesito responsabilidade social (CAJAZEIRA, 2007).

Para Almeida (2007), esta norma é paradoxal à medida que, de um lado, pode se tornar um padrão de responsabilidade social para indústrias, mas, de outro, tendenciosa ao tentar estimular conhecimento e legitimidade em um padrão global de responsabilidade social.

A norma tem como propósito ser um documento integrador de diversos instrumentos de gestão reconhecidos internacionalmente, para orientar o processo de tomada de decisões alinhadas às estratégias e necessidades das organizações e das partes interessadas. A adesão a norma é voluntária, entretanto sem a certificação da organização (BORGER, 2009).

O Brasil deve sua participação ao fato de ser um dos poucos países a elaborar uma norma nacional sobre responsabilidade social, a NBR 16001, lançada pela ABNT no ano de 2007 (CAJAZEIRA, 2007).

2.4.4 AA 1000

Criada em 1999, como um novo relatório de sustentabilidade com mecanismo de *assurance* (garantia), a AA 1000 (*AccountAbility* 1000) é uma norma que define princípios e processos para prestação de contas de forma a garantir a qualidade da contabilidade, auditoria e relato de informações de caráter, social, ambiental e financeiro. Esta norma foi desenvolvida para designar um processo de consulta internacional pública e é destinada a diversos grupos de interesse, com o principal objetivo de promover o acompanhamento da produção de relatórios contábeis, de auditoria de sustentabilidade para divulgação pública (ALMEIDA, 2007).

A AA 1000 é uma norma de diretrizes não certificáveis, e apresenta os principais tópicos ligados à responsabilidade social, os pontos de divergência e de convergência com os demais padrões, sendo aplicável em organizações de qualquer setor, sejam públicas, privadas ou da sociedade civil, de qualquer tamanho e situada em qualquer local.

De acordo com Almeida (2007) a AA 1000 promove questionamento sobre os modelos tradicionais de responsabilidade social, além de evidenciar aumento de exigência de garantias de informações não financeiras nos relatórios de sustentabilidade.

2.5 Relatórios e Demonstrações Contábeis

Os relatórios são canais de comunicação das empresas com seus *stakeholders*. De acordo com Tinoco e Kraemer (2008, p.199): “Impõe-se à empresa como um *nexus* de contratos transparência na divulgação sócio-ambiental a seus *stakeholders*”.

Almeida (2002) entende que os relatórios emitidos pelas empresas possuem credibilidade baixa, sendo considerados como estratégias de marketing. Porém, nos últimos tempos, os investidores analisam as informações dos relatórios para tomar decisões e por esse motivo, há necessidade de se criarem padrões e normas para a evidenciação das informações sócio-ambientais para os usuários externos das empresas. Sem padronização, cada organização dentro de um setor industrial pode divulgar seu desempenho usando diferentes indicadores ambientais e alterando-os de um ano para o outro. Como resultado, observa-se

grande dificuldade na comparação dos desempenhos ambientais de diferentes companhias e na verificação do fato de a empresa estar ou não melhorando suas práticas, bem como para a visualização da estratégia adotada para alcançar melhorias, e na eficiência e custo.

Para atingir o objetivo e evidenciar o que a empresa faz, as informações dos relatórios devem ser amplas, exatas e fidedignas. Para isso, deve haver a verificação externa à empresa e a divulgação pública. Muitos relatórios ambientais se tomam inúteis devido à diversidade de indicadores de desempenho ambiental. A falta de certas características qualitativas dominantes nos relatórios financeiros leva aos relatórios ambientais a ausência de credibilidade aos olhos de grupos externos de *stakeholder*.

Beets e Souther (1999) consideram que a falta de padronização dos relatórios prejudica a comparabilidade entre eles, sendo que alguns diferem em demasiado, prejudicando a análise de informações.

Como exemplo dos relatórios mais utilizados para o contexto sócio-ambiental destacam-se: Balanço Social Ibase, Guia de Elaboração do Balanço Social, Indicadores Ethos, GRI, *Carbon Disclosure Project -CDP*.

2.5.1 Balanço Social

O Brasil não possui regulamentação específica que determine um modelo obrigatório de balanço social e, portanto, existem alguns modelos que podem ser adotados, mas alguns se mostram superficiais e pouco exploram o conteúdo contábil. De acordo com Tinoco (2001), o balanço social foi criado pela contabilidade nas empresas com forma de mostrar seu desempenho econômico, financeiro, social e de responsabilidade social e empresarial, e pública.

No Brasil, a idéia encontrou respaldo a partir da década de 1960, com o trabalho da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresas do Brasil (ADCE), por meio de mobilizações e eventos. Em 1980, a ADCE organiza seminário internacional realizado em São Paulo, no qual é lançada a obra “Balanço Social da Empresa na América Latina”.

Em termos acadêmicos, o primeiro estudo do gênero no país se refere à Dissertação de Mestrado apresentada por João Eduardo Prudêncio Tinoco, em 1984, à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Tal modelo evoluiu mesmo sem regulamentação nacional e deu origem a modelos como IBASE e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social. O pesquisador (TINOCO, 2001, p.14) define Balanço social:

Balanço social é um instrumento de gestão de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes os funcionários.

Este relatório evoluiu como uma prática de responsabilidade social corporativa e deu enfoque ao surgimento de indicadores de sustentabilidade nas organizações ao longo do tempo.

2.5.2 Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE

O balanço social é um documento de publicação anual que reúne informações sobre as atividades econômicas, ambientais e sociais desenvolvidas pelas empresas que apresenta os seus principais compromissos públicos, as metas para o futuro, mostra o que fez pelos empregados e seus dependentes e pela população sobre quem exerce influência direta e indireta (MENEGASSO, 2002).

Para Tinoco (2001), o objetivo do balanço social é descrever certa realidade econômica e social, susceptível de avaliação e é um instrumento que regula e harmoniza as relações entre o capital e o trabalho pela ascensão das forças sociais nos países do Terceiro Mundo e vem sendo utilizado como instrumento de gestão em países com capitalismo mais desenvolvido.

Desta forma são criados modelos de balanço social com diversidade de indicadores que evidenciem a postura e os resultados da empresa quanto a esta postura.

O modelo de balanço social do IBASE foi criado em 1997, pelo sociólogo Herbert de Souza, Betinho, na época presidente do Instituto, para incentivar a divulgação voluntária do balanço social. Foi desenvolvido um modelo simplificado em parceria com representantes de empresas públicas e privadas, e debates com alguns setores da sociedade para estimular todas as empresas a divulgar seu balanço social, independentemente do tamanho e setor. Foi estabelecido um modelo simplificado para garantir o envolvimento do maior número de organizações contendo apenas uma página. Constitui-se de uma planilha composta por indicadores quantitativos referentes às informações e aos dados sobre investimentos financeiros, sociais e ambientais (TORRES E MANSUR, 2008).

O balanço social com a metodologia do Ibase apresenta informações referentes a dois exercícios anuais por meio de uma tabela que deve ser publicada e divulgada. O modelo atual

é composto por 43 indicadores quantitativos e oito indicadores qualitativos, organizados em sete categorias, conforme Torres e Mansur (2008):

1. Base de cálculo: três informações financeiras – receita líquida, resultado operacional e folha de pagamento bruta – que servem de base de cálculo percentual para grande parte das informações e dos dados apresentados, informando o impacto dos investimentos nas contas da empresa, além de permitir a comparação entre empresas e setores ao longo dos anos;

2. Indicadores sociais internos: são apresentados todos os investimentos internos, obrigatórios e voluntários, que a empresa realiza para beneficiar e/ou atender ao corpo funcional (alimentação, encargos sociais compulsórios, previdência privada, saúde, segurança e medicina no trabalho, educação, cultura, capacitação e desenvolvimento profissional, creches ou auxílio-creche, participação nos lucros ou resultados e outros);

3. Indicadores sociais externos: investimentos voluntários da empresa, cujo público-alvo é a sociedade em geral (projetos e iniciativas nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, esporte, combate à fome e segurança alimentar, pagamento de tributos e outros). São as ações sociais privadas realizadas por empresas visando à sociedade ou alguma comunidade externa relacionada, direta ou indiretamente, com os objetivos ou interesses das corporações;

4. Indicadores ambientais: investimentos da empresa para mitigar ou compensar seus impactos ambientais e aqueles que possuem o objetivo de melhorar a qualidade ambiental da produção/operação da empresa, seja por meio de inovação tecnológica, seja por programas internos de educação ambiental. Também são solicitados investimentos em projetos e ações que não estão relacionadas com a operação da companhia e um indicador qualitativo sobre o estabelecimento e cumprimento de metas anuais de eco eficiência;

5. Indicadores do corpo funcional: as informações que identificam de que forma se dá o relacionamento da empresa com seu público interno no que concerne à criação de postos de trabalho, utilização do trabalho terceirizado, número de estagiários(as), valorização da diversidade – negros(as), mulheres, faixa etária e pessoas com deficiência – e participação de grupos historicamente discriminados no país em cargos de chefia e gerenciamento da empresa (mulheres e negros);

6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial: refere-se a uma série de ações relacionadas aos públicos que interagem com a empresa, com grande ênfase no público interno. Em sua maioria, são indicadores qualitativos que mostram como está a participação interna e a distribuição dos benefícios. Também aparecem nesta parte do balanço

algumas das diretrizes e dos processos desenvolvidos na empresa que estão relacionados às políticas e práticas de gestão da responsabilidade social corporativa;

7. Outras informações: espaço reservado e amplamente utilizado pelas empresas para divulgar outras informações que sejam relevantes para a compreensão de suas práticas sociais e ambientais. As empresas que solicitam o “Selo Balanço Social Ibase/ Betinho” devem apresentar suas declarações de não-utilização de mão-de-obra infantil ou de trabalho análogo ao escravo ou degradante; seu não-envolvimento com prostituição ou exploração sexual infantil ou adolescente; seu não-envolvimento com corrupção; e seu compromisso com a valorização e o respeito à diversidade. Devem, também, apresentar sua classificação, informar sua identificação – razão social e Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) –, além de nome, telefone e correio eletrônico do responsável pelas informações.

2.5.3 Indicadores Ethos e Guia de Elaboração do Balanço Social do Instituto Ethos

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, organização sem fins lucrativos fundada em 1998, tem como associados algumas centenas de empresas em operação no Brasil, de diferentes portes e setores de atividade. A entidade tem como missão mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade mais próspera e justa. O Instituto Ethos dissemina a prática da responsabilidade social por intermédio de atividades de intercâmbio de experiências, publicações, programas e eventos voltados para seus associados e para a comunidade de negócios em geral.

Para fortalecer o movimento pela responsabilidade social no Brasil, o Instituto Ethos concebeu os Indicadores Ethos como um sistema de avaliação do estágio em que se encontram as práticas de responsabilidade social nas empresas. Os indicadores foram elaborados, em 2000, pela equipe do Instituto Ethos e consultores José Edson Bacellar e Paulo Zuffo, com a contribuição da Fundação Dom Cabral, a Pact e inúmeros colaboradores, parceiros e membros de empresas associadas. Sua primeira revisão, orientada para o desenvolvimento dos Indicadores - Versão 2001, foi coordenada por Vivian Paes Barretto Smith e Adele Queiroz, e também contou com a colaboração de diversos parceiros e empresas.

Segundo Borger (2001), o instrumento de avaliação do instituto é um processo de *benchmark*, ou seja, os indicadores qualitativos ou quantitativos do desempenho podem ser comparados dentre as empresas.

Dentre os indicadores do Instituto Ethos que fazem parte de seu questionário para o Balanço Social, encontram-se sete temas e cada um deles é subdividido em indicadores que exploram perspectivas de como as empresas podem melhorar seu desempenho:

- Valores, transparência e governança;
- Público interno;
- Meio Ambiente;
- Fornecedores;
- Consumidores e clientes;
- Comunidade;
- Governo e sociedade.

Os indicadores são classificados em três categorias:

- Questões de profundidade: avalia o estágio atual da empresa em relação a suas práticas;
- Questões binárias: elementos de validação e aprofundamento do estágio de responsabilidade social da empresa;
- Questões quantitativas: levantamento sistemático e quantitativo de dados que podem ser comparados e analisados anualmente.

Para complementar os Indicadores, foi elaborado O Guia de Elaboração do Balanço Social, para que as empresas relatassem o desempenho social e ambiental além do econômico.

Já em 2007, a fim de avançar o estágio de relatoria sócio-ambiental o Instituto Ethos, lançou o Guia para Elaboração do Balanço Social e Relatório de Sustentabilidade, com o objetivo de apontar os elementos fundamentais na elaboração do balanço social a partir das metodologias IBASE e GRI, explanando sobre as diretrizes gerais que ajudam as empresas a organizar e a comunicar as informações sobre os desafios da estratégia sócio-ambiental e a coerência ética das operações (INSTITUTO ETHOS, 2009).

A proposta é de que o relatório divulgue informações sobre o perfil do empreendimento, histórico da empresa, seus princípios e valores, governança corporativa, diálogo com partes interessadas e indicadores de desempenho econômico, social e ambiental.

2.5.4 *Global Reporting Initiative - GRI*

A *Global Reporting Initiative* (GRI, 2009) é uma iniciativa criada em 1997, pela parceria entre a Organização Não-Governamental norte-americana *Coalition for*

Environmentally Responsible Economics (CERES) e o PNUMA (*United Nations Environmental Programme* - UNEP), com o objetivo de fornecer um modelo de relatório para as empresas que desejam apresentar balanço econômico, social e ambiental.

O GRI segue uma série de princípios que foram desenvolvidos tendo em vista o longo prazo e a disposição da empresa em continuar evoluindo com base em novos conhecimentos e aprendizados. Muitos deles são semelhantes aos princípios usados em relatórios financeiros, o que facilita o entendimento das partes interessadas e sua utilização para o campo social e ambiental.

A estrutura de relatoria GRI compreende três tipos de documentos. Juntos, esta conjunto representa uma estrutura detalhada que permite a mensuração e relatoria econômica, ambiental, e social de empresas de diversos setores. A estrutura do GRI inclui: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade- GRI - *Guidelines*; Suplementos do setor (EEUS); e Protocolos técnicos.

O GRI consiste em um conjunto de indicadores que se tornaram referência para a criação de um padrão global de divulgação de informações sobre desempenho econômico, ambiental e social. Tem sido adotado por empresas como o esforço mais bem-sucedido para o desenvolvimento de indicadores que evidenciem evolução das empresas no que tange às práticas de sustentabilidade e responsabilidade social.

A estrutura do relatório foi concebida para ser utilizada por organizações de diferentes setores, porte ou localidade quanto ao seu desempenho e práticas econômicas, sociais e ambientais, existindo questões comuns ao programa geral e outras específicas por segmentos.

Mais de 1298 companhias seguem oficialmente as orientações da GRI em seus relatórios de sustentabilidade, como a General Motors, ABN-Amro Bank, Bayer e Nike. No Brasil 69 organizações já adotam o modelo, tais como Natura, Petrobrás, Souza Cruz, McDonald's, Usiminas, CPFL, CEMIG (GRI, 2009).

A metodologia do GRI será apresentada em mais profundidade no capítulo destinado a pesquisa.

2.5.5 *Carbon Disclosure Project* - CDP

O *Carbon Disclosure Project* (CDP) é a principal iniciativa internacional com relação à temas das mudanças climáticas e sustentabilidade empresarial.

O CDP é a maior coalizão de investidores do mundo: mais de 385 investidores signatários, com uma base combinada de ativos de US\$ 57 trilhões, assinaram a sexta

solicitação anual de informação do CDP em 2008 (CDP6), que foi enviada a mais de 3.000 empresas no mundo inteiro.

Essa solicitação anual de informação do CDP foi enviada ao Presidente do Conselho de Administração das maiores empresas do mundo por capitalização de mercado. O pedido cobre quatro áreas principais:

- 1) Visão da administração sobre riscos e oportunidades que a mudança climática representa para os negócios;
- 2) Contabilidade das emissões de gases de efeito estufa;
- 3) Estratégia gerencial de redução das emissões/minimização de riscos e capitalização de oportunidades; e
- 4) Governança corporativa relativa às mudanças climáticas.

A iniciativa do CDP se demonstra agressiva, no sentido de que essa organização, não fica aguardando que empresas respondam sua chamada, mas de forma pró-ativa envia o pedido de informações e obtendo o retorno disponibiliza as informações. Sem dúvida uma quebra de paradigma.

2.6 Rating

Segundo Pina (2005) *rating* é uma classificação genérica que, em caso de risco de crédito, pode ser utilizado para determinar em quais condições relativas um agente devedor se coloca em relação a outros. O *rating*, ou classificação de risco, se refere ao mecanismo de classificação da qualidade de crédito de uma empresa, um país, um título ou uma operação estruturada.

Ele busca mensurar a probabilidade de *default* de obrigações financeiras, ou seja, o não pagamento, incluindo-se atrasos e ou falta efetiva do pagamento. É um instrumento relevante para o mercado, uma vez que fornece aos potenciais credores uma opinião independente a respeito do risco de crédito do objeto analisado.

Do ponto de vista econômico, é bastante vantajoso, pois uma vez feito, pode ser utilizado para vários objetivos e por diversas instituições.

O conceito de *rating* de crédito tenta abranger e expor aos credores, de forma rápida e simplificada, o maior número de variáveis explícitas e implícitas existentes a respeito dos tomadores de crédito. A classificação dos agentes devedores se dá por meio de cálculos ponderados de variáveis colocadas de forma arbitrária, mas que valem para todos os devedores.

Segundo a agência Moody's o *rating* pode ser definido como uma percepção sobre risco relativo baseado na capacidade e vontade do emissor em pagar principal e juros completamente e no prazo acordado durante o período de vigência do instrumento de dívida e severidade da perda, em caso de inadimplência.

O chamado Risco Brasil é um caso particular do risco inerente a um investimento pertencente a um subconjunto de ativos cuja particularidade é a de terem origem brasileira.

Sua operacionalização consiste na criação de listagens para fundos de investimentos com critérios de Responsabilidade Social (denominados “Socialmente Responsáveis” e/ou “Investimentos Éticos”) estão se desenvolvendo para atender os investidores do mercado de capitais internacionais.

2.6.1 Índice Dow Jones de Sustentabilidade

O *Dow Jones Sustainability Index* nasceu em 1999 como o primeiro indicador bolsista da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade em âmbito global. As empresas que constam do Índice, indexado à bolsa de Nova Iorque, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, a longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos, como ambientais e sociais.

A importância dada pelos investidores a este índice é reflexo de uma preocupação crescente das empresas e grupos econômicos com um mundo sustentável. A sua performance financeira está, desta forma, intrinsecamente associada ao cumprimento de requisitos de sustentabilidade que atravessam todas as áreas da vida empresarial e que cruzam aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A *Dow Jones & Company* elabora os seguintes *ratings* de sustentabilidade diferentes:

- ***Dow Jones Sustainability World Index (DJSI World)*** abrange os 10% mais de 2.500 maiores empresas do *Dow Jones Global Total Stock Market Index* em termos de critérios econômicos, ambientais e sociais. Este índice foi primeiramente publicado em 8 de Setembro de 1999.
- ***Dow Jones Sustainability World 80 Index (DJSI World 80)*** é um subconjunto do *DJSI World*, onde são listadas as 80 empresas líderes da carteira em sustentabilidade no mundo inteiro. O *DJSI World* foi lançado em 26 de agosto de 2008.
- ***Dow Jones STOXX Sustainability Index (DJSI STOXX)*** e ***Dow Jones EURO STOXX Sustainability Index*** tem como referência para os investimentos europeus de

sustentabilidade, o *DJSI STOXX* abrange os 20% de empresas líderes em termos de sustentabilidade das empresas do *Dow Jones STOXX 600 Index SM*. O índice *Dow Jones EURO STOXX Sustainability Index (DJSI STOXX)* é o subconjunto do euro *DJSI STOXX* e, portanto, acompanha o desempenho financeiro dos líderes da sustentabilidade nesta região em particular. Este conjunto de índices foi lançado em 15 de Outubro de 2001. O índice *Dow Jones STOXX 40 Sustainability Index (DJSI STOXX 40)*, é subconjunto do *DJSI STOXX*, que é formado pelas maiores 40 companhias líderes de sustentabilidade na Europa, respectivamente na zona euro. O *DJSI STOXX 40* foi lançado em 30 de janeiro de 2006.

- ***Dow Jones Sustainability North America Index (DJSI América do Norte) e Dow Jones Sustainability Index Estados Unidos (DJSI Estados Unidos)*** cobre as 20% empresas líderes em termos de sustentabilidade das 600 maiores empresas norte-americanas no *Dow Jones Global Total Stock Market Index*. O *DJSI Estados Unidos* é o subconjunto *E.U. do DJSI North America*. Este conjunto de índices foi introduzido em 23 de setembro de 2005. O *Dow Jones Sustainability North America 40 Index (DJSI América do Norte 40)*, o *Dow Jones Sustainability Estados Unidos 40 Index (DJSI Estados Unidos 40)* são subconjuntos do *DJSI North America*, que se forma com as 40 maiores empresas líderes da sustentabilidade na América do Norte, respectivamente, nos Estados Unidos. O *DJSI América do Norte e 40 do DJSI Estados Unidos 40* foram lançados em 26 de agosto de 2008.
- ***Dow Jones Sustainability Ásia (DJSI Ásia / Pacífico) / Pacífico Index*** capta 20% das empresas de liderança em termos de sustentabilidade tendo como base as maiores 600 empresas nos países desenvolvidos da Ásia / Pacífico mercados no *Dow Jones Global Total Stock Market Index*. As componentes são ponderadas com base no *free-float market cap*. O índice *Dow Jones de Sustentabilidade da Ásia / Pacífico 40 Index (DJSI Ásia / Pacífico 40)* é um subconjunto do *DJSI Ásia / Pacífico* que controla as 40 maiores empresas líderes da sustentabilidade na região Ásia / Pacífico. Os índices foram lançados em 16 de janeiro de 2009.

Com a atualização realizada em fevereiro de 2010, o *Dow Jones Sustainability World Index*, que é o primeiro e mais importante *rating* de empresas sustentáveis a nível global, tem 317 companhias listadas. (DJSI, 2010). Dentro desse *rating* existe a seleção das empresas líderes setoriais, e na composição da carteira de 2009/2010 a CEMIG foi colocada como

empresa líder do setor de energia elétrica e o BANCO ITAÚ como empresa líder no setor financeiro.

Nome da Empresa	Super Setor	Pais
Bayerische Motoren Werke AG (BMW)	Automobiles & Parts	Germany
Australia & New Zealand Banking Group Ltd	Banks	Australia
Xstrata PLC	Basic Resources	UK
DSM NV	Chemicals	Netherlands
Panasonic Electric Works Co Ltd	Construction & Materials	Japan
Itausa-Investimentos Itau	Financial Services	Brasil
Unilever	Food & Beverage	Netherlands
Roche Holding AG	Health Care	Switzerland
TNT N.V.	Industrial Goods & Services	Netherlands
Swiss Re	Insurance	Switzerland
Pearson Plc.	Media	UK
Total SA	Oil & Gas	France
adidas AG	Personal & Household Goods	Germany
GPT Group	Real Estate	Australia
Kingfisher Plc	Retail	UK
Nokia Corp.	Technology	Finland
Telefonica, S.A.	Telecommunications	Spain
Sodexo	Travel & Leisure	France
Cia Energetica Minas Gerais (CEMIG)	Utilities	Brasil

Quadro 01: Líderes de super setores globais (2009/ 2010) – Índice Dow Jones

Fonte: DJSI (2010)

2.6.2 Índice Bovespa Sustentabilidade Empresarial (ISE)

As Bolsas de valores no mundo têm criado fundos e índices que levam em conta o *triple bottom line*, um conceito que prevê a sustentabilidade empresarial onde a empresa gere resultados econômicos ao mesmo tempo, que contribui para o desenvolvimento da sociedade e para a preservação do meio ambiente. Assim, este conceito estabelece que a empresa precisar focar seus resultados econômicos, além dos resultados ambiental e social adicionados, o que é previsto no balanço social de acordo com Tinoco (2001). É o caso do ISE da Bolsa de Valores de São Paulo, Bovespa. No balanço sustentável de muitas empresas atualmente, são incluídos também dados não ligados diretamente ao negócio da empresa como, por exemplo, uma empresa petrolífera compra créditos de carbono para tentar mitigar o impacto da sua produção. Outras empresas adotam os selos de responsabilidade social corporativa.

A BOVESPA, em conjunto com várias instituições – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), Associação Nacional dos Bancos de Investimento (ANBID), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC),

IFC, Instituto ETHOS e Ministério do Meio Ambiente (MMA) – decidiram unir esforços para criar um índice de ações que fosse um referencial para os investimentos socialmente responsáveis, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), lançado no primeiro semestre de 2005.

Os índices de Sustentabilidade e outros exigem das empresas o preenchimento de questionários e também a confrontação das informações, o que exige das empresas estarem habituadas com a sofisticação de relatoria exigida pelos investidores e agentes financiadores. As empresas já devem ter a competência para lidar com a sofisticação das técnicas de avaliação de *performance* econômico-financeira.

Alguns dos critérios adotados por esses novos índices de sustentabilidade do mercado são:

- Dimensão da natureza do produto – empresas que têm produtos que causam dependência física ou ameaçam a integridade do consumidor não podem participar.
- Governança corporativa – empresas que adotam o modelo de governança que basicamente amplia a transparência dos dados divulgados pela empresa.
- Plano de contingência – as empresas devem estar preparadas para ocasionais problemas que cessem sua produção.
- Dimensão ambiental – além de atender as exigências da legislação ambiental, é importante que as empresas pensem e procurem melhorias que ajudem a amenizar os impactos das suas ações.
- Dimensão social – Além de atender às exigências da legislação trabalhista, as empresas devem incluir políticas de inclusão da diversidade social (como negros ou portadores de necessidades especiais), além de ter uma política para tentar inibir a corrupção.

Na Tabela 01 são elencadas as empresas que possuem ações da BOVESPA sustentabilidade Empresarial, a quantidade de ações e sua respectiva porcentagem.

Tabela 01: Ações da Bovespa Sustentabilidade Empresarial

Ação	Quantidade teórica	Participação (%) (2)
AES TIETE	55.216.868	0,85%
BRADESCO	175.055.390	4,93%
BRASIL	48.148.616	1,22%
BRASKEM	242.636.193	2,28%
BRF FOODS	293.784.288	9,84%
CEMIG	174.328.116	4,06%
CESP	69.415.162	1,22%
COELCE	9.661.088	0,23%
COPEL	36.989.789	1,02%
CPFL ENERGIA	53.712.951	1,41%
DASA	57.137.909	1,09%
DURATEX	159.372.741	2,01%
ELETRORBRAS	142.190.606	3,16%
ELETROPAULO	33.057.333	0,92%
EMBRAER	721.468.719	5,15%
ENERGIAS BR	19.868.675	0,50%
EVEN	64.441.734	0,41%
FIBRIA	91.337.686	2,24%
GERDAU	298.838.902	6,40%
GERDAU MET	109.013.999	2,94%
INDS ROMI	39.162.959	0,41%
ITAUSA	189.809.634	1,74%
ITAUUNIBANCO	214.794.535	6,50%
LIGHT S/A	18.243.838	0,36%
NATURA	169.686.040	4,65%
REDECARD	28.345.687	0,62%
SABESP	113.323.328	2,93%
SUL AMERICA	34.968.335	1,37%
SUZANO PAPEL	143.663.984	2,20%
TELEMAR	3.137.844.614	9,80%
TIM PART S/A	707.805.002	2,90%
TRACTEBEL	74.733.621	1,28%
USIMINAS	106.678.542	5,66%
VIVO	146.272.761	6,28%
TOTAL	5.186.949.645	100,00%

Fonte: BOVESPA (2009)

2.6.3 Índice Bovespa de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC)

O Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) tem por objetivo medir o desempenho de uma carteira teórica composta por ações de empresas que apresentem

bons níveis de governança corporativa. Tais empresas devem ser negociadas no Novo Mercado ou estar classificadas nos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA.

Elegem-se à inclusão na carteira teórica do índice todas as ações emitidas por empresas negociadas no Novo Mercado ou classificadas nos Níveis 1 e 2 da BM&FBOVESPA.

São incluídas na carteira do índice todas as empresas admitidas à negociação no Novo Mercado e nos Níveis 1 e 2 da BM&FBOVESPA.

Uma vez a empresa tendo aderido aos Níveis 1 ou 2 da BM&FBOVESPA, todos os tipos de ações de sua emissão participarão da carteira do índice, exceto se sua liquidez for considerada muito estreita (BOVESPA, 2009).

3 A ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica é uma fonte secundária que pode ser obtida a partir das fontes energéticas primárias transformadas através de conversões (ANEEL, 2008). As conversões de energia primária em elétrica mais utilizadas atualmente são: i) De energia contida em combustíveis fósseis e biomassa produzida em usinas termelétricas; ii) De energia atômica de minerais radioativos através de centrais nucleares; iii) De potencial hidráulico da água através de usinas hidroelétricas. A energia hidroelétrica é a energia proveniente do aproveitamento do potencial hidráulico existente num rio.

No mundo a maior parte da energia elétrica gerada é proveniente da conversão de combustíveis fósseis, sendo que a energia proveniente do potencial hidroelétrico dos rios está em segundo lugar.

No Brasil, a maior parte da energia elétrica gerada provem do potencial hidroelétrico, seguida pela energia elétrica gerada nas termoelétricas (ANEEL, 2008).

3.1 Setor de Energia Elétrica no Brasil

A instalação de um dínamo na Estação Central da Estrada de Ferro D. Pedro II, no Rio de Janeiro, em 1879, foi o marco da energia elétrica no Brasil. No mesmo ano foi inventada a lâmpada elétrica pelo norte-americano Thomas Edison.

A primeira usina do Brasil foi uma termoelétrica a vapor, com 52 Kilowatts (kW) de potência instalada no então distrito de Campos, no Rio de Janeiro, pioneiro na utilização de iluminação pública.

O Código de Águas, instituído pelo Decreto nº 24.643 (10/07/1934), durante a Era Vargas, atribuiu ao poder público a possibilidade de controle das concessionárias de energia elétrica e formalizou a intervenção estatal no setor e o início da história do marco regulatório. O Estado, então, assumiu o poder de conceder o direito ao uso dos aproveitamentos hidrelétricos e à exploração da concessão de serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica, limitada exclusivamente a brasileiros ou empresas organizadas no país (ANEEL, 2008). Para sanar problemas de abastecimento, regulamentação e tarifa referentes ao setor, foi criado, em 1939, o Conselho Nacional de Águas e Energia (CNAE).

Na década de 50, o Brasil atravessou sua primeira crise de energia, que resultou em racionamento devido ao crescimento da industrialização e da urbanização nos grandes centros

como São Paulo e Rio de Janeiro e da insuficiência de investimentos, na época privados e concentrados pelo Grupo *American & Foreign Power Company* (AMFORP) e pela Light.

O Setor Elétrico Brasileiro possui histórico de evoluções e mudanças, especialmente após a criação da ANEEL, em 26 de dezembro de 1996, órgão de regulação e da fiscalização do serviço público de energia elétrica no país.

De acordo com Rosa (2007), a mudança em curso no setor elétrico brasileiro, advinda principalmente após a criação da ANEEL, deve ser questionada se é compatível com o modelo de desenvolvimento sustentável: há discrepância na produção de energia elétrica com capacidade instalada, com frequência, e mais do que 90% do parque gerador ainda é hidrelétrico, quando, no final de 2003, já era menor do que 80% e, em outubro de 2006, do que 76%, principalmente devido ao aumento da participação da termoeletricidade.

Segundo Santana (2008), as tendências mostram uma constante e significativa diminuição, de 1998 até 2005, do percentual de fontes hidráulicas instaladas, de mais de 90% para menos de 80%, respectivamente, participação esta que foi perdida para a termoeletricidade, principalmente a gás natural. Destarte, a matriz elétrica brasileira está se tornando cada vez menos renovável e o atual ritmo de adição de capacidade ao parque gerador, dos atuais tipos de fontes, incluindo as alternativas, não dará conta do ritmo de crescimento econômico projetado.

Ao longo de dez anos, a ANEEL (2008) viveu sob o desafio de se consolidar como autarquia independente e dotada de autonomia decisória, e, ao mesmo tempo, regular um setor submetido a constantes mudanças de regras e sensível às oscilações climáticas, econômicas e políticas. A partir de 2004, vieram novas regras, com a instituição do Novo Modelo do Setor Elétrico. A ANEEL foi responsável pela elaboração dos regulamentos necessários à prática do novo paradigma e fiscalizar para que essas normas fossem cumpridas, enquanto que o cenário político, social e econômico do Brasil mudava e um mundo cada vez mais globalizado fazia com que fatos isolados reverberassem rapidamente com conseqüências para todos.

O crescimento da participação da eletricidade no consumo final de energia tem sido significativo no Brasil, de 6,4%, em 1973, também para 16,2%, em 2004. Constata-se que a hidroeletricidade continuará a ser importante na expansão do setor elétrico brasileiro – atendendo, nos próximos anos, a pelo menos 50% da necessidade de expansão da capacidade, a adição de grandes centrais geradoras, tal como nas últimas três décadas, pode ter chegado ao seu limite, uma vez que os maiores aproveitamentos já teriam sido realizados (ANEEL, 2008).

Além disso, os maiores potenciais remanescentes estão em regiões com fortes restrições ambientais e distantes dos grandes centros consumidores e, assim, apresentam altos custos de implantação e de ações mitigatórias dos impactos ambientais negativos. Além disso, enfrentam forte resistência por parte de gestores do meio ambiente, o que tem reduzido não só o ritmo de adição, mas também a participação dessa fonte na matriz elétrica nacional (ROSA, 2007). Isso se traduz na necessidade de destinar indicadores de responsabilidade social e sustentabilidade no setor de energia elétrica.

De acordo com Santana (2008), especialmente devido à importância da energia elétrica à civilização e ao modo de vida na sociedade moderna. Além disso, a disponibilidade de força elétrica, de forma confiável e a preços competitivos, é um dos mais importantes componentes da rede de infra-estrutura, sendo considerada como um insumo básico da atividade econômica. Assim, os serviços disponibilizados pelo setor de energia elétrica são considerados estratégicos e de primeira necessidade para a sobrevivência das pessoas e para os sistemas produtivos.

3.1.1 Forma de Funcionamento e Dados Atuais do Setor

Segundo dados da ANEEL (2008b), o Brasil é um país com quase 184 milhões de habitantes, em 2008, cerca de 95% da população tinha acesso à rede elétrica., contando com mais de 61,5 milhões de unidades consumidoras, distribuídas em 99% dos municípios, sendo que cerca de 85% é residencial. Dessa forma de todos os segmentos da infra-estrutura, energia elétrica é o serviço mais universalizado à população.

Para geração e transmissão de energia elétrica, o país conta com um sistema (conjunto composto por usinas, linhas de transmissão e ativos de distribuição) principal: o Sistema Interligado Nacional (SIN).

O SIN abrange as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte do Norte. Em 2008, concentra aproximadamente 900 linhas de transmissão que somam 89,2 mil quilômetros nas tensões de 230, 345, 440, 500 e 750 kV (também chamada rede básica que, além das grandes linhas entre uma região e outra, é composta pelos ativos de conexão das usinas e aqueles necessários às interligações internacionais). Além disso, abriga 96,6% de toda a capacidade de produção de energia elétrica do país – oriunda de fontes internas ou de importações, principalmente do Paraguai por conta do controle compartilhado da usina hidrelétrica de Itaipu.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) é responsável pela coordenação e controle da operação do SIN, realizada pelas companhias geradoras e transmissoras, sob a fiscalização e regulação da Aneel. Entre os benefícios desta integração e operação coordenada está a possibilidade de troca de energia elétrica entre regiões. Isto é particularmente importante em um país como o Brasil, caracterizado pela predominância de usinas hidrelétricas localizadas em regiões com regimes hidrológicos diferentes.

3.1.2 Agentes do Setor

São agentes do setor de energia elétrica no Brasil (ANEEL, 2008):

- **Autoprodutor de energia elétrica** - É a pessoa física ou jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebem concessão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao seu uso exclusivo.
- **Comercializador** - É a pessoa jurídica especialmente constituída para exercer a atividade de comercialização de energia elétrica, que compreende a compra e a venda de energia elétrica para concessionários, autorizados ou a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor, regulamentado pela Resolução nº 265 de 13 de agosto de 1998.
- **Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE)** - É a pessoa jurídica ou empresas reunidas em consórcio que recebam concessão ou autorização do poder concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco.
- **Concessionária de Serviço Público (ou Permissionária)** - Agente Titular de Serviço Público Federal delegado pelo Poder Concedente mediante Licitação, na modalidade de concorrência, a pessoa jurídica ou consórcio de Empresas para exploração e prestação de serviços públicos de energia elétrica, regulamentado pela Lei 8987 de 13 de fevereiro de 1995.

O presente trabalho tem como foco de análise as empresas concessionárias de serviço público, sejam elas geradoras, transmissoras e/ou distribuidoras.

As concessionárias, mediante licitação podem atuar no mercado como: geradoras, transmissoras e/ou distribuidoras. Também é comum no mercado brasileiro que empresas estatais atuem, nas atividades acima descritas.

3.1.3 Geração de Energia Elétrica

De acordo com a Aneel (2008), o Brasil conta, em novembro de 2008, com 1.768 usinas em operação, que correspondem a uma capacidade instalada de 104.816 MW (megawatts) – número que exclui a participação paraguaia na usina de Itaipu. Do total de usinas, 159 são hidrelétricas, 1.042 térmicas abastecidas por fontes diversas (gás natural, biomassa, óleo diesel e óleo combustível), 320 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), duas nucleares, 227 centrais geradoras hidrelétricas (pequenas usinas hidrelétricas) e uma solar.

3.1.4 Transmissão de Energia Elétrica

De acordo com a Aneel (2008), o segmento de transmissão no Brasil é composto em 2008 por mais de 90 mil quilômetros de linhas e operado por 64 concessionárias, são responsáveis pela implantação e operação da rede que liga as usinas (fontes de geração) às instalações das companhias distribuidoras localizadas junto aos centros consumidores (tecnicamente chamados de centros de carga).

3.1.5 Distribuição de Energia Elétrica

A conexão e atendimento ao consumidor, qualquer que seja o seu porte são realizados pelas distribuidoras de energia elétrica. Atualmente esse mercado é formado por 63 concessionárias, responsáveis pelo atendimento de mais de 61 milhões de unidades consumidoras. O controle acionário dessas companhias pode ser estatal ou privado. No primeiro caso, os acionistas majoritários são o governo federal, estaduais e/ou municipais.

3.2 Responsabilidade Sócio-Ambiental no Setor de Energia Elétrica

A legislação do setor elétrico já orienta as atividades das concessionárias rumo aos padrões de Responsabilidade Sócio-ambiental, especialmente por se tratar de um serviço

público prestado sob o regime de concessão, que tem que atender prioritariamente ao interesse público.

O artigo 6º da Lei no 8.987/95, aplica o conceito de Responsabilidade Social no serviço público ao estabelecer que toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de um serviço adequado, o qual satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia e modicidade das tarifas.

No arcabouço legal regulatório brasileiro do setor de energia elétrica já existem sinais tangíveis da incorporação dos valores do desenvolvimento sustentável, bem como de uma orientação da atividade e do papel das concessionárias rumo aos aspectos de responsabilidade social com as suas partes interessadas, sobretudo com o cliente-consumidor. A função estratégica do setor, como prestador de um serviço essencial à população e propulsor do desenvolvimento econômico e industrial do país, expressa o desempenho de um papel intrinsecamente social e de grande valia para a construção de um futuro de prosperidade sustentável (ANEEL, 2006).

As características da matriz energética brasileira, focada no aproveitamento do potencial hidrelétrico, e atualmente nos incentivos aos projetos de fontes alternativas de energia, definem um modelo projetado para um futuro de maior respeito ao meio ambiente, preocupado com a utilização irrestrita de combustíveis fósseis e com os fenômenos do aquecimento global e das mudanças climáticas gerados pela emissão de gases de efeito estufa.

Assim, foram criados instrumentos legais para orientar o setor no desempenho de uma função social, rumo a padrões de respeito pelas necessidades e anseios da sociedade na prestação de um serviço público socialmente responsável.

Em 2004, a ANEEL iniciou os trabalhos de desenvolvimento de um novo modelo de relatório para substituição do Relatório Anual de Responsabilidade Empresarial (baseado nos indicadores do Instituto Ethos), a fim de ajustar as informações socio-ambientais à nova realidade do setor. Nestes trabalhos foram realizadas análises sobre os relatórios e balanços sociais publicados pelas concessionárias, à época, cujo resultado apontou variadas ocorrências, dentre as quais, destacam-se: a) ausência de preenchimento integral dos campos, especialmente os destinados aos Indicadores Ambientais; b) não aderência integral ao modelo; c) falta de uniformidade; d) ausência de indicadores e campos destinados às novas políticas do setor; e) desigual estágio de engajamento das concessionárias em questões relacionadas à responsabilidade social (Código de Conduta; Governança Corporativa; Adesão ao Pacto Global); e f) distorções nos valores das Demonstrações de Valor Adicionado (DVAs).

Para modificar este quadro, foram adotadas ações com ampla participação dos agentes, no processo de aprimoramento do referido relatório:

- Instituição do Prêmio Energia Cidadã, pela Portaria nº.128, de 29/11/2004;
- Encaminhamento de ofícios e memorandos, na busca de contribuições para esse aprimoramento: Ofício Circular nº 042/2005-SFF, de 10 de janeiro de 2005, aos agentes do setor, e Memorando Circular no 027/2005-SFF, no âmbito das Superintendências da Agência;
- Apresentação do trabalho e solicitação de contribuições das agências conveniadas no Workshop da Descentralização;
- Elaboração do Manual para a Premiação;
- Exposição da minuta do novo modelo do “Relatório de Responsabilidade Socioambiental”, no site da ANEEL: “Fórum Forte Integração”, insistindo na solicitação de novas contribuições.

Assim, a ANEEL apresentou um novo modelo, denominado Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica (“Relatório de Responsabilidade Socioambiental”), o qual se submete a um processo de contínuo aprimoramento, consequência da busca do setor por processos mais éticos, transparentes e sustentáveis.

A principal premissa do Relatório de Responsabilidade Socioambiental é que o produto a ser apresentado deve atender aos anseios das suas partes interessadas, fornecendo análises sobre riscos sociais e ambientais que possam afetar a sobrevivência da empresa, bem como os impactos econômico-financeiros relacionados.

Tendo em vista que o relatório a ser elaborado pelos agentes é objeto de divulgação pela ANEEL à sociedade, as informações apresentadas devem estar organizadas e sistematizadas pelas empresas, em controles internos, que permitam a fiscalização pelo órgão regulador e verificação por auditores independentes, por determinação da ANEEL. Foi desenvolvido um modelo: Informações técnicas – Fiscalização – Econômico-financeira –Manual de Contabilidade - Despacho SFF nº3.034 de 21/12/2006 que define os critérios do Relatório Anual de Sustentabilidade das Empresas de Energia Elétrica.

As informações são apresentadas de forma integrada pelas dimensões:

- Dimensão Geral
- Dimensão Governança Corporativa
- Dimensão Econômico-Financeira
- Dimensão Social e Setorial

- Dimensão Ambiental

O Relatório tem como base o conceito TBL “*Triple Bottom Line*”, modelo de gestão inspirado em valores e processos com os objetivos de:

- Criar valor econômico, social e ambiental;
- Evitar e/ou minimizar danos resultantes da atuação da empresa;
- Reconhecer que a sociedade depende da economia e que a economia depende do ecossistema global.

Alem das iniciativas da ANEEL, destaca-se também a da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE), que junto com o instituto Ethos e a Fipe, criou e desenvolveu os Indicadores Ethos - Abradee de Responsabilidade Social Empresarial

A ABRADDEE instituiu o prêmio ABRADDEE categoria Responsabilidade Social, empregando como modelo de avaliação os Indicadores Ethos que foram adaptados para o setor de Energia Elétrica em 2000. Durante o processo de adaptação dos indicadores para o setor, constatou-se que alguns indicadores não se aplicam ao setor de forma adequada, e ou, os dados e informações solicitados para o seu preenchimento como informações adicionais podem apresentar imprecisões que não permitem um grau de comparabilidade suficiente para classificação e avaliação das empresas. Por essa razão, adotou-se como regra para efeito de pontuação não considerar os indicadores e informações adicionais que se enquadram nestas circunstâncias. Além da adaptação da pontuação foram criados temas específicos para o setor como Saúde e Segurança do Setor Elétrico e Manejo de Resíduos do Setor Elétrico.

O modelo de Avaliação da Responsabilidade Social mensura o desempenho sócio ambiental por meio de um questionário preenchível pelas próprias empresas. O questionário se divide em sete temas gerais que abrangem as relações das empresas: valores e transparência; público interno; meio ambiente; fornecedores; consumidores e clientes; comunidade; governo e sociedade; e no processo de adaptação foram criados temas específicos para o setor como saúde e segurança no setor elétrico; manejo de resíduos para setor.

O critério de avaliação do desempenho social é definido por dois grupos de indicadores específicos. O primeiro permite situar o posicionamento da empresa em relação aos estágios da responsabilidade social, e o segundo, composto de valores numéricos e respostas binárias, corresponde a verificadores do atual estágio de responsabilidade social.

Outra iniciativa no setor é da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE) que estruturou um Índice de Responsabilidade Social (IRS) exclusivo do setor

privado de energia elétrica. Partindo de quatro conceitos básicos: Princípios e Valores, Desempenho Econômico, Desempenho Social e Desempenho Ambiental.

Tal iniciativa previa a criação de uma metodologia de RSE específica com oportunidade para acompanhamento e servir como *baseline*. Contudo, ainda não foi amplamente adotada no setor por todas as empresas do setor energético, limitando-se às empresas privadas.

Dessa forma, pelo conteúdo explanado no capítulo terceiro, buscamos traçar um mapa do setor elétrico brasileiro e do histórico do setor com relação à RSE. As empresas que compõe o setor publicam informações sócio-ambientais desde a forma compulsória, por obrigação e determinação da ANEEL, passando também pela divulgação do Balanço Social, geralmente em seus relatórios de administração prestados via BMF/Bovespa aos acionistas, como também respondendo e disponibilizando relatórios sócio-ambientais de terceira geração, tais como o GRI.

4 ESTUDO DE CASO

Como forma de atingir os objetivos da pesquisa foi escolhido o “Setor de Empresas de Energia Elétrica Brasileiro” por esse apresentar notoriamente empresas que tem avaliado e elaborado de forma sistemática relatórios de Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

O trabalho pretendeu, em um primeiro momento, mapear quais empresas do setor estão presentes nos *ratings* com maior visibilidade e credibilidade no mercado e as formas de *disclosure* que apresentam. A partir de uma seleção de empresas, passou-se a mapear os indicadores mais utilizados pelas companhias para evidenciar as questões sócio-ambientais.

Em um segundo momento, foi estabelecida uma matriz de comparação desses indicadores, traduzidos em índices e verificou-se sua variação em uma série histórica.

A análise de indicadores sobre o desempenho sócio-ambiental de empresas é um processo essencialmente comparativo entre os resultados obtidos da mesma empresa em períodos subseqüentes de três a cinco anos, com as metas estabelecidas pela administração, bem como o confronto dos seus resultados obtidos com os principais concorrentes, as médias do mercado, do setor de atividade e da economia em geral. Nessa pesquisa adotou-se a análise de três anos.

A falta de conformidade e coerência entre índices faz com que os critérios de análise e os indicadores sigam padrões estabelecidos conforme interesses distintos, o que nem sempre indica congruência com as necessidades de preservação do meio ambiente nem postura socialmente responsável.

Os indicadores utilizados na pesquisa foram obtidos analisando os relatórios de sustentabilidade padrão GRI apresentado pelas companhias.

Antes de prosseguir, aqui cabe uma explicação, do porque não foram utilizadas informações provenientes do “Balanço Social” das empresas. Em primeiro lugar, buscamos uma metodologia utilizada mundialmente, em segundo lugar, mais que apenas números, queremos descobrir o que as empresas efetivamente relatam sobre elas mesmas e por fim os relatórios mais extensos e aparentemente mais completos apresentados baseavam-se na metodologia do GRI.

4.1 Matriz Evidenciação das Empresas de Energia Elétrica

A seguir são apresentados os resultados da pesquisa com o levantamento das empresas potenciais para o estudo, por meio de uma matriz com as empresas e instrumentos que empregam que foi denominada Matriz de Evidenciação.

Como primeiro passo para a elaboração da matriz, buscou-se todas as empresas do Setor de Energia Elétrica que compunham a carteira teórica do ISE 2008-2009 (BOVESPA, 2009). Como segundo passo verificou-se a posição da carteira em 2009-2010.

Após essa primeira seleção, buscou-se selecionar empresas que participavam também do IGC 4º trimestre de 2009 (BOVESPA, 2009).

Continuando a seleção, mapeou-se as empresas que apresentaram relatórios de sustentabilidade seguindo os princípios do GRI, indicando os níveis de aplicação dos referidos.

Não foi necessário evidenciar a publicação do Balanço Social - IBASE, nem a DVA e o Manual de Responsabilidade Sócio-Ambiental porque as empresas do setor são obrigadas a fazê-lo.

Finalmente, foram mapeadas as empresas que prestam informações ao CDP, por entender que esse tipo de relatório se tornará mais comum com o passar dos anos, pela pressão que as empresas vão sofrer por parte dos *stakeholders* em evidenciar questões ligadas à emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs) e mudanças climáticas, conforme Quadros 02, 03 e 04.

Empresas Pesquisadas	ISE 08-09	ISE 09-10	IGC SET/DEZ-2009
AES TIETE	X	X	
CEMIG	X	X	X
CESP	X	X	X
COELCE	X	X	
COPEL		X	X
CPFL ENERGIA	X	X	X
ELETROBRAS	X	X	X
ELETROPAULO	X	X	X
ENERGIAS BR	X	X	X
LIGHT S/A	X	X	X
TRACTEBEL	X	X	X

Quadro 02: Mapeamento das empresas que prestam informações ao ISE e IGC

Fonte: Elaborado pelo autor.

Empresas Pesquisadas	GRI - 2002	GRI 2003	GRI 2004	GRI 2005	GRI 2006	GRI 2007	GRI 2008
AES TIETE				First Year	G3 - C self declared	G3 - C self declared	G3 - C self declared
CEMIG					G3 - C self declared	G3 - B self declared	G3 - B self declared
CESP							first year
COELCE	GCI					G3 - A self declared	GE - A checked – GRI
COPEL	GCI – checked				G3 - A checked		G3 - A checked
CPFL ENERGIA	GCI	GCI	GCI	GCI	G3 - A self declared	G3 - undeclared	G3 A+ third party checked
ELETROBRAS							
ELETROPAULO	GCI				G3 - C self declared	G3 - C self declared	G3 C third party checked
ENERGIAS BR							
LIGHT S/A						G3 - B self declared	G3 - A self declared
TRACTEBEL						G3 - C checked	G3 - A+ checked

Quadro 03: Mapeamento das empresas que prestam informações ao GRI

Fonte: Elaborado pelo autor.

Empresas Pesquisadas	CDP 2006	CDP 2007	CDP 2008	CDP 2009
AES TIETE				X
CEMIG	X	X	X	X
CESP		X	X	X
COELCE				
COPEL		X	X	X
CPFL ENERGIA	X	X	X	X
ELETROBRAS	X	X	X	X
ELETROPAULO				X
ENERGIAS BR	X	X	X	X
LIGHT S/A			X	X
TRACTEBEL	X			X

Quadro 04: Mapeamento das empresas que prestam informações ao CDP

Fonte: Elaborado pelo autor.

Após a elaboração de Matrizes de Evidenciação, deu-se a seleção de empresas a serem pesquisadas. Foram selecionadas: Eletropaulo, CEMIG e CPFL energia.

Justificando as escolhas, a Eletropaulo, que além de compor o ISE 2008-2009, ISE 2009-2010, IGC 4T 2009, apresentar GRI nos anos de 2006 a 2008 e apresentar CDP no ano de 2009, também foi uma das pioneiras na elaboração de *reports* nos padrões GRI, sendo apresentado nessa metodologia seu relatório de sustentabilidade com referência ao ano de 2002

A CEMIG foi escolhida, pois, além de compor o ISE 2008-2009, ISE 2009-2010, IGC 4T 2009, apresentar GRI nos anos de 2006 a 2008 e apresentar CDP nos anos de 2006 a 2009, é a única empresa brasileira do setor de energia elétrica que compõe o Índice Dow Jones de Sustentabilidade.

Finalizando a lista de três empresas analisadas, temos a CPFL foi escolhida, pois compõe o ISE 2008-2009, ISE 2009-2010, IGC 4T 2009, apresentou GRI nos anos de 2002 a 2008 e apresentou CDP nos anos de 2006 a 2009. Das empresas estudadas foi a única que apresentou relatório de sustentabilidade nas diretrizes do GRI ininterruptamente desde 2002 até o ano de 2009.

4.1.2 Breve Histórico e Informações Sobre as Empresas Selecionadas

4.1.2.1 Eletropaulo

A AES Eletropaulo tem origem em 1899, com a fundação da The São Paulo Railway, *Light Power Company Limited*. A partir de 1923, a empresa passou a ser controlada pela *holding Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd*, que, em 1956, foi reestruturada, denominando-se *Brascan Limited*.

Em 1979, o governo federal adquiriu da Brascan o controle acionário da então Light - Serviços de Eletricidade S.A. Em 1981, a empresa passou ao governo paulista, que alterou o nome da companhia para Eletricidade de São Paulo S.A (Eletropaulo).

Em 1995, a reestruturação decorrente do programa de privatização deu origem a quatro empresas: duas distribuidoras de energia elétrica (Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo e Empresa Bandeirante de Energia S.A. - EBE), uma transmissora de energia elétrica (Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica - EPTE, atual CTEEP) e uma geradora de energia elétrica (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. - EMAE).

Em 15 de abril de 1998, a Eletropaulo foi adquirida pela Lightgás, com participação de

capital entre a *AES Corporation*, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), *Electricité de France* (EDF) e *Reliant Energy*. Em janeiro de 2001, passou a ser controlada apenas pela AES Corp. Desde 2003, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é sócio da AES no capital da Eletropaulo, por meio da criação da *holding* Companhia Brasileira de Energia S.A., após a reestruturação das dívidas das empresas controladoras da Eletropaulo. A AES passou a deter 50% mais uma ação do capital votante da Companhia Brasileira de Energia e o BNDES, 50% menos uma ação.

A empresa tem atuação nos segmentos de: geração, distribuição e comercialização - e de telecomunicações, sendo responsável pelo atendimento a cerca de 7 milhões de clientes. Com relação a geração de energia a AES Brasil mantém no País duas geradoras de energia elétrica: a AES Tietê e a AES Uruguaiana. No que tange a distribuição a AES Eletropaulo e a AES Sul são as duas distribuidoras de energia elétrica da AES Brasil. Sobre comercialização a AES *Infoenergy* é a comercializadora de energia elétrica da AES Brasil. As principais atividades da empresa são compra, venda e prestação de serviços relacionados à comercialização de energia elétrica e a projetos de eficiência energética.

Atualmente a AES Eletropaulo é a maior distribuidora de energia elétrica em consumo e faturamento da América Latina. São 5,8 milhões de clientes atendidos - 16,3 milhões de pessoas, a área de concessão possui 4.526 km² e abrange 24 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, incluindo a Capital. Conta com 149 subestações, 17 mil quilômetros de linhas de subtransmissão, 42,4 mil quilômetros de rede de distribuição aérea e subterrânea, 41.243 Gwh (Gigawatts-hora) vendidos para o mercado.

A empresa tem seu capital aberto e faz parte do Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) e, desde 2005, integra a carteira do ISE, também da Bovespa, que reúne empresas com os melhores desempenhos relacionados à sustentabilidade. Conta com 53.963 acionistas.

4.1.2.2 Cemig

A Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), constituída em 22 de maio de 1952, como sociedade por ações, de economia mista, destina-se a construir e explorar sistemas de produção, transformação e transmissão, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido ou venha a ser concedidos, por qualquer título de direito, ou empresa das quais mantenha o controle acionário; a desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vista a

exploração econômica construindo e operando, entre outros, sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; a prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior; a exercer atividades direta ou reflexamente relacionadas ao seu objeto social; a promover a perenização de cursos d'água que constituem as bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, nas quais tenha ou venha a ter aproveitamentos hidrelétricos; e ainda, a criação de sociedades controladas e coligadas que tenham aquela finalidade, nos termos das leis Estaduais n.º. 828, de 14 de setembro de 1951, e n.º. 8655, de 18 setembro de 1984, e n.º. 12.653, de 23 de outubro de 1997.

De 1961 a 1987, a CEMIG incorporou várias companhias de energia elétrica no Estado de Minas Gerais. Em 1986 foi criada a GASMIG que ampliou o campo de atuação da Empresa. Em 1994, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica de Nova Ponte no rio Araguari, 510 MW. Ressalta-se que nova Ponte é a primeira usina brasileira construída de forma a cumprir todos os requisitos de proteção ambiental previstos na legislação. Merecem especial destaque, em 1998, a inauguração da Usina Hidrelétrica de Igarapava (210 MW), marco no setor energético nacional pelas inovações societária e tecnológica (consórcio com a iniciativa privada), e a entrada em operação comercial da Usina Hidrelétrica de Miranda (408 MW). Em 1997, a Empresa *Southern Electric* Brasil Participações Ltda. adquiriu 14,41% do capital total (32,96% do capital votante) da CEMIG. O Estado de Minas Gerais continua mantendo o controle acionário da Empresa.

O ano de 2000 ficou registrado na história da empresa pela ocorrência de um fato inédito: a implantação simultânea de 3 usinas de porte. Além do Aproveitamento Hidrelétrico de Porto Estrela, cujas obras foram iniciadas em 1999, iniciou-se em 2000 a implantação das usinas de Queimado e Funil.

Na implantação do Aproveitamento Hidrelétrico de Queimado, com 105 MW de capacidade instalada e custo total de R\$ 113 milhões, a empresa, com 65% de participação no empreendimento, tem como parceira a Companhia Energética de Brasília (CEB), com 35%. As obras foram iniciadas em agosto, abrangendo áreas dos municípios de Unai e Cabeceira Grande, em Minas Gerais e Cristalina, em Goiás. O início da geração comercial está previsto para abril de 2003.

O Aproveitamento Hidrelétrico de Funil, com potência instalada de 180 MW e custo estimado de R\$ 193 milhões, está sendo implantado no alto curso do rio Grande, no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Perdões e Lavras. O início da construção aconteceu em setembro e a entrada em operação comercial deverá se dar em dezembro de 2002. O

Consórcio Empreendedor é formado pela Cemig, com 49%, e Companhia Vale do Rio Doce, com 51%.

A Cemig venceu, também o leilão realizado pela ANEEL para a exploração do Complexo Energético Capim Branco. A Cemig participa com 20% no Consórcio Capim Branco Energia, formado ainda pela Companhia Vale do Rio Doce (46%), Comercial Agrícola Paineiras (17%), Camargo Correa Cimentos (5%) e Companhia Mineira de Metais (12%),

O Complexo é constituído pelos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e Capim Branco II, localizados no rio Araguari, entre os municípios de Araguari e Uberlândia, com potência instalada de 240 e 210 MW, respectivamente. O custo do empreendimento é de cerca de R\$ 500 milhões. O início das obras de Capim Branco I está previsto para setembro de 2001 e a geração comercial para novembro de 2004. Capim Branco II terá suas obras iniciadas em junho de 2004, com geração comercial prevista para agosto de 2007.

A Cemig obteve, em 2000, a concessão para a implantação e operação da Subestação Itajubá 3, sagrando-se vencedora da primeira licitação para subestações conduzida pela ANEEL. As obras deste empreendimento foram iniciadas em outubro de 2000. Com dois transformadores 500-138 kw de 300 MVA cada, esta subestação irá atender a uma população de mais de 2,2 milhões de habitantes, além de suprir o crescimento da Região Sul, principalmente em função da duplicação da BR-381.

Em 2006, a Empresa adquiriu cerca de 25% da Light, distribuidora de energia que atende à capital Rio de Janeiro e outros municípios fluminenses. Tem, ainda, participação acionária na Transmissora Brasileira de Energia (TBE), que possui e opera linhas de transmissão no Norte e Sul do País.

Atualmente a companhia atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e soluções energéticas. O Grupo Cemig é constituído por 49 empresas e 10 consórcios. É controlado por *holding*, com ativos e negócios em vários estados do Brasil. Possui, também, investimentos em distribuição de gás natural, transmissão de dados e está construindo uma linha de transmissão de energia elétrica no Chile.

Na área de distribuição de energia elétrica, é responsável por aproximadamente 12% do mercado nacional. Atualmente, a Companhia é um dos maiores grupos empresariais do setor energético brasileiro. O Grupo Cemig atua em Minas Gerais e em mais 15 estados brasileiros e no Chile. O parque gerador da Empresa é formado por mais de 64 usinas hidrelétricas, térmicas e eólicas.

A estrutura acionária da empresa apresenta-se como mista de capital aberto, controlado pelo Governo de Minas. As ações da Empresa estão listadas no Bovespa, Nova Iorque e Madri (Latibex). Nos últimos quatro anos, o valor de mercado da Cemig passou de R\$ 4 bilhões para R\$ 20 bilhões.

A empresa é responsável pelo atendimento a cerca de 18 milhões de pessoas em 774 municípios de Minas Gerais e pela gestão da maior rede de distribuição de energia elétrica da América do Sul, com mais de 400 mil km de extensão.

Com relação à RSE a companhia é considerada uma empresa padrão no setor de energia elétrica nacional, sendo referência no Brasil e no mundo. Encontra-se, há nove anos, no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, continua sendo a única empresa do setor elétrico da América Latina a fazer parte desse *rating* internacional, desde 2000, quando foi anunciada a primeira edição do *rating*. A Empresa é uma das três empresas brasileiras que integram o seletivo grupo do índice *Global Dow Jones*, lançado em novembro nos Estados Unidos, com o objetivo de servir de referência para os mercados mundiais.

4.1.2.3 CPFL

A constituição do Grupo CPFL Energia remonta à fundação da Companhia Paulista de Força e Luz (atual CPFL Paulista), em 1912, quando foram fundidas quatro pequenas empresas de energia que atuavam no interior paulista. Com quase 100 anos de existência, a história societária da CPFL Paulista foi marcada por diversas fases. Após 15 anos sob controle privado nacional, em 1927 a companhia foi adquirida pela AMFORP, – empresa do grupo norte-americano *Electric Bond & Share Corporation* (EBASCO), ligado a *General Electric*, permanecendo sob seu controle até 1964, quando passou ao controle da Eletrobrás, do governo Federal. Em 1975, o controle acionário da CPFL Paulista foi transferido para a Companhia Energética de São Paulo (CESP), do governo do Estado de São Paulo.

Em novembro de 1997, por meio de processo de privatização, a companhia passou para o atual grupo controlador, composto pela VBC Energia (Grupo Votorantim, Bradesco e Camargo Corrêa), pelo Fundo de Pensão dos Funcionários do Banco do Brasil (PREVI), e pela Bonaire Participações (que reúne os fundos de pensão Funcesp, Sistel, Petros e Sabesprev).

Desde então, a CPFL Paulista iniciou uma trajetória de expansão e consolidação que resultou, em agosto de 2002, na reestruturação da CPFL Energia que se transformou em *holding* de controle como forma de melhor gerir e promover sinergia entre as empresas do

grupo. Em setembro de 2004, a CPFL Energia realizou Oferta Pública Inicial (IPO) na BOVESPA e na Bolsa de *Nova York* (NYSE), ocasionando uma mudança em sua estrutura societária, por meio do incremento das ações em circulação no mercado, que evoluiu de 3,42% em 2003, para 15,65% ao final de 2004.

Desde 1997, o grupo CPFL Energia constituiu e adquiriu importantes empresas, ampliando consideravelmente suas atividades. Atualmente, no segmento de distribuição, fornece energia para 568 municípios em uma área de atuação de 208.300 km², que abrange municípios dos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais, totalizando 6,4 milhões de clientes e 18,7 milhões de habitantes, com 14% de *market share*, por meio das seguintes empresas:

- Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista)
- Companhia Piratininga de Força e Luz (CPFL Piratininga)
- Rio Grande Energia S.A. (RGE)
- Companhia Luz e Força Santa Cruz (CPFL Santa Cruz)
- Companhia Jaguari de Energia (CPFL Jaguari)
- Companhia Leste Paulista de Energia Elétrica (CPFL Leste Paulista)
- Companhia Sul Paulista de Energia (CPFL Sul Paulista) e
- Companhia Mococa de Energia Elétrica (CPFL Mococa).

No segmento de geração, a CPFL Energia atua por intermédio da CPFL Geração com oito Usinas Hidrelétricas (UHEs), das quais seis estão em operação e duas em construção, 33 PCHs e uma Usina Termelétrica (UTE) que, juntas, representam uma Potência Instalada de 1.672 MW, 831 MW médios de Energia Assegurada e 2% de *market share*.

No segmento de comercialização, a CPFL Energia atua em todo o Brasil por meio da controlada CPFL Comercialização Brasil, totalizando uma carteira de 78 clientes, representando 22% de *market share* (primeiro semestre de 2008).

Em 2008, a CPFL Energia constituiu a CPFL Bioenergia, empresa especializada em negócios a partir da biomassa, promovendo e incentivando a geração de energia limpa. Esta nova empresa reforça a tendência de investimentos em biomassa, em andamento na CPFL Energia desde 1987.

Atualmente, a CPFL Energia integra indicadores como a Bolsa de Nova Iorque, o Ibovespa, o Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa, o Índice Brasil (IBrX), o Índice de Energia Elétrica, o Índice de Ações com Tag Along Diferenciado, e o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada.

4.2 Fonte de Coleta de Dados da Pesquisa. Relatórios de Sustentabilidade Padrão GRI

O GRI segue uma série de princípios que foram desenvolvidos tendo em vista o longo prazo e a disposição da empresa em continuar evoluindo com base em novos conhecimentos e aprendizados. Muitos deles são semelhantes aos princípios usados em relatórios financeiros, o que facilita o entendimento das partes interessadas e sua utilização para o campo social e ambiental.

Estes princípios não precisam estar todos adotados para a empresa apresentar o relatório, mas de alguma forma o relatório deve demonstrar como alguns deles foram aplicados, os sucessos alcançados e os desafios futuros. São 11 os princípios do GRI: Transparência, Inclusão, Verificabilidade, Completude, Relevância, Contexto de Sustentabilidade, Precisão, Neutralidade, Comparabilidade, Clareza e Regularidade.

A estrutura de relatoria GRI compreende três tipos de documentos. Juntos, esse conjunto representa uma estrutura detalhada que permite a mensuração e relatoria econômica, ambiental, e social de empresas de diversos setores. A estrutura do GRI inclui: Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade - GRI – Guidelines (indicadores); Suplementos do setor; e Protocolos técnicos.

Em 2001, o GRI lançou seu programa de suplementos para setores específicos baseados em seus *guidelines*. Os suplementos da GRI utilizam as premissas essenciais à relatoria sustentável em um setor específico, mas que não aparecem nas Diretrizes do Relatório de Sustentabilidade originais. Complementam a estrutura de relatoria de sustentabilidade reconhecendo a limitação de uma abordagem única para a relatoria que compreenda as especificidades de todos os setores das atividades empresariais, sabidamente um conjunto de indicadores genéricos pode não capturar os aspectos de desempenho sustentável cruciais a um setor da indústria (por exemplo, mineração, automotivo, farmacêuticas, energia elétrica, dentre outros). Os suplementos de setor fornecem indicadores sociais, econômicos e ambientais específicos do setor para o uso conjunto com os *guidelines* destacando as especificidades de cada setor de atividade econômica.

O GRI consiste em um conjunto de indicadores que se tornaram referência para a criação de um padrão global de divulgação de informações sobre desempenho econômico, ambiental e social. Tem sido adotado por empresas como o esforço mais bem-sucedido para o desenvolvimento de indicadores que evidenciem da evolução das empresas no que tange às práticas de sustentabilidade e responsabilidade social.

Segundo Almeida (2007), o GRI apresenta como um dos pontos fortes de suas diretrizes o fato de darem aos *stakeholders* a possibilidade de avaliar e comparar rapidamente os desempenhos de diferentes empresas e de uma mesma empresa ao longo do tempo. Contudo, ainda não está claro até que ponto os *stakeholders* estão se beneficiando disso (ALMEIDA, 2007, p.139).

Ressalta-se que este modelo e suas diretrizes são voluntárias para as organizações, contudo, cada vez mais, tais diretrizes são adotadas como modelo padrão de relatoria, para desenvolver e disseminar globalmente relatórios de sustentabilidade. Incluem, além dos aspectos financeiros das atividades organizacionais, produtos e serviços, também as dimensões social e ambiental. Este relatório é elaborado com a participação ativa de representantes da área de negócios, contabilidade, investimentos, meio-ambiente, direitos humanos, pesquisas e organizações trabalhistas de vários lugares do mundo.

A estrutura do relatório foi concebida para ser utilizada por organizações de diferentes setores, porte ou localidade quanto ao seu desempenho e práticas econômicas, sociais e ambientais, existindo questões comuns ao programa geral e outras específicas por segmentos.

Explicando em maiores detalhes o relatório é formado por diferentes partes como: Princípios e Orientações (conteúdo do relatório e garantia de qualidade das informações), Protocolo de Indicadores (definições e orientações para assegurar coerência na interpretação dos indicadores de desempenho) e Suplementos Setoriais (interpretações, orientações e indicadores específicos do setor), além de protocolos técnicos, referentes a questões que a maioria das organizações se depara por ocasião da elaboração do relatório.

A dimensão econômica se refere aos impactos da organização frente às condições econômicas de seus *stakeholders* e sobre os sistemas econômicos em âmbito local, nacional e global. Além disso, devem compreender também informações quanto ao desempenho econômico (resultados e metas atingidas ou não, riscos e oportunidades organizacionais, modificação de sistemas ou estruturas, principais estratégias), presença no mercado (comparativo entre o salário mais baixo e o mínimo local), políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais, impactos econômicos indiretos (investimentos em infraestrutura e serviços para benefício público e identificação de impactos econômicos indiretos, incluindo a sua expansão).

A dimensão ambiental se refere após impactos da organização sobre os sistemas naturais vivos ou não vivos, incluindo ecossistemas, ar e água. Os indicadores ambientais abrangem o desempenho relacionado a insumos, a produção, biodiversidade, conformidade ambiental, gastos com meio ambiente e os impactos de produtos e serviços. Deve ainda

compreender: principais resultados e metas atingidas ou não, riscos da organização quanto a questão ambiental, principais estratégias e procedimentos para alcance dos objetivos.

A dimensão social se refere aos impactos da organização nos sistemas sociais nos quais opera. Os indicadores estão relacionados às práticas trabalhistas (emprego; relação entre os trabalhadores e a governança; saúde e segurança no trabalho; treinamento e educação; diversidade e igualdade de oportunidades), direitos humanos (práticas de investimento e de processos de compra, não discriminação, liberdade de associação e negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado ou escravo, práticas de segurança e direitos indígenas), sociedade (comunidade, corrupção, políticas públicas, concorrência desleal e conformidade) e responsabilidade pelo produto (saúde e segurança do cliente, rotulagem de produtos e serviços, comunicações de marketing, conformidade).

A seção referente aos indicadores de desempenho de sustentabilidade está organizada nas categorias econômica, ambiental e social. Os indicadores sociais, por exemplo, são subdivididos nas seguintes categorias: práticas trabalhistas, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto. Cada categoria inclui informações sobre a forma de gestão e um conjunto correspondente de indicadores de desempenho essenciais e adicionais.

Os indicadores essenciais foram desenvolvidos por meio dos processos *multi-stakeholders* da GRI, que visam identificar os indicadores geralmente aplicáveis e considerados relevantes para a maioria das organizações. A organização deverá relatar os indicadores essenciais, a menos que eles demonstrem não estar alinhados aos princípios de relatório da GRI. Os indicadores adicionais representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas não para outras. No caso de existirem versões definitivas de suplementos setoriais, os indicadores deverão ser tratados como indicadores essenciais.

Segundo o GRI (2009), ao relatar os indicadores de desempenho, deve-se aplicar a seguinte orientação sobre compilação de dados:

- **Relato sobre tendências** – As informações apresentadas deverão ser relativas ao período coberto pelo relatório (um ano, por exemplo) e a pelo menos dois períodos anteriores, bem como às metas futuras, quando estabelecidas para curto e médio prazo.
- **Uso de protocolos** – As organizações deverão usar os protocolos que acompanham os indicadores ao relatá-los. Os protocolos fornecem orientação básica para a interpretação e compilação de informações.

- **Apresentação de dados** – Em alguns casos, índices ou dados normalizados são formatos úteis e apropriados para a apresentação de dados. Se forem usados índices ou dados normalizados, os dados absolutos também deverão ser fornecidos.
- **Agregação de dados** – As organizações relatoras deverão determinar o nível apropriado de agregação de informações.
- **Sistema métrico** – Os dados relatados deverão ser apresentados por um sistema métrico internacionalmente aceito (quilogramas, toneladas, litros) e calculados usando-se fatores padrão de conversão. No caso de existirem convenções internacionais específicas.

Com relação aos indicadores que compõe o GRI G3, de forma macro estes devem refletir: desempenho econômico; desempenho ambiental e desempenho social.

Sem considerar os suplementos setoriais, os indicadores são explanados a seguir.

4.2.1 Indicadores de Desempenho Econômico

DIMENSÃO: DESEMPENHO ECONÔMICO

EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos (essencial).

EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas (essencial).

EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece (essencial).

EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo (essencial).

DIMENSÃO: PRESENÇA NO MERCADO

EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes (adicional).

EC6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes (essencial).

EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes (essencial).

DIMENSÃO: IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS

EC8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades *pro bono* (essencial).

EC9 Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos (adicional).

4.2.2 Indicadores de Desempenho Ambiental**DIMENSÃO: MATERIAIS**

EN1 Materiais usados por peso ou volume (essencial).

EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem (essencial).

DIMENSÃO: ENERGIA

EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária (essencial).

EN4 Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária (essencial).

EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência (adicional).

EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas (adicional).

EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas (adicional).

DIMENSÃO: ÁGUA

EN8 Total de retirada de água por fonte (essencial).

EN9 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água (adicional).

EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada (adicional).

DIMENSÃO: BIODIVERSIDADE

EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas (essencial).

EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas (essencial).

EN13 Habitats protegidos ou restaurados (adicional).

EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade (adicional).

EN15 Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com *habitats* em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção (adicional).

DIMENSÃO: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS

EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso (essencial).

EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso (essencial).

EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas (adicional).

EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso (essencial).

EN20 NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso (essencial).

EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação (essencial).

EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição (essencial).

EN23 Número e volume total de derramamentos significativos (essencial).

EN24 Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia¹³ – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente (adicional).

EN25 Identificação, tamanho, *status* de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora (adicional).

DIMENSÃO: PRODUTOS E SERVIÇOS

EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos (essencial).

EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto (essencial).

DIMENSÃO: CONFORMIDADE

EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais (essencial).

DIMENSÃO: TRANSPORTE

EN29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores (adicional).

DIMENSÃO: GERAL

EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo (adicional).

4.2.3 Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

DIMENSÃO: EMPREGO

LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região (essencial).

LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região (essencial).

LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações (adicional).

DIMENSÃO: RELAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES E A GOVERNANÇA

LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva (essencial).

LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva (essencial).

DIMENSÃO: SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional (adicional).

LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região (essencial).

LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves (essencial).

LA9 Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos (adicional).

DIMENSÃO: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional (essencial).

LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira (adicional).

LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira (adicional).

DIMENSÃO: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade (essencial).

LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional (essencial).

4.2.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos

DIMENSÃO: PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE PROCESSOS DE COMPRA

HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos (essencial).

HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas (essencial).

HR3 Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual e empregados que recebeu treinamento (adicional).

DIMENSÃO: NÃO-DISCRIMINAÇÃO

HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas (essencial).

DIMENSÃO: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito (essencial).

DIMENSÃO: TRABALHO INFANTIL

HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil (essencial).

DIMENSÃO: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo (essencial).

DIMENSÃO: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações (adicional).

DIMENSÃO: DIREITOS INDÍGENAS

HR9 Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas (adicional).

4.2.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade

DIMENSÃO: COMUNIDADE

SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída (essencial).

DIMENSÃO: CORRUPÇÃO

SO2 Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção (essencial).

SO3 Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização (essencial).

SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção (essencial).

DIMENSÃO: POLÍTICAS PÚBLICAS

SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e *lobbies* (essencial).

SO6 Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país (essencial).

DIMENSÃO: CONCORRÊNCIA DESLEAL

SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados (adicional).

DIMENSÃO: CONFORMIDADE ESSENCIAL

SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos (essencial).

4.2.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

DIMENSÃO: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos (essencial).

PR2 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado (adicional).

DIMENSÃO: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS

PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências (essencial).

PR4 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado (adicional).

PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação (adicional).

DIMENSÃO: COMUNICAÇÕES DE MARKETING

PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio (essencial).

PR7 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado (adicional).

DIMENSÃO: CONFORMIDADE

PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes (adicional).

DIMENSÃO: COMPLIANCE

PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços (essencial).

Com relação à preparação do relatório, segue regras definidas pelo GRI (2000) e enquadra as empresas em especificações de acordo com as informações publicadas.

Para indicar que um relatório é baseado na GRI, os relatores devem declarar o nível em que aplicaram a Estrutura de Relatórios da GRI por meio do sistema de “Níveis de Aplicação”.

Para atender às necessidades de relatores iniciantes, intermediários e avançados, o sistema apresenta três níveis, intitulados C, B e A, respectivamente. Os critérios de relato encontrados em cada um dos níveis indicam a evolução da aplicação ou cobertura da Estrutura de Relatórios da GRI. Uma organização poderá autodeclarar um ponto a mais (+) em cada nível (por exemplo, C+, B+, A+), caso tenha sido utilizada verificação externa para o relatório, conforme Quadro 05.

Relatório		Níveis de aplicação					
		C	C+	B	B+	A	A+
Conteúdo do Relatório	Perfil da G3	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
	Informações sobre a Forma de Gestão da G3	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
	Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 Indicadores de Desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, dir. humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada Indicador essencial da G3 e do Suplemento Setorial* com a devida consideração ao Princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

*Suplemento Setorial em sua versão final.

Quadro 05: Explicação dos níveis do GRI
Fonte: GRI (2009)

Os Níveis visam fornecer:

- Aos usuários do relatório: uma medida de até que ponto as Diretrizes da GRI e outros elementos da Estrutura de Relatórios foram aplicados em sua elaboração;
- Aos relatores: uma visão ou caminho para a expansão progressiva da aplicação da Estrutura de Relatórios da GRI ao longo do tempo. Declara o Nível de Aplicação que implica uma comunicação clara e transparente de quais elementos da Estrutura de Relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório;
- Incentivos para iniciantes: os Níveis fornecem um ponto de partida para organizações que elaboram o relatório pela primeira vez e também reforçam a importância e valor de abordagem progressiva para a elaboração de relatórios que se expande ao longo do tempo;
- Reconhecimento dos relatores avançados: um número crescente de organizações desenvolvem sistemas sofisticados de relato com base na Estrutura de Relatórios da GRI, que incluem verificação externa e desejam comunicar este fato a usuários de maneira rápida e de fácil entendimento.

4.3 GRI - Suplemento Setorial Para Empresas de Energia Elétrica

O suplemento destina-se a organizações envolvidas na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. O conteúdo do suplemento é desenvolvido para ser globalmente aplicável independentemente do tipo de geração, tamanho do empreendimento, tipo de controle acionário ou gama de atividades da empresa.

O desenvolvimento do conteúdo foi realizado por um grupo de trabalho que ficou responsável pela análise de um conjunto novo de indicadores específicos para o setor. O primeiro grupo funcionou de junho de 2006 até julho 2007. O segundo grupo de trabalho funcionou de janeiro de 2008 até março de 2009. O trabalho desses dois grupos foi realizado por voluntários do setor, empresas, trabalhadores, investidores, organizações não-governamentais e organizações de pesquisa.

Esse trabalho culminou com a divulgação da versão piloto do suplemento em 2007 e da versão final em 2009. Portanto, as empresas de energia elétrica apresentou seus relatórios padrão GRI com ano base de 2009 já nesse novo padrão.

4.3.1 Especificidades do Suplemento

Com base nas orientações G3, o suplemento fornece orientação sobre aspectos-chave do desempenho sócio-ambiental e de sustentabilidade, do que é significativo e relevante para empresas do setor. Dessa forma, orienta os *stakeholders* e capacita-os para avaliar a sustentabilidade de uma concessionária de energia elétrica nos aspectos do desempenho econômico, ambiental e social.

Usando essa ferramenta, pode-se comparar os indicadores com outras companhias de eletricidade em escala nacional e internacional. Esse método também ajuda a acompanhar a performance do setor ao longo do tempo.

4.3.2 Formatação e Uso dos Indicadores

Com a finalidade de se elaborar o relatório de sustentabilidade usando o suplemento setorial, os indicadores ganham novas características, sendo que o relator deve respondê-los observando a seguinte hierarquia:

- ***EU indicators*** – São os indicadores específicos do setor de energia elétrica. Todos

são essenciais.

- **G3 Guidelines – specific sector text** – São os indicadores pertencentes à metodologia padrão, que sofreram mudanças no direcionamento de seu foco de resposta, tornando-o específico para o setor.
- **G3 Guideline – aspects** – São os indicadores pertencentes à metodologia padrão, onde não houve alteração no texto, nem mudança de foco, apenas foram fornecidas novas instruções de ordem geral sobre os aspectos a serem analisados, a fim de que o respondente entenda de melhor forma o escopo que se espera na resposta.
- **G3 Guidelines** – São os indicadores pertencentes à metodologia padrão, anteriormente identificados e explicados, que permanecem fazendo parte do relatório de sustentabilidade.

Dessa forma, mesclando os novos indicadores setoriais e os indicadores G3 com novo foco temos a seguir.

4.3.2.1 Indicadores Específicos do Setor, com Relação ao Perfil Organizacional

Aspecto: Disclosure

EU1 - Capacidade instalada, discriminada por fonte de energia primária e por regime regulatório.

EU2 - Saída líquida de energia discriminada por fonte primária de energia e pelo regime regulatório.

EU3 - Número de contas de clientes residenciais, industriais, institucionais e comerciais.

EU4 - Duração do contrato de concessão/permissão para operação de geração, linhas de transmissão e de distribuição por regime regulatório.

EU5 - Atribuição de licenças de emissões de CO₂ e/ou equivalente, discriminadas pelo tipo tratado de comércio de carbono.

Seção de Indicadores Econômicos

Aspecto: Disponibilidade e confiabilidade

EU6 - Modelo de gestão para garantir a curto e longo prazo a disponibilidade de eletricidade e confiabilidade do sistema.

Aspecto: Gerenciamento de demanda

EU7 – Programas de gerenciamento de demanda incluindo consumidores: residenciais, comerciais, institucionais e industriais.

Aspecto: Pesquisa e desenvolvimento

EU8 - Atividade de pesquisa e desenvolvimento e despesas destinadas a proporcionar um fornecimento seguro e de eletricidade e promover o desenvolvimento sustentável.

Aspecto: Desmontagem de usinas

EU9 – Provisões para desmontagem de usinas nucleares.

4.3.2.2 Indicadores Específicos do Setor, com Relação à Performance Econômica

Aspecto: Disponibilidade e confiabilidade

EU10 - Capacidade planejada contra a demanda de eletricidade projetada a longo prazo, discriminadas por fonte de energia e do regime regulatório.

Aspecto: Eficiência do sistema

EU11 - Média de eficiência de geração das usinas termoelétricas por fonte de energia e por regime regulatório.

EU12 - Perdas na transmissão e distribuição, em percentagem do total de energia.

Seção de Indicadores Ambientais

Comentários específicos do suplemento sobre os indicadores do G3, com relação ao disclosure e gestão ambiental.

Aspecto: Materiais utilizados

Demonstrar qual é a estratégia de longo prazo para a gestão e eliminação progressiva do alto nível e baixo nível de PCBs em serviço.

Aspecto: Água

Com relação a(s) bacia(s) hidrográfica(s), incluir abordagens colaborativas para gestão de bacias hidrográficas e reservatórios para usos múltiplos (por exemplo: irrigação, água potável, conservação de ecossistemas). Também relatar o planejamento de longo prazo para

proteger os recursos hídricos, para atender as necessidades de uso diversas e de outras partes interessadas (por exemplo, comunidades locais). Isto inclui a descrição dos critérios de gestão vazão máxima/mínima de água de superfície e do volume de água no solo e como estas são determinadas e mantidas.

Aspecto: Biodiversidade

Relato das abordagens de gestão de pragas e gerenciamento da vegetação ao longo de corredores de transporte e distribuição (por exemplo, o uso de Manejo Integrado de Pragas e Gestão Integrada da Vegetação).

Aspecto: Emissões, Efluentes e Lixo

Gestão da estratégia e métodos de armazenamento para tipos diferentes de resíduos nucleares radioativos, incluindo:

- Armazenamento temporário e permanente;
- Impactos: ambiental, saúde e segurança dos resíduos nucleares radioativos,
- As medidas de segurança de acordo com as normas de gestão aplicável.

Indicadores de performance ambiental e comentários específicos do suplemento sobre os indicadores do G3

Aspecto: Materiais

Comentário – EN1 (Materiais usados por peso e volume)

Reporte do inventário de sólidos e líquidos e o nível de bifenilas policloradas (PCBs) contido nos equipamentos.

Aspecto: Água

Comentário – EN8 (Total de água retirada por fonte)

Relatório de uso global de água para o processamento, refrigeração e consumo em usinas termelétricas e nucleares, incluindo o uso da água no tratamento de cinzas.

Aspecto: Biodiversidade

Comentário – EN12 (Descrição de impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade em áreas protegidas e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas)

Incluem a manutenção de corredores de linhas de transmissão, a fragmentação e o isolamento e impactos de descargas térmicas.

EU13 (indicador específico setorial) - Biodiversidade dos *habitats offset* em relação à biodiversidade das áreas afetadas.

Comentário – EN14 (Estratégias, ações atuais e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade).

Relatório de impactos, o desenvolvimento de medidas de mitigação, monitoramento de efeitos residuais de novos locais e locais existentes sobre o seguinte:

- áreas florestais (alterações de densidade de copa);
- Perda de espécies autóctones;
- Paisagem (por exemplo, o impacto dos parques eólicos, linhas de transmissão);
- Marinhas, de água doce e dos ecossistemas do pantanal (por exemplo, a qualidade da água, incluindo turbidez da água, sedimentação, assoreamento e da qualidade da água do reservatório e outras massas de água).

Avaliação e mitigação deverão considerar os planos de conservação de espécies nativas, alterações na migração, reprodução, ou do habitat de animais (por exemplo, passagem de peixes) de infra-estrutura (por exemplo, linhas de energia e represas).

Aspecto: Emissões, efluentes e lixo

Comentário – EN16 (Total de emissões de GEEs diretas e indiretas por peso).

Relatório de CO₂ e por MWh, discriminado por regime de regulação, para:

- A geração líquida de todas as capacidades de produção;
- A geração líquida de toda a geração de combustíveis fósseis e
- Previsão de entrega líquida para os usuários finais. Isto inclui emissões de geração própria, bem como energia comprada bruta, incluindo perdas na linha.

Comentário – EN18 (Iniciativas para reduzir as emissões de GEEs e reduções alcançadas).

Comentário – EN20 (NO_x e SO_x e outras emissões significantes de gases por tipo e

peso).

Relatório de emissões por MWh de geração. Exemplos de outras emissões atmosféricas significativas que incluem, porém não estão limitadas ao mercúrio, lagoas de poeira de carvão, cinza ou lagoas, precipitadores de poeira, e o reservatório de sacar a poeira.

Comentário – EN21 (Total de água descartada, por qualidade e destino).

Incluindo o descarte das termoelétricas.

Comentário – EN22 (Peso total do lixo por tipo e método de depósito).

Incluir os PCBs.

Reportar sobre lixo atômico usando as definições e protocolos da *International Atomic Energy Agency* (IAEA).

Seção de Indicadores Sociais

Indicadores específicos do setor

Aspecto: *Emprego*

EU14 - Programas e processos para garantir a disponibilidade de trabalhadores qualificados.

EU15 - Percentagem de empregados elegíveis para se aposentar nos próximos 5 à 10 anos discriminadas por trabalho categoria e por região.

EU16 - Políticas e as exigências relativas à saúde e segurança dos empregados e de empreiteiros e sub-empreiteiros.

4.3.2.3 Indicadores de Performance Social e Comentários Específicos do Suplemento Sobre os Indicadores do G3

Comentário – LA1 (Total da força de trabalho por tipo, forma de contratação e região).

Reporte do total da força de trabalho (contratada, sub-contratada, contratada de forma independente), por forma de contratação e região.

Comentário – LA2 (Número total e taxa de rotatividade de empregados por faixa etária, gênero e região).

Por empregados que deixam o emprego durante o período de relato, proporcionar a

média duração do contrato de trabalho, discriminadas por sexo e faixa etária.

EU17 (indicador específico setorial) - Dias trabalhados pelos empregados do empreiteiro e sub-empreiteiro envolvidos na construção, operação e manutenção.

EU18 (indicador específico setorial) - Percentagem de empregados do empreiteiro e sub-empreiteiro que participaram de relevantes treinamentos em saúde e segurança do trabalho.

Comentário – LA4 (Percentual de empregados sindicalizados).

Relatório sobre o percentual de empregados do contratante (empreiteiro e sub-empreiteiro) que trabalham para a organização, abrangidos por acordos de negociação coletiva por país ou regime regulatório.

Comentário – LA7 (Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e número total de mortes associada ao trabalho por região).

Relatório sobre a saúde e a segurança dos empreiteiros e sub-empreiteiros que trabalham no local ou em nome da organização.

Comentários específicos do suplemento sobre os indicadores do G3, com relação aos direitos humanos.

Comentário – HR5 (Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação ou negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito).

Relatório sobre os mecanismos de gestão para fazer face ao direito sindical, direito de negociação e do direito de greve ou casos de greve de empregadores, dado o contexto da necessidade da indústria para garantir a prestação contínua de serviços essenciais. Quando o direito de greve não existe ou é limitado, relatório sobre as medidas corretivas, como a arbitragem obrigatória.

Aspecto: Comunidade

EU19 (indicador específico setorial) - participação dos *stakeholders* no processo decisório relacionado com o planejamento energético e

desenvolvimento da infra-estrutura.

EU20 (indicador específico setorial) - Abordagem à gestão dos impactos do deslocamento.

Aspecto: Desastres, emergências e planos de resposta

EU21 – (indicador específico setorial) - Medidas de planejamento de emergência, calamidade / emergência e plano de gestão da formação programas de recuperação e / planos de restauração.

Comentário – SO1 (Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída).

Incluir discussões de programas relacionados a:

- Formas em que a informação é trocada e população local está envolvida, antes, durante e depois do evento e da prestação de financiamento interveniente para a população local;
- Fluxo de trabalhadores e impactos sobre as comunidades vizinhas (incluindo alterações ao local as estruturas sociais e cultura);
- Mudanças no uso da terra, incluindo a perda dos bens comuns globais (por exemplo, acesso a terra, natural recursos e patrimônio);
- Impactos sobre a infra-estrutura (estradas, por exemplo, habitação), e o acesso aos serviços (por exemplo, educação, serviços públicos de saúde) e alterações à estética e qualidade da paisagem.

EU22 (indicador específico setorial) - Número de pessoas física ou economicamente deslocadas e compensação, discriminadas por tipo de projeto.

Aspecto: Acesso

EU23 (indicador específico setorial) - Programas, incluindo os realizados em parceria com o governo, para melhorar ou manter acesso à energia elétrica e serviços de apoio ao cliente.

Aspecto: Acesso à Informação

EU24 (indicador específico setorial) - Práticas para abordar a língua, cultura, baixa escolaridade e dificuldades relacionadas à deficiência acesso e segurança com energia elétrica e serviços de apoio ao cliente.

Aspecto: Saúde Pública e Segurança

Comentário – PR1 (fases do ciclo de vida em que a saúde e segurança os impactos de produtos e serviços são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais procedimentos).

Para empresas de energia elétrica nas seguintes categorias também devem ser avaliadas:

- O planejamento de recursos;
- Geração;
- Transmissão;
- Distribuição;
- Uso

O estado dos processos de avaliação dos riscos de saúde da comunidade, incluindo o acompanhamento, medidas de prevenção e, se for caso disso, a longo prazo estudos relacionados com a saúde.

Identificar os riscos para a saúde da comunidade que são avaliados, tais como:

- Conformidade com limite de exposição (s) de campos elétricos (em kV / m) e campos magnéticos (em microTesla), quando disponível, para membros do público e dos funcionários nas áreas em que a organização opera comunicação.

EU25 (indicador específico setorial) - Número de acidentes e mortes ao público envolvendo os ativos da empresa, incluindo: sentenças, transações e processos judiciais pendentes.

Aspecto: Acesso

EU26 (indicador específico setorial) – Percentual da população não servida de energia em áreas concedidas.

EU27 (indicador específico setorial) - Número de desligamentos residencial para não-pagamento, discriminados por período de desconexão.

EU28 (indicador específico setorial) – Frequência das interrupções de fornecimento.

EU29 (indicador específico setorial) - Duração média equivalente de interrupções no fornecimento de energia.

EU30 (indicador específico setorial) - Fator de disponibilidade médio das plantas (geração), por fonte de energia e pelo regime regulatório.

Portanto, utilizando-se do protocolo padrão G3 para elaboração de relatórios e das novas diretrizes colocadas pelo suplemento setorial, as empresas do setor podem iniciar e/ou continuar seu processo de relato e avaliação de indicadores.

4.4 Matriz de Evidenciação de Uso de Indicadores

Nessa fase da pesquisa, foram evidenciados quais indicadores utilizados pelas empresas selecionadas. Foi elaborada uma matriz de evidenciação, onde cada indicador respondido de forma completa pela empresa recebeu a pontuação 2 (dois), os indicadores respondidos de forma parcial receberam pontuação 1 (um) e sem resposta, pontuação 0 (zero).

Nos quadros a seguir, na coluna da esquerda, onde consta a sigla do indicador, por exemplo: EC1, EC2 e assim por diante, tiveram a caixa aumentada e grifada os indicadores considerados essenciais, segundo os protocolos do GRI G3.

Na coluna da direita, além de totalização do *score* atribuído, foram colocados em caixa aumentada e negrito os indicadores sugeridos como essenciais pelo GRI G3 - suplemento setorial de empresas de energia elétrica.

No suplemento referido, os indicadores G3 trazidos para compor os relatórios, e, portanto “eleitos” como os mais importantes (essenciais) para esse ramo de negócios foram: EN1; EN8; EN12; EN14; EN16; EN18; EN20; EN21; EN22; LA1; LA2; LA4; LA7; HR5; SO1; PR1. Conforme anteriormente explicado, aparecem colocados em vermelho na coluna da direita da matriz.

Dessa forma, foi elaborada uma matriz dividida nos seguintes segmentos de indicadores: econômicos, ambientais e sociais.

Os dados a seguir apresentados foram obtidos nos relatórios de sustentabilidade padrão GRI apresentados pelas empresas, mais especificamente no índice remissivo constante destes, conforme quadros 06 a 11.

EMPRESAS ANO REFERÊNCIA		CEMIG			CPFL			ELETROPAULO			score
		2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	
INDICADOR NÍVEL GRI APRESENTADO		G3 - C self declared	G3 - B self declared	G3 - B self declared	G3 - A self declared	G3 - A self declared	G3 A+ third party checked	G3 - C self declared	G3 - C self declared	G3 C third party checked	
Indicadores de Desempenho Econômico											
EC1	Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	0	2	2	2	2	2	0	0	0	10
EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	2	2	2	2	0	2	2	2	2	16
EC4	Ajuda financeira significativa recebida do governo.	0	2	2	2	0	2	0	0	0	8
EC5	Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	0	0	0	2	0	2	2	2	2	10
EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	0	0	0	2	2	2	2	2	0	10
EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
EC8	Desenvolvimento e impacto de investimentos em infra-estrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades pro bono.	2	2	2	2	2	2	2	0	1	15
EC9	Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	0	0	0	2	2	2	0	2	2	10

Quadro 06: Indicadores econômicos

Fonte: Elaborado pelo autor.

EMPRESAS ANO REFERÊNCIA		CEMIG			CPFL			ELETROPAULO			score
		2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	
INDICADOR NÍVEL GRI APRESENTADO		G3 - C self declared	G3 - B self declared	G3 - B self declared	G3 - A self declared	G3 - A self declared	G3 A+ third party checked	G3 - C self declared	G3 - C self declared	G3 C third party checked	
Indicadores de Desempenho Ambiental											
EN1	Materiais usados por peso ou volume.	0	2	2	2	0		0	2	2	10
EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	2	2	2	2	0	2	0	1	0	11
EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.	2	2	2	2	0	2	2	2	2	16
EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária.	0	0	0	2	0	2	2	2	2	10
EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
EN8	Total de retirada de água por fonte.	0	0	0	2	0	2	2	0	0	6
EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
EN11	Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	0	2	2	2	0	2	2	2	2	14
EN12	Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	0	2	2	2	0	2	2	2	2	14
EN13	Habitats protegidos ou restaurados.	2	2	2	2	2	2	0	2	0	14
EN14	Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	2	2	2	2	2	2	0	2	2	16
EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	2	2	2	2	0	2	2	2	2	16
EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso. (essencial).	2	0	0	2	0	2	2	2	2	12
EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	2	0	0	2	2	2	2	2	2	14
EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	0	0	0	2	0	2	2	2	2	10
EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	2	2	2	2	0	2	2	0	0	12
EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação.	0	0	2	2	0	2	2	0	0	8
EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	2	2	2	2	0	2	2	2	2	16
EN23	Número e volume total de derramamentos significativos.	0	0	0	2	0	2	2	2	0	8
EN24	Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia13 – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EN25	Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Quadro 07: Indicadores ambientais

Fonte: Elaborado pelo autor.

EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	0	2	2	2	2	2	2	2	2	16
EN27	Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.	0	0	2	2	0	0	0	0	0	4
EN28	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	0	0	0	2	0	2	2	2	2	10
EN29	Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.	0	0	2	2	0	2	2	0	2	10
EN30	Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	2	2	2	2	0	2	2	0	2	14

Quadro 07: Indicadores ambientais - continuação
Fonte: Elaborado pelo autor.

EMPRESAS ANO REFERÊNCIA		CEMIG			CPFL			ELETROPAULO			score
		2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	
INDICADOR NÍVEL GRI APRESENTADO		G3 - C self declared	G3 - B self declared	G3 - B self declared	G3 - A self declared	G3 - A self declared	G3 A+ third party checked	G3 - C self declared	G3 - C self declared	G3 C third party checked	
Indicadores de Desempenho Referentes a Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente											
LA1	Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	0	2	2	2	0	2	2	2	2	14
LA2	Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	0	0	0	2	0	2	2	2	1	9
LA3	Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.	0	0	2	2	0	2	2	2	2	12
LA4	Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	2	2	2	2	0	2	2	2	2	16
LA5	Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	0	0	0	2	0	2	2	2	0	8
LA6	Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
LA7	Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	2	2	2	2	0	2	2	2	2	16
LA8	Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	0	2	2	2	0	2	2	2	2	14
LA9	Temas relativos a segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
LA10	Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.	2	2	2	2	0	2	2	2	2	16
LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	2	2	2	2	2	2	2	2	2	18
LA12	Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	2	2	2	2	0	2	0	2	2	14
LA13	Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	0	2	2	2	2	2	2	0	0	12
LA14	Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	0	0	0	2	0	2	2	2	2	10

Quadro 08: Indicadores sociais
Fonte: Elaborado pelo autor.

EMPRESAS ANO REFERÊNCIA		CEMIG			CPFL			ELETROPAULO			score
		2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	
INDICADOR NÍVEL GRI APRESENTADO		G3 - C self declared	G3 - B self declared	G3 - B self declared	G3 - A self declared	G3 - A self declared	G3 A+ third party checked	G3 - C self declared	G3 - C self declared	G3 C third party checked	
Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos											
HR1	Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
HR2	Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	2	2	2	2	0	2	0	2	0	12
HR3	Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual e empregados que recebeu treinamento.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
HR4	Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
HR5	Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	0	0	0	2	0	2	0	2	0	6
HR6	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	0	0	2	2	0	2	2	2	2	12
HR7	Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	0	0	2	2	0	2	2	2	2	12
HR8	Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
HR9	Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	0	0	0	2	0	2	0	0	2	6

Quadro 09: Indicadores sociais

Fonte: Elaborado pelo autor.

EMPRESAS ANO REFERÊNCIA		CEMIG			CPFL			ELETROPAULO			score
		2006	2007	2008	2006	2007	2008	2006	2007	2008	
INDICADOR NÍVEL GRI APRESENTADO		G3 - C self declared	G3 - B self declared	G3 - B self declared	G3 - A self declared	G3 - A self declared	G3 A+ third party checked	G3 - C self declared	G3 - C self declared	G3 C third party checked	
Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade											
SO1	Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	0	2	2	2	2	2	0	2	2	14
SO2	Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
SO3	Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
SO4	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
SO5	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e lobbies.	0	0	0	2	2	2	0	2	2	10
SO6	Valor total de contribuições financeiras e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
SO7	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
SO8	Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	0	0	0	2	0	2	2	2	2	10

Quadro 10: Indicadores sociais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto												
Saúde e Segurança do Cliente	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.	0	2	2	2	0	2	2	2	2	14
	PR2	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.	0	0	0	2	0	2	0	0	2	6
Rotulagem de Produtos e Serviços	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	0	0	0	0	0	2	0	2	0	4
	PR4	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.	2	2	2	2	0	2	2	2	0	14
Comunicações de Marketing	PR6	Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	0	0	0	2	0	2	0	0	0	4
	PR7	Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.	0	0	0	2	0	2	0	0	2	6
Conformidade	PR8	Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	0	0	0	2	0	2	0	2	2	8
	PR9	Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	0	0	0	2	0	2	2	2	0	8

Quadro 11: Indicadores sociais

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dessa forma, após a apresentação da matriz de evidenciação, passa-se a discorrer sobre a seleção dos indicadores que foram selecionados para análise.

Foram analisados os indicadores respondidos com maior frequência pelas empresas analisadas e os identificados como “essenciais” segundo as regras do suplemento setorial.

Após a totalização dos resultados, (*score*) observaram-se quais indicadores as companhias responderam com maior frequência, portanto determinando-se que estes são os mais importantes para elas.

Nesse *score*, os indicadores que obtiveram maior pontuação ficaram entre 18 (dezoito) e 16 (dezesesseis) pontos.

Portanto os indicadores analisados seguindo os critérios acima elencados foram: **EC1, EC3, EN1, EN3, EN5, EN6, EN8, EN12, EN14, EN16, EN18, EN20, EN21, EN22, EN26, EN30, LA1, LA4, LA7, LA10, LA11, HR5, SO1, PR1 e PR5.**

4.5 Análise dos Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de 2006 a 2008

Conforme os objetivos traçados, foram analisadas as informações constantes nos

Relatórios de sustentabilidade (GRI), avaliando os indicadores de acordo com os objetivos da pesquisa.

Como critério para a análise das informações prestadas e indicadores, foi dada ênfase nos quesitos de: verificabilidade, completude, precisão, comparabilidade, clareza e regularidade. Também, quando possível, foi avaliado se houve evolução, ou não, no desempenho do indicador.

4.5.1 AES Eletropaulo

A AES Eletropaulo, nos 3 (três) anos analisados, aplicou os protocolos do GRI G3, em nível “C”, o que demonstra uma constância no nível da informação prestada.

4.5.1.1 Indicadores de Desempenho Econômico

EC1 – Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.

No ano de 2006, a receita operacional bruta no ano de 2006 foi de R\$ 11.350,8 milhões, equivalente a um incremento de 1,8% em relação a 2005. O melhor desempenho reflete o reajuste tarifário médio de 11,45% e o crescimento de 4,6% do consumo total.

A receita operacional líquida em 2006 foi de R\$ 8.354,1 milhões, 0,7% superior ao montante auferido em 2005.

Foram registrados custos e despesas operacionais brutos de R\$ 6.903,9 milhões em 2006, valor 7,6% inferior ao verificado no ano anterior. Os principais motivos que explicam essa diminuição são: (i) redução do custo com a compra de energia e encargos de transmissão e distribuição em R\$ 320,1 milhões e (ii) diminuição de despesas com vendas no valor de R\$ 599,3 milhões. Por outro lado, houve elevação das outras despesas operacionais em 31,6%, impactando o desempenho operacional da Companhia em 2006.

A despesa com energia elétrica comprada totalizou R\$ 3.459,5 milhões em 2006, o que representa um decréscimo de 5,8% em relação à despesa de 2005. Essa redução é explicada principalmente pela alteração do mix de compra de energia com o encerramento dos Contratos Iniciais em dezembro de 2005. Essa despesa aumentou proporcionalmente a

compra de energia em leilões com tarifas médias inferiores, ainda que pese a elevação de 36,8% da despesa com o contrato bilateral com a AES Tietê.

Adicionalmente, os encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição foram reduzidos em 10,2%, principalmente pelos menores encargos de conexão com a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) estabelecidos no reajuste tarifário de 2006.

O grupo despesas com vendas somou R\$ 169,9 milhões em 2006, o que representa uma redução de 77,9% em relação ao ano anterior.

Essa redução foi decorrente da variação da conta Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) – que passou de R\$ 746,4 milhões, em 2005, para R\$ 145,4 milhões no ano seguinte.

A diminuição está diretamente relacionada à provisão integral de R\$ 346,4 milhões, referentes a créditos com a Prefeitura Municipal do Estado de São Paulo (PMSP), e ao provisionamento de R\$ 176,9 milhões, referentes ao impacto da alteração das regras de remuneração do saldo da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) retroativas a 2002, ambos eventos extraordinários ocorridos em 2005.

Houve um acréscimo de 29,6% nas despesas gerais e administrativas, que totalizaram R\$ 274,8 milhões, devido basicamente à elevação de despesas com pessoal. Influenciou nesse desempenho o acordo coletivo aprovado em 20 de julho de 2006, que reajustou os salários em 4,0% (retroativo a junho de 2006), além do pagamento da parcela do PLR em setembro de 2006, referente ao primeiro semestre do ano.

As outras despesas operacionais apresentaram elevação de 31,6%, passando de R\$ 875,2 milhões em 2005 para R\$ 1.151,5 milhões em 2006. A elevação dessas despesas contribuiu inversamente para a queda no total de custos e despesas operacionais e foi resultado de: (i) aumentos de 16,3% na Conta de Consumo de Combustível (CCC) e 3,9% na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), explicados pela aplicação das novas quotas tarifárias estabelecidas pela ANEEL que entraram em vigor desde o reajuste tarifário da AES Eletropaulo de 4 de julho de 2006; e (ii) provisão para contingências de causas cíveis e trabalhistas no montante de R\$ 120,9 milhões.

Em 2007 a companhia, obteve receita operacional bruta atingiu R\$ 11,3 bilhões, montante 0,4% superior ao registrado no ano anterior. O aumento de R\$ 45,6 milhões é explicado pela combinação da variação positiva na conta “outras receitas operacionais”

(R\$ 171,8 milhões) e da redução de R\$ 123,9 milhões na receita com fornecimento de energia elétrica e disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição (TUSD) para os clientes cativos e livres, após aplicação do índice médio de revisão tarifária de -8,43% desde 4 de julho de 2007.

A receita operacional líquida da AES Eletropaulo acumulou R\$ 7,1 bilhões, quantia 3,1% superior à registrada em 2006.

Custos e Despesas operacionais brutos de R\$ 5,8 bilhões, valor 5,8% superior ao de 2006.

A despesa com energia elétrica comprada teve acréscimo de 6% no ano, explicado principalmente por: reajuste da tarifa média de leilões em 12,1% (aumento de R\$ 87,1 milhões); Reajuste da tarifa de repasse de Itaipu em 10,3% (aumento de R\$ 46,1 milhões) somado ao início da amortização da Parcela A em novembro de 2007 (R\$ 32,1 milhões); Aumento de R\$ 41,2 milhões em 2007, na despesa de Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), uma vez que sua contabilização teve início a partir do terceiro trimestre de 2006.

As despesas com vendas somaram R\$ 227,7 milhões em 2007, o que representa um aumento de R\$ 162,5 milhões em relação a 2006.

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 391,6 milhões, uma elevação de 43,6% quando comparadas ao ano anterior. Essa variação reflete o aumento nas despesas com pessoal em 2007, explicado principalmente pelo incremento de R\$ 69,7 milhões em reclamações trabalhistas, sendo parte oriunda do processo de Atualização dos Depósitos Judiciais no segundo trimestre de 2007 (R\$ 45,4 milhões – evento não recorrente) e pela despesa de R\$ 30,5 milhões com o Programa de Desligamento Voluntário (PDV), anunciado pela companhia em outubro de 2007, que teve adesão espontânea de 376 colaboradores.

As outras despesas operacionais apresentaram elevação de 52,8%, totalizando R\$ 354,1 milhões no ano.

Em 2008 a AES Eletropaulo registrou, receita operacional bruta de R\$ 11,8 bilhões, 3,9% superior à registrada no ano anterior. O aumento ocorreu pela combinação do efeito da aplicação da revisão tarifária de 2007, negativa em 8,43%, com impacto a partir de 04 julho de 2007, com o efeito positivo do índice médio de reajuste tarifário de +8,01% sobre as tarifas da companhia, aplicado a partir de 04 de julho de 2008; pelo consumo faturado de 33.859,8 Gigawatt-hora (GWh), 3,9% superior ao consumo faturado do ano anterior; e pelo encerramento das amortizações da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE) e Energia Livre, em outubro de 2007.

A receita operacional líquida da AES Eletropaulo, em 2008, foi de R\$ 7,5 bilhões, 4,7% superior à registrada em 2007.

As despesas operacionais da AES Eletropaulo somaram R\$ 5,9 bilhões, em 2008, R\$ 356,7 milhões a mais do que o registrado no mesmo período de 2007.

A despesa com energia elétrica comprada teve acréscimo de 13,3% no ano, explicado principalmente pelos motivos:

- maior volume de energia requerida, que totalizou 40.141 GWh, em 2008, contra 38.647 GWh requeridos em 2007;

- aumento de 6,1% no preço médio dos contratos de suprimento, decorrente, sobretudo, do reajuste de preço do contrato bilateral com a AES Tietê de 13,44%, válido a partir de 04 de julho de 2008;

- mudança do regime de tributação de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) nos contratos inicial e bilateral com a AES Tietê, de não-cumulativo (9,25%) para cumulativo (3,65%), e subsequente devolução à AES Eletropaulo dos montantes cobrados a maior desde o terceiro trimestre de 2004, resultando em uma reversão de despesa de R\$ 185,9 milhões, no segundo trimestre de 2007;

- despesa de R\$ 203,7 milhões, em 2008, referente à amortização de Parcela A de Itaipu, comparada à despesa de R\$ 32,1 milhões reconhecida no ano de 2007.

A despesa com encargos do uso da rede elétrica e transmissão foi 21% superior à de 2007, em função, principalmente, do aumento de R\$ 154,4 milhões, entre os períodos comparados, no encargo de rede básica.

Também explica as Provisões para contingências, R\$ 181,9 milhões inferiores, em 2008, em virtude da contabilização, no quarto trimestre de 2007, de R\$ 166 milhões referentes ao processo de revisão das contingências trabalhistas.

O lucro líquido da AES Eletropaulo foi de mais de R\$ 1 bilhão – o maior de sua história, comparado aos R\$ 712,6 milhões em 2007. Contribuíram para esse resultado positivo o incremento no consumo, o impacto positivo de R\$ 78,7 milhões no lucro líquido, decorrentes da combinação da reversão relativa ao processo de ampliação da base de cálculo da COFINS e da provisão da multa do processo de majoração de alíquota da COFINS, e o efeito positivo de R\$ 194 milhões referente à decisão favorável do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL).

A receita operacional bruta no ano de 2006, primeiro ano da análise, foi de R\$ 11,3 bilhões, variando 0,4% positivamente no segundo ano e fechando a série com R\$ 11,8 bilhões, valor 3,9% superior à registrada no primeiro ano.

A receita operacional líquida em 2006 foi de R\$ 8,3 bilhões, em 2007 acumulou R\$ 7,1 bilhões, e ao contrário do que consta no relatório de 2007 o valor da receita operacional líquida é 14,45% inferior a registrada em 2006. (O Relatório de 2007 cita que a receita operacional líquida de 2007 é 3,1% superior à registrada em 2006, o que como demonstrado é inverídico). No último ano da análise a receita operacional líquida foi de R\$ 7,5 bilhões, valor inferior 9,64%, tomando por base o primeiro ano da série analisada.

Em 2006 foram registrados custos e despesas operacionais brutos de R\$ 6,9 bilhões e no ano de 2008 a rubrica foi de R\$ 5,9 bilhões, valor consideravelmente inferior ao apresentado no primeiro ano.

Análise: Há evolução no valor econômico gerado, que se mostrou crescente desde o primeiro ano de análise até o último. Muito embora existam falhas na precisão das informações apresentadas, conforme demonstrado.

EC3 – Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.

No relatório de 2006 a Companhia limitou a prestar informações contábeis com relação ao Fundo de Pensão e suas implicações econômicas.

Em 2007, passou a listar os benefícios oferecidos e explicar as regras de funcionamento dos mesmos, tais como: previdência privada; vale-refeição; vale-lanche; vale-alimentação; vale-transporte; assistência médica; assistência odontológica; programa de apoio pessoal; bolsa-auxílio a estagiários; seguro de vida; auxílio-funeral; auxílio-pessoa física especial; auxílio-creche e auxílio-babá.

No ano de 2008, limitou-se a declarar que oferece aos seus colaboradores e familiares um pacote de benefícios compatível com o mercado, que vai além das exigências legais, porém sem oferecer maiores detalhes do que é efetivamente oferecido.

Análise: Nesse indicador, não há como avaliar uma melhoria ou não no desempenho, pois a informação não é prestada de forma regular. A cada ano se apresentou um aspecto diferente como resposta, portanto, afetando a comparabilidade do mesmo.

4.5.1.2 Indicadores de Desempenho Ambiental

EN1 Materiais usados por peso ou volume.

No primeiro ano analisado não é prestada qualquer informação. Em 2007, a companhia esclareceu sobre o re-certificado pela norma ISO 14001:2004, conquistada pela primeira vez em 2000, neste ano incluindo todas as subestações da empresa, 100% dos prédios administrativos e seis lojas próprias de atendimento ao público.

Nas informações de 2008, declara que estabelece padrões de qualidade e de desempenho em busca de novas soluções para os materiais e equipamentos utilizados na rede elétrica, preocupando-se também com os impactos associados à sua fabricação.

Análise: Nesse indicador, não há como avaliar uma melhoria no desempenho, pois a informação não é prestada de forma completa. Não são fornecidos dados quantitativos para a análise e comparação.

EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.

O ano inicial da análise demonstrou ser o mais completo e repleto de informações nesse indicador. Em 2006, na rubrica consumo de energia, foram apresentados os seguintes números: Total de energia elétrica para atendimento da demanda GWh 37.809; Consumo próprio de energia elétrica GWh 33; Consumo próprio de combustível veicular m³ 2.997; Energia consumida por clientes cativos GWh 31.689; Consumo total de energia direta GWh 6.120; Energia gerada para atendimento da previsão da demanda interna GWh 38.256.

Com relação ao consumo de combustível veicular por tipo: Álcool 4,82%; Diesel 49,01%; Gasolina 28,10%; Flex 11,20%; GNV 0,18% e GNV/Gasolina 6,70%.

Energia comprado por tipo: Hidráulica 95,80%; Térmica 3,17%; Biomassa 0,95% e Eólica 0,09%.

Em 2007, divulgou números absolutos de consumo próprio de energia, porém foram parciais e menos abrangentes que em 2006, dessa forma prejudicando a análise.

No ano de 2008, limitou a declarar que a empresa AES *Infoenergy* avaliou as instalações da empresa para a implementação de soluções integradas, de redução de consumo de água e energia em unidades administrativas. Todavia, o estudo não apresentou potencial de redução

que justificasse os investimentos financeiros associados. No mais, apresentou números absolutos de consumo de energia elétrica, álcool combustível e gasolina, sem, no entanto, divulgar os percentuais de uso dessas fontes em sua frota. Portanto, mais uma vez não há base para análise do desempenho nesse critério.

Análise: Nesse indicador, houve uma clara perda de qualidade no nível da informação, uma vez que com o passar dos anos foi ficando parcial e incompleta. Não há como avaliar uma melhoria no desempenho, pois não são fornecidos dados quantitativos, com regularidade, para a análise e comparação ao longo da série analisada.

EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.

Em 2006, esclarece a empresa que as empresas concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, de acordo com o contrato de concessão, têm o compromisso de aplicar anualmente o montante mínimo de 0,5 % de sua receita operacional líquida em ações de combate ao desperdício de energia elétrica. O programa de eficiência energética da Companhia demandou, em 2006, investimentos de R\$ 31,6 milhões em diversos projetos para os clientes do setor público e privado. Somente no setor público, foram investidos R\$ 4,2 milhões. Focado em substituir tecnologias por outras mais eficientes e com menor impacto ambiental, o Programa de Eficiência Energética visava, ainda, promover a inclusão social, por meio de uma forte atuação no segmento de baixa renda. Essas premissas podem ser verificadas nas doações de padrões de entrada, nos cursos e treinamento para uso racional da energia elétrica ministrados para a população de baixa renda e na substituição de lâmpadas para o menor consumo de energia. A mensagem da eficiência energética foi reforçada também em campanhas publicitárias e no Programa Eletropaulo na Comunidade, realizado em escolas da rede pública.

O Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente (RELUZ), lançado em 2000, tinha o objetivo de aumentar a eficiência da energia elétrica utilizada na iluminação pública e, assim, reduzir a despesa dos municípios com o uso mais racional desse importante serviço.

A rede nacional de iluminação pública é atualmente composta de 13 milhões de pontos de iluminação. Desses, 7,5 milhões podem ganhar mais eficiência. O financiamento do projeto foi executado pela Eletrobrás, cujo valor corresponde a até 75% do total investido. O restante constituiu a contrapartida das concessionárias e das prefeituras municipais, que pode ser feita por meio de serviços próprios, como transporte e mão-de-obra. Em 2006, a AES

Eletropaulo destinou a esse programa R\$ 25 milhões. Em sua área de concessão, realizou a troca de 46 mil lâmpadas de vapor de mercúrio por sódio, mais eficientes, com redução de consumo de 21,5 GWh/ano.

Também, doou bens a fim de proporcionar ainda menor consumo de energia elétrica por parte da população beneficiada, uma vez que a Companhia promove doações de geladeiras e lâmpadas eficientes. Em 2006, foram doados 2 mil eletrodomésticos.

Em 2007, a distribuidora investiu R\$ 41 milhões em quase 100 projetos, como o da eficiência da iluminação e climatização da Sala São Paulo, na Estação Júlio Prestes, na cidade de São Paulo. Com a instalação de lâmpadas tipo Diodo Emissor de Luz (LED), obteve-se melhor luminosidade, economia de energia de 40% e alta durabilidade.

No sistema de iluminação pública, 98 mil lâmpadas foram substituídas em túneis, ruas, avenidas, semáforos e rodovias. Administradores e funcionários de empresas públicas e privadas receberam treinamentos e capacitação sobre o uso adequado e seguro de energia. No caso das escolas públicas, esse trabalho é por meio dos projetos “Fique Ligado” e “Eletropaulo nas Escolas”, que capacitam professores para abordarem o tema em sala de aula.

Nas comunidades de baixa renda, os projetos “Eletropaulo na Comunidade” e “Eletropaulo no Parque” levaram informações e orientações sobre como lidar com a eletricidade e ainda serviços gratuitos à população, em parceria com outras instituições, como corte de cabelo e dicas sobre saúde e alimentação. Em 2007, 109,6 mil pessoas de 30 comunidades foram beneficiadas. O investimento foi de R\$ 1,8 milhão.

No ano de 2007, a AES Eletropaulo e a Secretaria Municipal de Educação firmaram convênio para realizar ações educativas de conservação de energia elétrica e meio ambiente em 61 escolas da rede pública de ensino, localizadas na Zona Leste da cidade de São Paulo.

Informou ainda que o Programa RELUZ continuava na cidade de São Paulo.

No relatório de 2008, o nível e detalhamento da informação reduziu-se muito. Limitou-se a relatar que a empresa instalou em túneis da cidade de São Paulo 1.153 lâmpadas com tecnologia de indução eletromagnética, que são mais eficientes, reproduzem melhor as cores e têm vida útil de 100 mil horas, quatro vezes mais do que as lâmpadas de vapor de sódio. Também foram implementados 4 mil pontos de semáforo com tecnologia de LED, que consome menos energia e proporciona maior durabilidade.

Análise: A resposta padrão ao longo dos anos analisados foi de que a empresa, por força de leis e regulamentos, deve investir 0,5% da sua receita operacional líquida em ações de combate ao desperdício de energia elétrica. O que de fato ocorreu, até porque existe

fiscalização por parte da ANEEL. Com relação à informação prestada, demonstrou-se com falta de regularidade no que tange ao enfoque.

EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.

No ano de 2006, a mesma resposta adotado no indicador **EN5**, foi adotada para esse indicador também.

Em 2007, foi relatado sobre o projeto “Ônibus a Hidrogênio”, em andamento desde 2005 e com previsão de término no primeiro semestre de 2008, o projeto consistiu na aquisição, operação e manutenção de até cinco veículos, além de uma estação de produção de hidrogênio e abastecimento dos ônibus, para serem utilizados no Corredor Metropolitano, situado na cidade de São Paulo, ligando os bairros de São Mateus até Jabaquara. O objetivo foi desenvolver uma solução limpa para o transporte público urbano no Brasil, avaliar e estabelecer as exigências técnicas mínimas para garantir a durabilidade do veículo e torná-lo economicamente competitivo. A AES Eletropaulo é uma das empresas participantes do consórcio que coordena o projeto. O papel da empresa é fornecer energia elétrica e viabilizar a instalação da mini-planta de hidrogênio. Os investimentos, da ordem de US\$ 16 milhões, são do *Global Environment Facility* (GEF), órgão do PNUD.

No relatório de 2008, a resposta para o presente indicador foi a mesma no **EN5**, e tampouco relatou sobre o programa “Ônibus a Hidrogênio”.

Análise: Pelas respostas apresentadas, ao longo dos anos, não há como aferir se ocorreu uma melhora ou não no desempenho do indicador, pois a informação apresentada carece de regularidade e completude, dessa forma não há como compará-la.

EN8 Total de retirada de água por fonte.

Em 2006 a empresa declarou que o total de retirada de água por fonte, foi de 123.155 m³, informando que o aumento do consumo em relação a 2005 deveu-se a vazamentos e reformas prediais. Nos anos de 2007 e 2008 não foi prestada qualquer informação com relação a esse aspecto.

Análise: Pelas respostas apresentadas, ao longo dos anos, não há como aferir se ocorreu melhoria ou não no desempenho do indicador, pois a informação apresentada foi descontinuada ao longo dos anos, sendo que apenas no primeiro ano da série foi respondida.

EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

No ano de 2006, foi prestada informação de que não ocorreu variação com relação à informação prestada em 2005.

No ano de 2007, informou que de forma voluntária, a companhia iniciou levantamento de dados técnicos da infra-estrutura existente, como linhas de sub-transmissão e subestações, para licenciamento e regularização ambiental. Os estudos ambientais seriam apresentados à Secretaria Estadual de Meio Ambiente em 2008. A rede de distribuição existente em áreas de preservação de mananciais e áreas de preservação permanentes seria foco do mesmo trabalho a partir de 2008.

No relatório de 2008, não há referência sobre os assuntos abordados em 2007.

Análise: Com relação a este indicador, pelas respostas analisadas, a empresa denota uma falta de compromisso com as metas estabelecidas por ela própria. No ano de 2007, informou que em 2008 apresentaria estudos sobre o impacto de seus produtos e serviços na biodiversidade, o que pela informação explicitada, não ocorreu, e também deixou de informar aos interessados porque não ocorreu essa apresentação.

EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.

No ano de 2006 não divulgou qualquer informação com referência ao presente indicador.

Com relação ao Sistema de Gestão Ambiental (SGA), em 2007, a companhia informou que para conduzir suas ações conforme essas premissas, dirigiu suas atividades conforme esse sistema criado em 1999, de acordo com a norma internacional ISO 14001:2004, e seguiu a Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalho – aplicada a todas as companhias do Grupo AES no Brasil.

O SGA contemplou, desde janeiro de 2008, o mapeamento de todas as atividades da companhia, com destaque àquelas de impacto ambiental significativo, que necessitam de ações gerenciais diferenciadas para evitar e mitigar danos ao meio ambiente, como ruídos, poluição atmosférica, da água e do solo.

Em 2008, a AES Eletropaulo assumiu a meta de, entre 2009 e 2012, conquistar a certificação para os seus demais processos, como as atividades das oficinas de reforma de equipamentos (transformadores e medidores), do laboratório químico (controle do óleo mineral isolante utilizado nos transformadores e chaves) e de metrologia (aferição dos equipamentos de fiscalização usados na identificação de fraudes no consumo de energia), segmento de linhas de subtransmissão, rede de distribuição subterrânea e rede de distribuição aérea. Portanto, no que tange ao SGA, a empresa demonstrou que vem ano a ano trabalhando para ampliar o programa, de acordo com o que divulgou sobre ele.

No relatório de 2008, além de explicar e detalhar o SGA, a empresa detalhou alguns projetos ambientais, tais como:

- Cruzetas - A empresa conduziu um projeto para a substituição gradativa das cruzetas de madeira por cruzetas feitas com aço galvanizado. Apesar do custo maior, esse tipo de cruzeta é mais leve e tem vida útil superior à da madeira em 20 anos. O principal objetivo é não incentivar a extração de madeira nativa para fabricação desse produto. Após estudo preliminar, cerca de 300 cruzetas de aço galvanizado serão instaladas em 2009. Demonstrou-se ainda em fase embrionária tal ação, a conferir nos próximos relatórios o andamento.

- Parque Estadual da Serra do Mar – Começou um trabalho focado na redução dos impactos dos veículos da empresa no Parque Estadual da Serra do Mar, onde havia torres de subtransmissão da concessionária e onde as equipes necessitavam realizar a manutenção. O escopo geral é a alteração de trilhas e definição de locais onde o acesso pode ser feito motorizado, ou apenas a pé. O objetivo foi de proteger nascentes e diminuir a possibilidade de erosões. Esse trabalho serviu como referência e tem sido adotado por outras empresas com operações na região. Uma iniciativa importante nesse ecossistema frágil e vital para o litoral de São Paulo.

Análise: Pelas informações apresentadas, o desempenho, no que tange a estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade, vem melhorando ao longo dos anos, com a implementação do SGA e explicitação de programas de cuidado com o meio ambiente.

EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.

Com relação ao GEEs (SF₆, Fluido R134 e Fluido R22), em 2006 foram emitidos 50 Kg de gás SF₆ na manutenção de disjuntores da subtransmissão, em 2007 141 kg e em 2008 não foi divulgada a emissão. Relativo ao Fluido R134, no ano de 2006 não houve emissão, em 2007, 22 kg foram lançados na atmosfera e em 2008 não havia dados sobre esse GEE. No que tange o Fluido R22, que tem seu uso liberado no Brasil até 2040, em 2006 foi emitido 20 kg, 2007, 83 kg e em 2008 não foi divulgada informação.

Com relação às emissões de CO₂, em 2008, essas emissões somaram o equivalente a 8.619,64 toneladas de CO₂ equivalentes. Com cerca de 1,2 mil veículos, entre leves e pesados, a empresa monitorava, a cada três meses, pela Escala de Ringelmann (uma escala gráfica para avaliação colorimétrica de densidade de fumaça, constituída de seis padrões com variações uniformes de tonalidade entre o branco e o preto. Para descobrir se o veículo ou a chaminé está emitindo fumaça acima do permitido, utiliza-se a Escala de Ringelmann e compara-se com padrões estabelecidos pela legislação ambiental), as emissões de sua frota a diesel – 470 unidades. Duas vezes por ano, um monitoramento mais detalhado é feito em oficinas certificadas pela Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental (CETESB). Até o primeiro semestre de 2009, a AES Eletropaulo trocará toda a sua frota, priorizando o uso de álcool para reduzir as emissões de gás carbônico. Entre outras ações para reduzir as emissões atmosféricas, está o treinamento de motoristas para melhor conduzirem os veículos em prol de benefícios ao meio ambiente.

Análise: Pelos números apresentados com relação aos gases GEEs utilizados em sistemas refrigeradores e de combate a incêndio, ocorreu um aumento grande em sua emissão atmosférica entre 2006 e 2007, sendo mais preocupante ainda o fato de a companhia não ter divulgado número em 2008.

De outro lado, com relação à emissão de GEEs pela frota da empresa, essa demonstrou uma atitude louvável e comprometida, traçando metas ao longo dos anos e cumprindo-as.

EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.

No relatório de 2006 a companhia divulgou o Projeto de reflorestamento com espécies arbóreas nativas nas margens dos reservatórios das usinas hidrelétricas da AES Tietê, que resultará na remoção de 3 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera. Nos relatórios

seguintes, não citou o projeto, portanto não há como aferir se o mesmo foi completado ou atingiu seus objetivos.

Em 2007, a empresa divulgou que entrou em funcionamento a estação Itaim, primeira estação compacta híbrida da empresa que combina equipamentos com isolamento a gás SF6 e barramentos isolados a ar. Essa solução, além de proporcionar a redução do espaço ocupado pela subestação, diminui a quantidade de SF6, causador do efeito estufa.

Com relação aos GEEs emitidos pela frota, divulga que adquiriu veículos movidos a diesel com tecnologia para controlar a quantidade de combustível, gerando economia e menos poluição, e o uso de carros com motores flex para utilização de álcool em vez de gasolina.

No ano de 2008, a empresa reafirmou seu compromisso em continuar a alteração de sua frota para carros movidos à motorização flex. Porém deixou de divulgar o andamento de outros projetos citados em anos anteriores.

Análise: Pelas informações apresentadas, não há como avaliar se ocorreu melhoria ou não no indicador, tendo em vista a falta de regularidade na apresentação da informação, o que compromete a comparabilidade.

EN20 NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

No ano de 2006 a companhia limitou-se a fornecer informações sobre as Emissões de SF6, declarando ainda que os dados existentes de consumo de combustível não foram transformados em emissões porque a base de dados para conversão não era adequada.

Em 2007 a empresa não forneceu qualquer informação referente a este indicador.

No ano de 2008, as emissões de CO₂ pela frota de veículos somaram o equivalente a 8.619,64 toneladas. Em 2008, o volume de SF6 que deixou de ser emitido na atmosfera aumentou para 359,76.

Análise: As informações são incompletas e sem continuidade (falta de regularidade), não permitindo aferir se houve redução nas emissões desses gases e as medidas tomadas para melhorar tais processos.

EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.

Em 2006, declarou que o efluente gerado pela infiltração de esgoto nas câmaras subterrâneas, do tipo esgoto eventual, foi destinado à Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), no volume de 260m³. Também gerou efluente derivado da lavagem de transformadores na AES Serviços. A vazão da lavadora de alta pressão utilizada para lavagem dos tanques é de 1.200litros/hora. É utilizada em média 5h/dia, tipo do efluente oleoso, geração contínua, tratado pelo Sistema separador de água e óleo entregue à SABESP, no volume de 6m³/dia.

Nos anos de 2007 e 2008 a companhia não prestou informações.

Análise: As informações foram descontinuadas, sendo prestadas no primeiro ano da análise e nos seguintes não mais, de forma que não há como aferir uma melhoria ou não no indicador.

EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.

Com relação a resíduos não perigosos, em 2006 a empresa apresentou em seu relatório a quantidade de material e sua destinação, conforme Tabela 02.

Tabela 02: Gerenciamento de resíduos não perigosos

Tipo de resíduo	Quantidade	Unidade	Destinação
Cartuchos e toners de impressão	25	Pç	Reciclagem
Metal	264	Kg	Reciclagem
Papel/ papelão	96865	Kg	Reciclagem
Plástico	29261	Kg	Reciclagem
Vidro	144	Kg	Reciclagem
Entulho	812	M3	Disposição em aterro de inerte
Lixo comum	3424	M3	Disposição em aterro Classe 2A
Resíduos de limpeza de faixa (Área de segurança sob linhas de transmissão)	35400	Kg	Disposição em aterro Classe 2A e inerte

Fonte: Elaborado pelo autor.

No ano de 2007, com relação a resíduos não perigosos, a companhia apresentou um comparativo das quantidades desses materiais, sem, no entanto, divulgar a destinação dos mesmos. Outro fato que chama a atenção é a divergência clara de números, os valores informados na tabela de 2006, não encontram referência com os divulgados em 2007, com relação à: cartuchos de impressora; papel /papelão e plástico, conforme Tabela 03.

Tabela 03: Quantidade de material reciclado

Materiais reciclados	2005	2006	2007
Papel e papelão	54662	98445	58368
Plástico	18303	30492	26244
Vidro	0	144	5333
Metal	192	264	609
Cartuchos de impressora (unidade)	379	1350	1267

Fonte: Elaborado pelo autor

No relatório de 2008 não foram divulgados dados referentes a estes materiais.

Com relação a resíduos perigosos, no ano de 2006, a empresa apresentou quadro com o tipo de resíduo, quantidade e destinação (Tabela 04).

Tabela 04: Geração de Resíduos Perigosos

Tipo de resíduo	Quantidade	Unidade	Destinação
Amianto	14430	Kg	Aterro Classe 1
Baterias estacionárias	17411	Kg	Reciclagem especializada
Capacitores PCB	350	Kg	Incineração
Embalagens de agrotóxico	105	Pç	Reciclagem
Impregnados com óleo	96383	Kg	Co-processamento
Lâmpadas mercuriais	36667	Pç	Reciclagem especializada
Latas de tinta vencida	8095	Kg	Co-processamento
Óleo Isolante Mineral	23180	Kg	Co-processamento
Óleo lubrificante	1810	L	Re-refino
Pó de jateamento	1304	Kg	Co-processamento
Resíduos ambulatoriais	48	L	Inertização/incineração
Toalhas industriais	17300	Pç	Lavagem industrial

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação aos anos de 2007 e 2008, os resíduos apresentados no quadro foram alterados. Porém se manteve a métrica de apresentar o resíduo o valor e destinação, acrescentando-se a série histórica, ponto muito positivo para a análise.

Tabela 05: Geração de Resíduos Perigosos

Material	2006	2007	2008	Destinação
Capacitores com PCB (Kg)	1800			Incineração
Lâmpadas de iluminação pública (unidade)	36667	49785	31181	Descontaminação e envio para reciclagem das partes metálicas
Lâmpadas fluorescentes (Kg)		7155	7521 (uni)	Descontaminação e envio para reciclagem das partes metálicas
Baterias (Kg)	17411	11198	11580	Reciclagem
Materiais impregnados com óleo (Kg)	96383	43046	118975	Co-processamento em fornos de cimento/ Incineração
Óleo isolante mineral (Kg)	23180	23180	462000	Re-refino
Óleo lubrificante (l)	1810	4000	2110	Re-refino

Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação a aspectos gerais do indicador, em 2007 a empresa declarou que os resíduos perigosos decorrentes da atividade de distribuição de energia elétrica são, basicamente, baterias usadas em subestações, lâmpadas fluorescentes e de iluminação pública, material impregnado com óleo mineral isolante (brita, solo, terra, cimento, mantas absorventes, toalhas industriais), resíduos de tinta, pó de jateamento e efluentes oleosos presentes em caixas separadoras e câmaras transformadoras subterrâneas.

O manuseio, o acondicionamento, o armazenamento e a destinação final desses resíduos foram feitos em conformidade com a legislação ambiental e os procedimentos específicos fixados no SGA.

As medidas preventivas foram baseadas em procedimentos sobre a manutenção em equipamentos com óleo e com mecanismos de contenção; cuidados no transporte e inspeções periódicas das Estações Transformadoras de Distribuição (ETDs); linhas de subtransmissão subterrânea, entre outros. No caso específico dos cabos das linhas de subtransmissão subterrânea, há inspeção semanal, leitura da pressão e inspeção visual em determinados pontos de emenda da rede para checar a qualidade da infra-estrutura.

Em 2007, ocorreram vazamentos no solo, em um total de 7,5 mil litros de óleo isolante, em decorrência da operação de equipamentos. As ações corretivas tomadas obedeceram ao procedimento de atuação em emergência ambiental da AES Eletropaulo, que prevê, entre outras ações, a retirada do óleo do solo por meio de mantas absorventes e o envio desses materiais para empresas de processamento de resíduos, licenciadas por órgão ambiental estadual.

No relatório de 2008 a empresa reduziu o nível de detalhamento da informação e declarou apenas que identificava e estipulava o gerenciamento, tratamento e destinação final dos resíduos de suas operações. Esse processo tinha como foco a prevenção de contaminações

do solo e da água – principalmente nos casos de resíduos perigosos – e atendia às determinações do SGA, às diretrizes da AES Corp. e à legislação ambiental.

Análise: Com relação a resíduos não perigosos, a companhia apresentou em 2007 um comparativo das quantidades desses materiais, sem, no entanto, divulgar a destinação dos mesmos. Outro fato que chama a atenção é a divergência clara de números. Os valores informados na tabela de 2006, não encontram referência com os divulgados em 2007. No último ano da análise não foram apresentadas informações. Portanto, com relação a resíduos não perigosos, as informações foram prestadas de forma incompleta, sem precisão e de forma descontinuada, demonstrando uma falta de compromisso da empresa para com os leitores.

Com relação a resíduos perigosos, a relação destes foi uma em 2006 e outra usada em 2007 e 2008, no entanto, se manteve a métrica de apresentar o resíduo, o valor e a destinação, acrescentando-se a série histórica, ponto muito positivo para a análise, inclusive podendo-se verificar que a empresa tem um real compromisso com a destinação correta desse tipo de resíduo.

EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

Em 2006 a companhia apresentou informações sobre o desenvolvimento, avaliação e uso de tecnologias alternativas para adequação das atividades ao SGA, como: equipamentos para separação de água e óleo em aplicação após emergências e na manutenção de plataformas de contenção, utilização de resina epóxi para contenção de vazamento de óleo, equipamento de identificação e quantificação de eventual presença de PCB no óleo mineral utilizado, e proposta de pesquisa para bioremediação de áreas contaminadas.

Introdução da metodologia “Conexões Globais da Gestão do Meio Ambiente”, com base nas convenções e acordos internacionais de meio ambiente patrocinados pela ONU.

Avaliação das áreas onde estão localizados e do número de equipamento que utilizam o SF6, gás prejudicial para o meio ambiente.

O objetivo foi obter a máxima eficiência na sua manipulação, re-processando o gás e evitando sua emissão na atmosfera.

Controle de risco de contaminação por óleo isolante PCB. O Laboratório Químico da AES Eletropaulo monitora a entrada e saída de óleo mineral isolante ou qualquer intervenção que possa ocorrer nos equipamentos elétricos. As análises químicas obedecem a padrões e

parâmetros determinados em Normas e Leis Brasileiras como a NBR 8.371, NBR 13.882 e Decreto-lei 12.288, de fevereiro de 2006. No mesmo ano, a AES Eletropaulo promoveu a regeneração de 1.444 mil litros de óleo.

Projeto de reflorestamento com espécies arbóreas nativas nas margens dos reservatórios das usinas hidrelétricas da AES Tietê, que resultou na remoção de 3 milhões de toneladas de CO₂ da atmosfera.

No ano de 2007, a empresa passou a informar sobre valores investidos em sua rede de transmissão e melhorar de performance quanto ao funcionamento de equipamentos. Também declarou investimentos em soluções para aperfeiçoar o uso de recursos, buscando a redução de materiais. A empresa instituiu dois projetos para a diminuição do uso de plástico e papel em suas atividades diárias. O primeiro deles, “Corte com selo”, eliminava o uso de lacres de plástico ou alumínio nos casos de interrupção no fornecimento de energia elétrica para os clientes inadimplentes. No lugar, era colocado um selo adesivo, que continha todos os dados do motivo do desligamento. Também em janeiro, entrou em vigor o projeto “SAT Celular”, que substituiu a impressão de ordens de serviços pelo envio da solicitação às equipes de eletricitistas via celular ou via rádio. Com essa iniciativa, dois milhões de ordens de serviço deixaram de ser impressas.

No relatório de 2008 a companhia informou que estava conduzindo um projeto para a substituição gradativa das cruzetas de madeira por cruzetas feitas com aço galvanizado. Apesar do custo maior, esse tipo de cruzeta é mais leve e tem vida útil superior à da madeira em 20 anos. O principal objetivo foi não incentivar a extração de madeira nativa para fabricação desse produto. Após estudo preliminar, cerca de 300 cruzetas de aço galvanizado foram instaladas em 2009.

Ainda em 2008, informou sobre a questão da poda de árvores, inclusive que contava com um canal direto – o Linha Verde – para ajudar a empresa a fiscalizar as suas empreiteiras quanto à qualidade da poda realizada. No sítio da companhia (www.eletropaulo.com.br), é possível acessar o Guia de Arborização Urbana, com dicas sobre as espécies apropriadas para plantio embaixo da rede.

Sobre o projeto Pomar Urbano, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo, tinha como objetivos: promover a recuperação ambiental e paisagística das margens do Rio Pinheiros, proporcionar capacitação profissional e desenvolver atividades de educação ambiental.

Desde o início de 1999, o projeto Pomar Urbano recuperou 16 quilômetros da margem esquerda e seis quilômetros da margem direita do Rio Pinheiros. O núcleo de educação

ambiental atendia cerca de 2 mil visitantes por mês, e mais de 1,3 mil pessoas participaram das frentes de trabalho, recebendo capacitação profissional para trabalhar com jardinagem. O programa era apoiado por 23 empresas, inclusive a AES Eletropaulo, que disponibiliza 70% de sua faixa de segurança e também é responsável pela manutenção de dois trechos.

Continuou a empresa, no relatório de 2008, que todos os empreendimentos construídos pela AES Eletropaulo após 2004 estavam licenciados, em atendimento à exigência dos órgãos ambientais, ou seja, com medidas preventivas e de controle dos impactos ambientais dos empreendimentos, levando-se em consideração a sustentabilidade do negócio.

Em 2008, a companhia obteve 17 licenças e autorizações ambientais referentes a empreendimentos novos, a ampliações ou à recapitação de linhas de subtransmissão, redes de distribuição e subestações.

Houve, também, a implementação do Plano de Gestão Ambiental nas obras iniciadas em 2008 e nas futuras, para melhor gerenciamento das ações realizadas pelas empresas contratadas pela AES Eletropaulo.

Com a realização de 48 inspeções ambientais nessas obras, a empresa procurou a garantia da qualidade ambiental na execução dos serviços e o cumprimento efetivo das condicionantes de licenças.

Com relação à reciclagem, a AES Eletropaulo vendia, para empresas recicladoras ambientalmente qualificadas, as sucatas geradas nas suas atividades. Os principais materiais são alumínio, ferro, bronze, cobre, bobinas de madeira, cruzetas de madeira, postes, reatores e materiais com porcelana. Em 2008, a companhia comercializou 3,7 toneladas de sucatas.

Desde 2000, a AES Eletropaulo conta com o Programa Reciclando, que divulga a aplicação do conceito 3R (reduza, reutilize e recicle) e promove a separação para reciclagem dos resíduos de papel, plástico, vidro, metal e cartuchos de impressora nas unidades administrativas e operacionais da companhia.

Análise: Embora as informações prestadas pareçam um pouco incompletas, e falte um pouco de ligação entre as apresentadas de um ano para outro, a forma do relato demonstra que existe uma grande preocupação de melhoria continuada nesse indicador.

EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

No relatório de 2006 a companhia apresentou os valores, conforme a tabela 06.

Tabela 06: Total de investimentos e gastos em proteção ambiental por tipo (em R\$ mil)

Tipo	R\$
SGA	1320,5
Passivo	557,3
Resíduos	116,9
Outros	184,1
Projetos Melhorias	390,7
P&D	344,3
Licenciamento	155
Eficiência energética	2000
TOTAL	5068,9

Fonte: Elaborado pelo autor

No ano de 2007 não respondeu ao indicador e no ano de 2008, embora no índice constante de seu relatório aponte, em sua página 56, a resposta para tal indicador, se buscá-la não se encontra nenhum dado referenciado.

Análise: As informações foram descontinuadas, sendo prestadas no primeiro ano da análise e nos seguintes não mais, de forma que não há como aferir uma melhoria ou não no indicador. Demonstra-se uma falha grave no relatório de 2008 com relação à sua precisão.

4.5.1.3 Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.

No ano de 2006, foi divulgado um quadro demonstrando o total de trabalhadores, as áreas as quais estão alocados e se são contratados de forma direta ou indireta pela companhia.

Em 2007, divulgou que mantém 4,2 mil colaboradores próprios, contratados pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e 4,5mil colaboradores de empresas contratadas. Com relação a 2008 a companhia encerrou o ano com 4.141 colaboradores próprios e 6.368 colaboradores de empresas prestadoras de serviço.

Análise: A informação prestada se demonstra parcial em todos os anos analisados. O indicador pede que se determine: total de trabalhadores; por tipo de emprego; por tipo de contrato de trabalho e por região, especificidades que não foram demonstradas.

LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.

Em 2006, a empresa declarou que sua política de remuneração é baseada no conceito de Remuneração Total, que compreende salário-base, adicionais, benefícios e remuneração variável. Inclui os benefícios assegurados em lei, além de planos de saúde familiar e programas de previdência complementar a todos os funcionários, oferecidos sem distinção de sexo ou raça aos que exerçam a mesma função em qualquer nível hierárquico. A Companhia mantinha acordo coletivo com o sindicato da categoria principal e abrangia 100% dos colaboradores, de modo que negociava um patamar mínimo de benefícios comuns com o sindicato da região em que atua.

No ano de 2007, a AES Eletropaulo informou que 100% dos colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho, negociados pelo sindicato da categoria, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Estado de São Paulo (STIEESP). Nos acordos coletivos, também estão previstos aspectos relacionados à saúde ocupacional e à segurança do trabalho dos colaboradores.

Em 2008, limitou-se a declarar que 100% dos colaboradores são representados por sindicatos e negociações coletivas.

Análise: Com relação a esse indicador, a informação manteve-se regular ao longo da série analisada, demonstrando manutenção das condições encontradas no primeiro ano.

LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.

No ano de 2006, a alta taxa de gravidade com relação a absenteísmo e óbitos, deveu-se ao acidente com helicóptero em abril de 2006, no qual faleceram dois funcionários da AES Eletropaulo e o piloto de empresa de táxi aéreo durante vôo rotineiro de inspeção de linhas. A legislação brasileira atribui 6.000 dias debitados para cada óbito, ou seja, 12.000 dias debitados na estatística, o que elevou consideravelmente o índice. Sem o acidente, a taxa de gravidade ficaria abaixo de 160, ou seja, 74% abaixo da média do setor.

Em 2007 as ações de saúde e qualidade de vida da AES Eletropaulo tinham foco no atendimento à legislação, na prevenção de doenças ocupacionais e na divulgação e orientação a seus colaboradores. As iniciativas contemplavam o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) – a NR-7 do Ministério do Trabalho – e estavam relacionadas a

exames médicos periódicos, realizados anualmente por todos os colaboradores, as campanhas informativas e a programas de vacinação, de conservação auditiva, palestras e ginástica laboral.

A partir dos principais problemas de saúde verificados nos exames periódicos, a empresa definiu um plano de atividades para o período seguinte. Nos últimos dois anos, houve 11 registros de doenças ocupacionais, dos quais dois resultaram em afastamento de 180 dias. Ainda com referência a informação apresentada em 2007, foram realizadas palestras sobre os cuidados com a coluna, ergonomia e campanhas na intranet da empresa para a prevenção a doenças e o estímulo à alimentação saudável, entre outros temas.

Realizado três vezes por semana, em todas as unidades da companhia, o Programa de Ginástica Laboral, em 2007, foi ampliado e passou também a levar informações sobre saúde aos colaboradores. Os temas abordados referiam-se aos benefícios da ginástica laboral, à prevenção da lombalgia e à torção de tornozelos. Além dessas ações, foram realizados testes de flexibilidade para avaliação e acompanhamento dos colaboradores no Programa.

Houve 8,3 mil participações nas palestras. Em 2008, as orientações foram sobre dores musculares, obesidade, conseqüências do estresse, hipertensão, entre outras.

Em 2008 a AES Eletropaulo declarou que atua ativamente na prevenção de acidentes de trabalho envolvendo colaboradores próprios e contratados. Essa postura é amparada pelo Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional (SGSSO) pelo atendimento à legislação brasileira e às diretrizes da AES Corp.

O SGSSO, desenhado em alinhamento às diretrizes da norma internacional OHSAS 18.001, contemplava a identificação e avaliação dos perigos e riscos das atividades administrativas e operacionais da empresa, possuía metas e objetivos relacionados à saúde e à segurança e previa treinamento e conscientização da força de trabalho sobre a prevenção de acidentes e análise crítica da Alta Administração sobre as ações adotadas.

Um dos objetivos da empresa é obter a certificação OHSAS 18.001. Primeiramente, estava prevista, para o segundo semestre de 2009, a certificação das atividades de subtransmissão (linhas e subestações). Na sequência, o escopo devia ser ampliado para outros segmentos da empresa.

Em 2008, o número de acidentes com afastamento com colaboradores próprios e com colaboradores de empresas terceirizadas foi reduzido, respectivamente, em 39% e 21%. Esse desempenho foi resultado da intensificação de ações da companhia na prevenção de acidentes e do investimento de R\$ 8 milhões na aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC).

A segurança era tema constante no relacionamento da AES Eletropaulo com as empresas prestadoras de serviços. Mensalmente, técnicos de segurança da distribuidora reuniam-se com os colaboradores contratados para discutir e reforçar normas e procedimentos focados na prevenção de acidentes do trabalho.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se uma melhoria na performance desses indicador ao longo da análise.

LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.

Em 2006 foram registradas 423.444,1 horas de treinamento, desenvolvimento e re-qualificação profissional. Os colaboradores receberam preparação para assumir novos postos de trabalho, adquirir competências básicas e estratégicas, eliminar carências de desempenho, adequar-se às novas tecnologias, praticar a excelência operacional.

No ano de 2007 foram registradas 708.588 horas de treinamento, volume muito superior ao de 2006 demonstrando uma boa evolução do indicador, com média de 167 horas por colaborador.

Em 2008 a empresa declarou que era imprescindível o investimento no desenvolvimento e treinamento constante de sua força de trabalho. As ações adotadas pela companhia nesse sentido dividiam-se em três categorias: desenvolvimento de liderança, educação continuada e treinamento técnico- operacional. O objetivo do desenvolvimento dos líderes foi prepará-los para dar respostas rápidas aos desafios da organização, gerenciar seus colaboradores no alcance de metas e disseminar a cultura da empresa. Com o Programa de Educação Continuada, a AES Eletropaulo ofereceu bolsas de estudos para pós-graduação e curso de idiomas e promoveu a participação em seminários e workshops externos. A empresa também ofereceu uma variedade de seminários, palestras e workshops internos de atualização, além de cursos funcionais de diversos segmentos, como informática, revisão gramatical e auto-desenvolvimento, por meio de *e-learning* e TV Corporativa.

Já os programas de treinamento e capacitação técnico-operacional contemplavam os requisitos exigidos pela legislação trabalhista para a capacitação básica dos colaboradores que atuavam em atividades operacionais, comerciais, técnica ou administrativa e, por fim, a preparação para funções específicas de gerenciamento e controle de processos, princípios

básicos de gestão de pessoas e atividades de integração. Porém não divulgou dados concretos para a aferição da evolução.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se uma melhora na performance desse indicador ao longo da análise.

LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.

Em 2006, embora apontasse no índice remissivo do GRI, presente em seu Relatório de Sustentabilidade, a resposta para tal assertiva nas páginas 33 e 37, não havia resposta, ficando claro que ocorreu algum tipo de mal entendido.

No relatório de 2007, havia inúmeros programas de educação presencial e a distância listados e detalhados. Contudo não havia programas com a finalidade de ensinar os colaboradores a lidar com o fim da carreira.

Em 2008, mais uma vez a informação ficou vaga e sem detalhes.

Análise: Devido à falta de informações completas sobre o indicador, não há como aferir uma melhoria no desempenho deste.

4.5.1.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos

HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.

Nos anos de 2006 e 2008 nenhuma informação relativa a este indicador foi exposta.

Em 2007, declarou que 100% dos colaboradores estão abrangidos por acordos coletivos de trabalho, negociados pelo sindicato da categoria, o STIEESP. Nos acordos coletivos, também estavam previstos aspectos relacionados à saúde ocupacional e à segurança do trabalho dos colaboradores. As demissões decorrentes de inovações tecnológicas e mudanças organizacionais eram negociadas previamente entre empresa e sindicato, conforme Acordo Coletivo. Esse foi o caso do Programa de Demissão Voluntária (PDV), aberto no período de

outubro a dezembro de 2007. Composto por incentivos financeiros e sociais, o PDV contou com a adesão de 376 profissionais que deixaram a empresa ao longo de 2008. Porém, em 2008 não divulgou se a previsão se confirmou ou quais os resultados do programa de PDV.

Análise: Devido à falta de informações completas e regularidade sobre o indicador, não há como aferir melhoria ou não no desempenho deste.

4.5.1.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade

SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.

Em 2006 a empresa não prestou informação com relação ao indicador.

No ano de 2007 declarou que, ao atuar na área mais urbanizada e densamente povoada do País, a companhia tinha consciência de que é preciso contribuir para o desenvolvimento das comunidades atendidas.

Em seu Guia de Valores, a AES Eletropaulo assumiu o comprometimento com práticas empresariais sustentáveis em sua faixa de atuação. A empresa também é signatária do Pacto Global e comprometeu-se a promover os Oito Objetivos do Milênio – ambos programas da ONU para a construção de um mundo mais justo - e a cumprir os dez compromissos da Fundação Abrinq, tendo conquistado o Selo Abrinq - Empresa Amiga da Criança – em 2007.

Os principais exemplos de iniciativas adotadas pela empresa nesse sentido eram o estímulo ao consumo responsável e seguro de energia elétrica; a regularização de ligações elétricas ilegais; o patrocínio de ações culturais e educacionais para jovens e adolescentes e a utilização adequada dos recursos naturais.

Em 2007, por exemplo, mais de 70 mil famílias de 56 comunidades de baixa renda receberam as ações do Programa de Regularização de Ligações Ilegais, criado em 2004 e que, desde 2005, contava com recursos do Programa de Eficiência Energética e de instituições parceiras. O programa contemplava doações de padrão de entrada, reforma das instalações elétricas externas e internas das residências, troca de lâmpadas incandescentes por fluorescentes, substituição de geladeiras com alto consumo por outras mais eficientes (selo A do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL) e ações de conscientização e educação para promover o uso adequado e seguro de energia. Desde o início do programa até o fim de 2007, 450 comunidades de baixa renda e aproximadamente

um milhão de pessoas já haviam sido beneficiadas, em um total de mais de R\$ 110 milhões em investimentos.

No ano de 2008, informou que parte do Programa de Eficiência Energética era também realizado com recursos próprios, o Programa Transformando Consumidores em Clientes – antes denominado Regularização de Ligações Ilegais, teve continuidade.

O projeto Eletropaulo na Comunidade levou informações e orientações sobre o uso adequado e seguro de energia elétrica a 574 mil moradores das comunidades de baixa renda e, em parceria com outras instituições, ofereceu serviços sobre saúde, emprego, alimentação e beleza, incluindo manicure e corte de cabelo gratuito.

Desde 2004, quando a regularização teve início, já foram beneficiadas 290 mil famílias – ou cerca de 1,2 milhão de pessoas – de 1.242 comunidades de baixa renda do município de São Paulo.

Em atendimento à legislação do setor elétrico, a AES Eletropaulo destina 0,20% de sua receita operacional líquida a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Em 2008, a empresa direcionou R\$ 15,8 milhões para 35 projetos de P&D, dos quais seis foram encerrados durante o ano. Para 2009, havia 54 projetos em andamento, o que equivalia a R\$ 30,4 milhões em recursos, e uma estimativa de mais 24 novos projetos. Em dez anos, a AES Eletropaulo investiu cerca de R\$ 100 milhões em 109 projetos de P&D.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude a partir do segundo ano de análise, aferindo-se uma melhora na performance desse indicador.

4.5.1.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.

Em 2006, declarou que foram instalados cerca de 200 km de rede aérea compacta. Essa tecnologia é menos exposta a riscos de desligamento, produz menor impacto visual e ambiental, além de ter maior durabilidade que as redes tradicionais. Por isso, é usada em regiões arborizadas ou com grande concentração de obras de construção civil, locais onde é maior a probabilidade de acidentes que possam interferir no sistema de fornecimento. A AES Eletropaulo tem feito a substituição de redes tradicionais por redes compactas gradativamente.

Desde 2005, essas redes são utilizadas em novos projetos. Estava em andamento na empresa um projeto de automação das redes de alta tensão (88 kV/ 138 kV) e de média tensão (13,8 kV/20 kV/ 34,5 kV) visando ao aumento da segurança e flexibilidade operacionais, além da melhoria na continuidade do fornecimento de energia. Até 2006, a Empresa instalou 16 pontos de telecomando nas linhas de alta tensão e 42 pontos na rede de distribuição em média tensão. Além desses, foram instalados, sob demanda e as expensas dos clientes, pontos de telecomando para isolamento de unidades consumidoras dotadas de geradores próprios para garantir a segurança das equipes durante serviços de manutenção da rede.

O programa de eficiência energética da companhia demandou, em 2006, investimentos de R\$ 31,6 milhões em diversos projetos para os clientes do setor público e privado. Somente no setor público, foram investidos R\$ 4,2 milhões para 36 clientes. Focado em substituir tecnologias por outras mais eficientes e com menor impacto ambiental, o Programa de Eficiência Energética visava, ainda, promover a inclusão social, por meio de uma forte atuação no segmento de baixa renda. Essas premissas podem ser verificadas nas doações de padrões de entrada, nos cursos e treinamento para uso racional da energia elétrica ministrados para a população de baixa renda e na substituição de lâmpadas para o menor consumo de energia. A mensagem da eficiência energética foi reforçada também em campanhas publicitárias e no Programa Eletropaulo na Comunidade, realizado em escolas da rede pública.

No ano de 2007, não foram prestadas informações relevantes.

Em 2008, a AES Eletropaulo iniciou o planejamento do desenvolvimento do Projeto *Product Lifecycle Management (PLM)* – processo de gerenciamento do ciclo de vida de um produto – para os processos técnico-operacionais voltados à expansão e à manutenção dos ativos do sistema elétrico. Até 2010, a distribuidora pretendia investir R\$ 17,7 milhões nesse projeto.

O PLM consistia em redesenhar os processos técnico-operacionais, com foco nos requisitos da norma ISO 9001, e implementava uma solução que permita a gestão de ativos com utilização de funcionalidade dos tipos de Sistema de Posicionamento Global (GPS) e PDA (computador de bolso) de forma sincronizada e integrada com os demais sistemas corporativos existentes (Sistema Integrado de Gestão Empresarial - ERP e GIS).

Análise: As informações prestadas ao longo da série são desencontradas, inclusive com a total falta delas em 2007. O que afere aqui é uma intenção da empresa nos próximos anos adequar suas práticas a fim de que se adote um programa efetivo para gerenciar o PLM.

PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.

No relatório de 2006 declarou a empresa que, com relação ao relacionamento com clientes, estava alinhada ao princípio de sempre estar próxima e atenta às necessidades, mantendo diversos programas e desenvolvendo uma série de atividades com o objetivo de oferecer maior facilidade e conforto aos seus consumidores.

Para o segmento corporativo, foram realizadas ações de fidelização, como: Sete workshops técnico-comerciais; Dez cursos de “Usos Finais de Energia”; Cinco edições de *newsletter* bimestral Venda de energias interruptíveis (180 GWh no ano, em 720 contratos); mais de cem projetos de eficiência energética; desenvolvimento de um *software* simulador contratual para auxiliar clientes na otimização da contratação de energia.

Não foram mencionadas pesquisas de satisfação.

Em 2007, a companhia declarou que a partir dos resultados das pesquisas do Índice Aneel de Satisfação do Consumidor (IASC) e ABRADÉE, desenvolveu planos de melhoria de seu relacionamento com clientes. Na pesquisa IASC, a empresa obteve, em 2006, índice de 64,7% de satisfação, um crescimento de seis pontos percentuais com relação a 2005. Os resultados da pesquisa de 2007 foram divulgados no primeiro semestre de 2008.

Quanto à pesquisa Abradee, a AES Eletropaulo obteve em 2007 um índice de satisfação de 75,1%, permanecendo estável em comparação ao ano anterior (75,4%).

Em dezembro de 2007, teve início a pesquisa com “cliente oculto”, em que a eficácia dos canais de acesso à empresa e a qualidade do atendimento referentes aos principais serviços são avaliadas por consultoria especializada.

Ainda, no início de dezembro de 2007, a AES Eletropaulo reuniu 250 colaboradores próprios e terceirizados de todas as áreas da empresa no evento chamado Usina de Idéias. O objetivo foi dar a oportunidade para que as pessoas discutissem, refletissem e propusessem ações para melhorias de processos relacionados aos tópicos da pesquisa sobre satisfação do cliente, da ABRADÉE.

O Conselho de Consumidores, instituído pela legislação do setor elétrico em 1993, congregou representantes de diversos grupos de consumidores (residencial, comercial, industrial, rural, poder público) e possui caráter consultivo e focado na orientação, análise, avaliação do serviço e da qualidade do atendimento prestado pela empresa e na formulação de sugestões de melhoria.

No ano de 2008 o indicador não foi respondido pela companhia.

Análise: Com referencia às informações prestadas, elas vinham melhorando ano a ano, sendo que no último, simplesmente não foram mais prestadas, dessa forma evidenciando uma falta de regularidade na prestação e como conseqüência a impossibilidade de análise da evolução do indicador.

4.5.2 Cemig

4.5.2.1 Indicadores de Desempenho Econômico

A CEMIG, em 2006, aplicou os protocolos do GRI G3, em nível “C”, e nos anos seguintes, que foram 2007 e 2008, aplicou os protocolos em nível “B”, o que demonstra uma melhora no nível da informação prestada.

EC1 – Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provadores de capital e governos.

Em 2006 – a empresa publicou que o Valor Econômico (riqueza) gerado em 2006 totalizava R\$ 14.712 milhões, 9,8% a mais que em 2005. A repartição da distribuição da riqueza gerada em 2006 foi diferente do ano anterior, devido ao aumento dos pagamentos aos fornecedores de capital, e os salários e benefícios. Os custos operacionais foram menores do que em 2004-2006.

No ano de 2007 o valor econômico gerado foi contabilizado como R\$ 17 bilhões - 16% a mais que em 2006. Os custos operacionais foram de 41% maior, pois 12 meses das despesas operacionais da Light foram incluídos os números relativos a 2007 - mas apenas cinco meses em 2006.

No último ano de análise (2008) o valor econômico gerado totalizou R\$ 17,5 bilhões, 2,7% a mais que em 2007. Embora a receita bruta tenha sido 5% maior, a receita financeira de 15% inferior reduziu o impacto desse crescimento no total do Valor Econômico gerado. Nos últimos três anos, a sua percentagem constituída por pagamentos ao governo manteve-se em torno de 40%, enquanto os custos operacionais aumentaram gradualmente, passando de 25%

para 29%, e o acumulado Valor Econômico passou de 6% a 9%, para o detrimento dos salários dos funcionários, benefícios e pagamentos aos fornecedores de capital.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se uma melhora na performance desse indicador ao longo da análise.

EC3 – Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.

Em 2006, 2007 e 2008, a empresa deu ênfase ao Fundo de Pensões: Forluz (da Seguridade Social - *Security Foundation*), uma organização sem fins lucrativos, entidade jurídica cujo objetivo é melhorar a qualidade de vida dos seus participantes e seus familiares, oferecendo a proteção social por meio de pensões complementares e gestão de planos de saúde. Nos três anos, explanou sobre o histórico e expansão dos planos do Forluz, sem, no entanto, mostrar as evoluções ano a ano.

Foi classificada em 2006 entre os 150 melhores empregadores para se trabalhar, com a publicação Guia Exame - Você SA. O levantamento levou em conta fatores como o grau de felicidade no trabalho, a qualidade do ambiente de trabalho, a opinião dos empregados sobre a empresa, o que é oferecido em termos de remuneração, a carreira profissional, saúde, responsabilidade social, e outros itens.

Em 2007 enfatizou que acordos coletivos de trabalho cobrir 100% dos empregados da Cemig e são assinadas pelo menos uma vez por ano com os sindicatos que representam as categorias profissionais envolvidas. Em 2007 todos os processos de relações sindicais foram certificadas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a norma brasileira NBR ISO 9001:2000 e a empresa assinou dois acordos coletivos com entidades sindicais que tratam exclusivamente de assuntos relacionados à organização sindical - um dos líderes sindicais que permite o acesso às instalações da empresa, e outro que permite reuniões setoriais a realizar-se dentro das instalações. O Acordo Coletivo de Trabalho, para 2007-2008, foi assinado no segundo semestre de 2007, abrangendo os benefícios, direitos e deveres que regulam as relações do empregado na empresa.

Em 2007, a Cemig foi reconhecida como uma das melhores empresas para trabalhar, em dois inquéritos:

- O "150 Melhores Empresas Para Você Trabalhar" pesquisa realizada pela revista Você SA, do grupo Exame, em que a Cemig foi classificada entre as 150 melhores para o segundo

ano consecutivo, e em 2007 foi considerado o melhor nas maiores empresas (categoria empresas com mais de 10.000 empregados).

- O "100 Melhores Empresas para Trabalhar" pesquisa realizada pela revista Época.

Os inquiridos levavam em conta fatores como índice de felicidade de trabalho, qualidade do ambiente de trabalho, qualidade de gestão de pessoas, e também a opinião dos empregados sobre a empresa e que é oferecido em termos de remuneração, a responsabilidade da carreira profissional, saúde, social e outros fatores.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

4.5.2.2 Indicadores de Desempenho Ambiental

EN1 Materiais usados por peso ou volume.

Com relação a este indicador a empresa não prestou qualquer informação no ano de 2006.

Em 2007 informou que a Gestão de materiais e resíduos da empresa tem uma área de gestão de certificados no âmbito do Sistema de Gestão Ambiental responsável pela triagem e separação do material para a reutilização, venda ou disposição final. Em 2007, foram vendidas ou recicladas 4.685 toneladas de equipamentos, 31% a mais que em 2006 - incluindo isoladores de porcelana, sucata metálica de metros e reatores, cabos, fios e baterias. Também neste ano, 320.875 lâmpadas intactas e 8,4 toneladas de lâmpadas quebradas foram descontaminados.

O aumento na quantidade de material reciclado ou reutilizado reflete a substituição das redes de cabos de eletricidade, nos últimos anos, e também o desenvolvimento de habilidades da Cemig na gestão e seleção e separação de materiais. Durante o ano, 4.108 toneladas de um total de 4.685 toneladas de materiais foram vendidos, proporcionando uma receita de R\$ 11,2 milhões.

Mencionou uma campanha contínua, desde 2002, para a coleta seletiva de resíduos no edifício sede da empresa com o nome de "*I Love Reciclagem*". Em 2007, aproximadamente 107 toneladas de material reciclável foram recolhidas - 64 toneladas de papel, 26 toneladas de papelão e 17 toneladas de plástico. Isso foi passado para Associação de Catadores de Papel, Papelão e Materiais reutilizáveis (ASMARE), uma ONG de Belo Horizonte - MG.

Informou que houve aumento do consumo total de água em 2007 devido, principalmente, a uma nova forma de cálculo do consumo a ser adotadas nas áreas operacionais e administrativas ligadas à distribuição. A medição é feita agora mensalmente em cada área, e os dados lançados em planilhas, que prevê um registro mais exato.

Em 2008, assim como em 2007, mencionou que foi certificada no âmbito da Gestão Ambiental e Sistema de Qualidade, responsável pela separação do material para reutilização, venda e distribuição para a disposição final. Em 2008, 6.845 toneladas de materiais e equipamentos foram vendidos ou reciclados, 32% a mais que em 2007. Um total de 754 toneladas de resíduos foram eliminados de forma adequada, mais 100% que em 2007. O aumento reflete principalmente a substituição de cerca de 40% do isolamento térmico da caldeira da Usina Térmica de Igarapé, que gerou um maior volume de resíduos, como lã de vidro, fuligem, plástico e alumínio e sucata de ferro. 57 toneladas de equipamentos de baixa capacidade contendo PCB e óleo isolante foram eliminados.

Análise: No primeiro ano da análise, não foi prestada qualquer informação, o que foi modificado a partir de 2007, quando as informações foram prestadas com clareza e completude, aferindo-se melhoria na performance desse indicador.

EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.

Em 2006 enfatizou o consumo de energia, tido como o consumo total de eletricidade em instalações e serviços com redução de 38,4% no período 2004-06, como resultado de projetos de eficiência energética e campanhas de sensibilização. O consumo de combustíveis foi reduzido em 17,7% em 2004-06, principalmente devido à substituição da frota de veículos, e a implementação da gestão de linha de veículo de reabastecimento. Informou que a Usina Térmica de Igarapé (131 MW de capacidade) é executada em óleo combustível. Em 2006, operou 1.660 horas para atender contingências da rede nacional. Seu consumo de combustível foi 75,2% do total da Cemig.

Em 2007 explanou os mesmos resultados que em 2006, mencionando que, no período 2004-7, o consumo de energia elétrica foi reduzido em 12,5%, principalmente devido aos programas de conscientização para os empregados e os projetos de eficiência energética.

O consumo de combustível foi reduzido constantemente a cada ano: a redução entre 2004 a 2007 foi de 44,8%, com uma redução de 19% somente em 2007.

Em 2008 informou que o consumo de eletricidade em instalações próprias da Cemig foi reduzido em 15,5% de 2004 a 2008, principalmente através da sensibilização dos trabalhadores e projetos de eficiência eletricidade.

O Programa Cemig *Fleet* de controle está em vigor, controlando o processo de abastecimento de combustível para veículos. Foi obtida redução de 23% no consumo de combustível entre 2004 e 2008.

A renovação da frota de veículos e a Política da Qualidade estabelecem um limite de cinco anos para a idade média da frota. Em 2008, um sistema de locação e gestão de cargas e veículos de passageiros foi aprovado, para um total de 1.193 veículos que serão substituídos em 2009.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.

Segundo informações prestadas no ano de 2006, o consumo total de eletricidade em instalações e serviços foi reduzida de 38,4% sobre o período 2004-2006, como resultado de projetos de eficiência energética e campanhas de sensibilização. O “Cemig 100% eficiente” é um projeto que visa otimizar o consumo de eletricidade nas instalações da Cemig. Ele inclui medidas para o uso eficiente de energia e combate ao desperdício, incluindo a criação do Comitê de Conservação de Energia Interna (CICE). Este projeto toma medidas para otimizar a energia em edifícios próprios da empresa.

O consumo de combustíveis foi reduzido de 17,7% em relação a 2004-2006, principalmente devido à substituição da frota de veículos, e a implementação de gestão *on-line* de veículos de reabastecimento.

Os fundos destinados ao programa de eficiência energética em 2006 totalizaram R\$ 46 milhões e foram alocados em programas de eco-eficiência Cemig/Aneel. Um dos exemplos dessa eficiência ocorreu em 58.133 postes de iluminação pública, em 200 municípios do estado de Minas Gerais, resultando em uma redução anual de 4.244 kW na demanda e 18.587 MWh no consumo de energia elétrica - equivalente ao consumo de cerca de 14.000 casas.

Pelo Programa de Melhoramento de Iluminação Pública (Reluz) foram modernizados cerca de 150.000 postes de iluminação pública em 2006, principalmente na cidade de Belo Horizonte, com investimentos de R\$ 35 milhões, levando a uma redução anual de 21.000

MWh no consumo de eletricidade e cerca de R \$ 3 milhões em faturas de consumo anual das prefeituras municipais.

O programa “Cemig/Procel nas Escolas” treinou 1.425 professores de 285 escolas, atingindo 160.000 alunos, em 2006, passando o conhecimento sobre conservação de eletricidade, buscando multiplicar os esforços para combater o desperdício de energia nas comunidades.

O projeto “Conviver”, que serviu as populações mais pobres da Grande Belo Horizonte, foi iniciado em 2006, e aconselhava os clientes de baixa renda em medidas de eficiência energética. Ele trabalhava com agentes relacionamento da comunidade, e tinha como objetivo servir cerca de 300.000 lares nos cinco anos seguintes.

A “Integração Eficiente Sustentável do Agronegócio” é um programa que visa incentivar a utilização racional da energia elétrica no agronegócio. Criou Suporte Corporativo e Centros de Integração, promovendo uma formação técnica para os produtores rurais e incentivar a formação de associações. Até o momento existem três destes centros no Estado: na Grande Belo Horizonte, Campos das Vertentes e no Triângulo Mineiro. Em todos os três, a Cemig criou sistemas de administração da energia elétrica com o objetivo de aumentar a eficiência energética e sustentabilidade dos setores que compõem a cadeia do agro negócio (produção, indústria e comércio).

O Departamento de Planejamento do Estado de Minas Gerais (SEPLAG), em parceria com a Cemig, estruturou o Programa de Gerenciamento de Energia Estadual (PGEE), que operava um sistema inteligente de monitoramento de consumo, e treinava empregados. Dando continuidade deste programa, que foi iniciado em 2004, mudanças foram feitas em 946 edifícios, conseguindo uma redução do consumo de eletricidade de 2005/2006 de 2.436 MWh/ano - uma economia de 15,75%.

Efficientia SA, uma empresa de serviços 100% controlada pela Cemig, fornecia soluções de energia, a partir de consultoria em eficiência energética para empresas industriais e outras, e órgãos públicos. Ele recebeu a certificação NBR ISO 9001:2004 em 2006, e foi a primeira empresa de serviços de energia brasileira a obter esta certificação. Seu trabalho incluía projetos para aumentar a eficiência de iluminação para as empresas, e realização de cursos.

No ano de 2007 a empresa divulgou que o consumo de energia no período entre 2004-2007 foi reduzido em 12,5%, principalmente devido aos programas de conscientização para os empregados e eficiência energética. O consumo de combustível foi reduzido constantemente a cada ano: a redução de 2004-2007 foi de 44,8%, com redução de 19% só em

2007. Isso reflete principalmente consolidação do Programa Controle Total da Frota, o que fez a gestão direta do reabastecimento dos veículos. Deixou de fornecer maiores detalhes dos programas mencionados em 2006, a fim de que pudesse aferir sua continuidade e resultados.

No relato de 2008, a empresa divulgou que os recursos destinados a programas de eficiência energética totalizaram R\$ 23,5 milhões. Nesse ano, além de divulgar a quantidade de energia que poupou-se com a eco-eficiência, pela primeira vez agregou a informação que também fruto indireto dessa economia foi a redução das emissões de gases de efeito estufa, calculada em 2.723 toneladas CO₂.

Com relação aos projetos, no ano de 2008 a companhia voltou a detalhar alguns dos muitos que executa, dando ênfase, por exemplo, no projeto de Aquecimento de Água com Energia Solar, no âmbito de uma parceria iniciada em 2002 entre a Cemig e o Estado de Minas Gerais – Companhia de Habitação (COHAB) e o Departamento de Desenvolvimento de Políticas Públicas (SEDRU).

Em 2008, 1.098 coletores solares foram instalados em sete cidades de Minas Gerais, proporcionando uma redução de consumo de energia elétrica de 812 MWh / ano e redução na demanda de 549 kW, sendo que o investimento realizado foi de R \$ 2,5 milhões.

O projeto Conviver voltou a ser mencionado em 2008. Foram doados 2000 refrigeradores e 2000 kits de recuperação de chuveiros elétricos. Estas ações propiciaram uma economia de 2.156 MWh no consumo e uma redução de 900 kW na demanda, sendo investidos R\$ 6,7 milhões. Também voltar a citar nesse ano o projeto O programa “Cemig/PROCEL nas Escolas”, porém sem atualizar os dados.

Em geral o nível de detalhes do relatório de 2006 foi superior aos demais apresentados, nesse indicador denotando uma queda no detalhe e qualidade da informação apresentada.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

EN8 Total de retirada de água por fonte.

Com relação a este indicador, a empresa não prestou qualquer informação na série analisada.

EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

Com relação a este indicador a empresa não prestou qualquer informação no ano de 2006.

Em 2007 mencionou programas de estudo de peixes, O Programa Peixe Vivo (*Living*), lançado em Belo Horizonte, em Três Marias e Volta Grande e no Rio Grande e das bacias do Rio São Francisco, que planejou diversas ações para a preservação das populações de peixes nas bacias hidrográficas onde a Cemig gera energia. Neste ano, oito oficinas foram realizadas como parte do programa, que reunia investigadores, representantes de ONGs, organizações ambientalistas, representantes do sector das pescas e as comunidades que vivem nas margens do rio.

No ano de 2008, foram rerepresentadas as informações de 2007, com atualização e menção a novos programas instituídos.

Análise: No primeiro ano da análise, não foi prestada qualquer informação, o que foi mudado a partir de 2007, quando as informações foram prestadas com clareza e completude, aferindo-se melhoria na performance desse indicador.

EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.

No ano de 2006, a companhia divulgou que o enchimento do reservatório na usina hidrelétrica Irapé continuou durante o ano 2006, e enquanto isso uma série de programas ambientais foram realizados, incluindo: manutenção do apoio e assistência técnica para as pessoas que já tinham sido reassentados; recuperação de fauna; elaboração do programa de educação ambiental; programa de comunicação; construção de esgotos e estações de tratamento de água; criação de dois centros de referência do patrimônio e da memória.

As ações ambientais continuaram na construção da usina hidrelétrica de Aimorés. Dentre as ações, estas incluíam a construção de escadas para peixes, o reassentamento da população, as redes de coleta de esgoto, estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários e sistemas de drenagem pluvial, nas cidades afetadas pelo projeto.

Para a construção do Capim Branco I e II usinas hidrelétricas, a Cemig acompanhou a implementação das ações ambientais, em que a preparação do Plano Estratégico para os reservatórios era um componente importante. O Consórcio Capim Branco Energia assinou um acordo com a autoridade ambiental do Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para a revitalização da Base avançada do IBAMA em Uberlândia, para o estudo e à proteção da fauna. Programas executados em 2006 incluem a comunicação social, educação ambiental, resgate de fauna, a proteção arqueológica, os registros como patrimônio cultural e natural, e de reorganização econômica da agricultura, atividades de lazer e turismo.

A empresa possui SGA, em conformidade com a ISO 14001, e também adota um Sistema de Gestão Interno, denominado SGA Nível 1, que foi desenvolvido nos princípios da NBR ISO 14001.

A Cemig tem dedicado grande atenção ao conhecimento e à proteção da biodiversidade. Suas plantações ambientais têm mais de 4.000 hectares de áreas protegidas, utilizado para a realização de estudos sobre a fauna e a flora, atividades de educação ambiental e visitas programadas, incluindo nas Estações Ambientais de Galheiro e Jacob, Volta Grande, Peti, Itutinga e Machado Mineiro, e da Área Protegida Taquaril.

A Cemig, em conjunto com a ANEEL, desenvolveu uma série de projetos e pesquisas, sendo que, em 2006, foram concluídas as seguintes: "Estudo integrado da vegetação ribeirinha, em vários ecossistemas"; "Investigação e desenvolvimento em tecnologias de manipulação de fogo"; "Estudos de técnicas de bioengenharia de solos para o controle de erosão nas margens do reservatório" e "Estudos Hidrológicos na produção de água em bacias de drenagem de água da cabeça". Os seguintes projetos estavam em andamento: "Desenvolvimento de técnicas e métodos para identificar cianotoxinas em cianobactérias encontradas em reservatórios tropicais"; "Desenvolvimento de um sistema especial para avaliação de impactos ambientais"; "Inventário da fauna e da flora do Meio Ambiente da Cemig" e "Pesquisa sobre as interações entre chuvas e fluxo de água nas sub-bacias de drenagem para a usina hidrelétrica de Camargos".

No relatório de 2007 a ênfase se deu com relação às ações ambientais necessárias para a construção da usina hidrelétrica Baguari, a companhia informou que elas continuavam, em conformidade com as exigências do plano de controle ambiental e meio ambiente. Essas ações incluíam o monitoramento da fauna, a população de peixes, água e fatores sócio-econômicos, programas de comunicação social, educação ambiental, a negociação social de assistência, de material genético de plantas nativas, produção de mudas de espécies nativas de árvores, o

registro do patrimônio natural, arqueológico e conservação, a preservação da fauna, e outras atividades.

Também continuaram as ações ambientais na construção da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, em municípios de Pocrane e Alvarenga na Região da Zona da Mata de Minas Gerais. Vários programas ambientais eram necessários para a conclusão dos trabalhos e o pedido de Licença de Operação ao IBAMA.

Continuou o relatório descrevendo os projetos já informados em 2006, atualizando as informações.

No ano de 2008 a empresa continuou detalhadamente informando sobre seus projetos ambientais e andamento de ações a fim de mitigar os impactos de seus empreendimentos na biodiversidade.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.

A informação de emissões consta em todos os relatórios analisados, sendo que os dados consolidados apresentam-se na tabela 07.

Tabela 07: Emissões de CO₂, SO₂ e NO_x

Ano	2004	2005	2006	2007	2008
Emissão direta de gases de efeito estufa - GHG 1 (de tons por equivalência de CO ₂)	40676	35145	119846	203236	207657
Emissão indireta de gases de efeito estufa - GHG 2 (de tons por equivalência de CO ₂)	1766	1034	1088	1402	2235
Emissões de SO ₂ (ton)	48,5	32,3	241,1	1431,2	1382,4
Emissões de NO _x (ton)	34,8	30,1	81,1	607,4	422,4

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, porem, analisando os dados apresentados, vê-se claramente um aumento na emissão de gases GEEs, desde 2004 até 2008.

A companhia se defendeu declarando que as emissões subiram, pois, foram usadas usinas termoeletricas a fim de suprir a demanda por energia. Também informou que, com o

funcionamento dos novos empreendimentos hidroelétricos o uso das termoelétricas diminuiu, conseqüentemente, a emissão de GEEs.

Ainda sim, verifica-se um retrocesso no desempenho desse importante indicador.

EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.

No ano de 2006 a empresa declarou em seu relatório que, em consonância com os esforços mundiais para reduzir as emissões de gases causadores do efeito de estufa, e a reutilização de energia contida nos gases processados, a usina térmica Barreiro desenvolveu um projeto de qualificação no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto, já registrado no Comitê Executivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Caso seja aprovado, esse projeto poderia resultar em obtenção de Certificados de Redução das Emissões (CERs).

Além dessa iniciativa, as medidas adotadas pela Cemig para contribuir para a redução das emissões de gases causadores do efeito estufa incluíram programas de eficiência e conservação energética, participação em projetos para o uso de gás, energia solar e pequenas centrais hidrelétricas e a pesquisa em fontes alternativas de energia. A Cemig designou um grupo de trabalho com a tarefa de identificar oportunidades para desenvolver projetos de MDL no mercado de carbono, e também a introdução de uma ferramenta de análise para o seu sistema de gestão de projetos de avaliação de carbono, para cada construção e nova proposta.

A empresa participou de fóruns e grupos de trabalho, que tem como tema central o aquecimento global e créditos de carbono.

Nos anos de 2007 e 2008, a empresa não prestou informações com relação a este indicador.

Análise: Com relação a este indicador, as informações prestadas em 2006 são um pouco desencontradas e nos anos de 2007 e 2008 a companhia não prestou mais qualquer tipo de esclarecimento, dessa forma, não há como aferir uma melhoria no desempenho da empresa.

EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

Em 2006 informou, como um indicativo de comparação, se a geração de energia elétrica Cemig ocorreu toda a partir de usinas térmicas, as emissões que totalizam cerca de 25.659.510

de toneladas de CO₂ equivalente - ou 214 vezes o que ele realmente foi em 2006. A Usina Térmica de Igarapé (131 MW), que opera em óleo combustível, contribuiu com 81,7% das emissões de NO_x quantificada. Em 2006, operado para 1660 horas no ano, atendendo a situações de contingência no sistema elétrico brasileiro.

A usina térmica Ipatinga (40 MW) e a usina térmica Barreiro (12,9 MW) gerados 350.228 MWh em 2006. Ambos são projetos de cogeração utilizando gás de alto forno, alcatrão e outros gases residuais gerados nos processos industriais de parceiros do consórcio a Cemig, as duas empresas siderúrgicas integradas: Usiminas e Vallourec & Mannesman.

Em 2007 informou que a Usina Térmica de Igarapé, com capacidade instalada de 131MW, atua para satisfazer as necessidades de emergência, em rede nacional, e em 2007, operados por 3.481 horas, contra 1.660 em 2006. Parte desta operação foi atribuída à venda de energia a outros países, Argentina e Uruguai. Quanto maior a produção aumentou as emissões de CO₂ da Usina Térmica de Igarapé em 97.671 toneladas em 2006 para 180.848 toneladas em 2007. Em contrapartida a isso, as emissões provenientes da frota de veículos e aeronaves foram reduzidas a cada ano, por um total de 16,8% no período 2004-2007. As emissões totais de CO₂ da Cemig foram 203.236 toneladas, e sua intensidade, 5,74 kg CO₂eq/MWh, bem abaixo da média para as empresas com geração térmica. As emissões de SO₂ e NO_x provenientes de queima de combustíveis por usinas térmicas. Essas emissões eram consideravelmente mais elevadas do que em 2006, mas mais uma vez devido à operação de aumento da Usina Térmica de Igarapé.

Em 2007, a Cemig também respondeu ao questionário do CDP5, um relatório global formulado, a nível mundial, pelos investidores institucionais para apurar e divulgar informações sobre as políticas de empresas, alterações climáticas e estratégias para reduzir os riscos ambientais em seus processos.

Em 2008 publicou sobre as emissões de SO₂ e NO_x vêm da queima de combustíveis por usinas térmicas. Em 2008, essas emissões foram menores do que em 2007, devido principalmente a um aumento na eficiência energética da Usina Térmica de Igarapé, que reduziu o consumo de óleo combustível (toneladas de óleo/ MWh gerado) e, conseqüentemente, as emissões de CO₂, SO₂ e NO_x. Igarapé foi responsável por 65% das emissões de SO₂ da Cemig e 71% de suas emissões de NO_x.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.

Nos anos de 2006 e 2007 a companhia não informou nada com relação a este indicador.

Em 2008, declarou que há esforços para reduzir o consumo de água na Empresa. Campanhas de sensibilização e acompanhamento do consumo foram algumas ações tomadas no campo da educação. Na prática para melhorar a eficiência e reduzir o consumo de água, 70 banheiros no escritório sede da Cemig foram remodelados, com a instalação de 536 equipamentos (Incluindo sensores automáticos e sensores de movimento), economizando aproximadamente 2.000 m³ de água em três meses (setembro-dezembro 2008).

A Tabela 08 mostra o consumo total de água das áreas operacionais e administrativas ligadas à geração de transmissão da Cemig, hidroelétrica e meios de distribuição.

Tabela 08: Consumo total de água (M³)

	2004	2005	2006	2007	2008
Consumo de água	335,921	274,064	292,06	350,913	423,59

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise: Nos anos de 2006 e 2007 não foi prestada qualquer informação, sendo que, no último ano, a informação foi bem completa. No entanto, com dados apenas de 1 (um) ano não pode-se aferir uma evolução, ou não, do indicador, por falta de regularidade na resposta.

EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.

Em 2006 publicou os mesmos dados que no indicador EN2.

Em 2007 publicou os mesmos dados que nos indicadores EN1 e EN2.

Em 2008 informou que houve aumento na quantidade de material reciclado ou reutilizado e que isso reflete a evolução na gestão e tratamento de separação de materiais nos últimos anos. A venda foi considerada como parte do processo de disposição final de resíduos e / ou materiais e gerou receitas: do total de 6.845 toneladas de materiais, 6.571 toneladas foram vendidas, proporcionando a Cemig, com faturamento de R \$ 10,1 milhões.

Também informou que a campanha de coleta seletiva de materiais nas maiores instalações da Cemig, na Grande Belo Horizonte, resultou na recolha de 109 toneladas de material reciclável em 2008 - 63 toneladas de papel, 31 toneladas de papelão e 15 toneladas de plástico.

Análise: Nos anos de 2006 e 2007 a informação constante do relatório padece de falta de completude, precisão, clareza e verificabilidade, sendo que, no último ano, a informação foi bem completa. No entanto, com dados apenas de 1 (um) ano não pode-se aferir uma evolução, ou não, do indicador, por falta de regularidade na resposta.

EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

Em 2006 a companhia não prestou informações com relação a este indicador.

No ano de 2007 informou sobre o compromisso com o meio ambiente pela Política Ambiental, contendo sete princípios que orientam as atividades e os esforços relacionados com a proteção do ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Em 2008 informou que investiu R\$ 70,5 milhões no ambiente em 2008, dos quais R\$ 28,3 milhões foram para tratamento ambiental relacionadas com a implementação de novas empresas, e R\$ 42,2 milhões na operação e manutenção de instalações, estudos e monitoramento. Desse total, R\$ 476.000 foram investidos em projetos de pesquisa relacionados ao meio ambiente.

Análise: No ano de 2006 a empresa não prestou qualquer informação sobre o indicador. No ano de 2007, a informação constante do relatório padece de falta de completude, precisão, clareza e verificabilidade, sendo que, no último ano, a informação foi completa. No entanto, com dados apenas de 1 (um) ano não pode-se aferir uma evolução, ou não, do indicador, por falta de regularidade na resposta.

EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

No ano de 2006 foram investidos R\$ 38,1 milhões em cuidados especiais e ações complementares em grandes projetos, e R\$ 20 milhões foram gastos na operação e manutenção de instalações, estudos e monitoramento. O montante total investido em 2006 foi de R\$ 58,1 milhões. O volume de recursos gastos com operação e manutenção das instalações manteve-se relativamente constante ao longo do período 2004-2006.

Entre as atividades ambientais de 2006, destacou a adaptação das máquinas geradoras em Itutinga, São Simão e Nova Ponte usinas hidrelétricas para reduzir os riscos para os peixes, e as atividades de monitoramento em pequenas centrais hidrelétricas durante a

dragagem. Também acompanhou a ocorrência do mexilhão dourado, uma espécie exótica de molusco que tem criado problemas em outras regiões do país, principalmente em plantas industriais, devido à sua forte concentração em tubos e superfícies em contacto com a água.

Em 2006, a empresa tomou medidas preventivas e corretivas na operação e manutenção de mais de 40 linhas de transmissão, onde houve erosão. Também lançou uma campanha de rádio para combater a queima de culturas - a Campanha de Queimadas - aconselha a população sobre as ações para evitar incêndios que causam danos à vegetação, e também pode interromper o fornecimento de eletricidade.

Na distribuição, destacou a continuação do projeto "Verde Minas" iniciado em 2004, para identificar e incluir em um banco de dados geo-referenciado, todas as informações disponíveis sobre a localização e os limites das áreas protegidas (parques, florestas, estações ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), dentre outros). No final de 2006, cerca de 280 de um total de 450 áreas identificadas no Estado de Minas Gerais estavam disponíveis no banco de dados da Cemig. Esta informação é usada para orientar o planejamento e tomada de decisão na construção de novas linhas de transmissão e distribuição, tornando-se possível tomar as medidas para proteger o ambiente de antecedência.

Em 2006, instalou o primeiro transformador no Brasil totalmente alimentado por óleo vegetal - no município de Contagem, Minas Gerais.

No relatório de 2007 a empresa divulgou que investiu um total de R \$ 44,1 milhões no meio ambiente. Deu-se ênfase à exposição sobre a Política de Segurança de Barragens, que trouxe diretrizes para a preparação de um Plano de Ação de Emergência em caso de ruptura de barragem, e atualização do sistema de Inspetor de controle inteligente e segurança de barragens.

Não foram prestadas maiores informações sobre o andamento de outros programas ambientais.

Em 2008, a Cemig investiu R\$ 70,5 milhões no meio ambiente. O aumento do orçamento para a operação e manutenção das instalações da Cemig refletiu a melhoria nos processos de adaptação ambiental das instalações e acompanhamento dos programas ambientais postos em prática. A construção de novas usinas resultou em um aumento significativo do investimento, em comparação com 2007, principalmente em obras sobre a Baguari e Santo Antônio usinas hidrelétricas, e o Cachoeirão.

As Tabelas 09 e 10 foram veiculadas no relatório de 2008 e demonstram queda nos investimentos ambientais ligados a implementação de novos projetos e um aumento nos

dispêndios com manutenção e operação. A explicação para essa alteração é que as usinas ainda não estavam prontas e a partir daí os projetos implementados para a mitigação de impactos foram mantidos e, em contrapartida, novos projetos de hidroelétricas não ocorreram.

Tabela 09: Gasto Ambiental com implementação de novos projetos (Mil U\$)

	2004	2005	2006	2007	2008
Gasto Ambiental com implementação de novos projetos	121,8	61,3	38,1	7,3	28,3

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 10: Gasto Ambiental com operação e manutenção (mil U\$)

	2004	2005	2006	2007	2008
Gasto Ambiental com operação e manutenção	19,9	24,1	20	36,8	42,2

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise. Sendo que no ano de 2007 poderiam ser, estas, mais completas.

4.5.2.3 Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.

Com relação a este indicador a empresa não prestou qualquer informação no ano de 2006.

Em 2007 informou que tem um Plano de Emprego e Remuneração (PCR), que media a importância e complexidade esperada de cada trabalho em relação aos resultados esperados, avaliando o conhecimento técnico, habilidades, a intensidade e a complexidade do processo analítico exigido pela posição, e da responsabilidade para resultados. Em 2007, todos os processos de relações sindicais foram certificados no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, de acordo com a NBR ISO 9001:2000.

No primeiro semestre de 2007, a Cemig assinou dois acordos coletivos com entidades sindicais que tratam exclusivamente de assuntos relacionados à organização sindical - um dos líderes sindicais que permite o acesso às instalações da empresa, e outro que permite reuniões setoriais a realizar-se dentro das instalações. O Acordo Coletivo de Trabalho para 2007-2008

foi assinado no segundo semestre de 2007, abrangendo os benefícios, direitos e deveres que regulam as relações do empregado na empresa.

Em 2008 a empresa mencionou que procurava atrair e reter os seus talentos por meio de uma Política de Recursos Humanos que utilizava uma série de ações, incluindo um programa de treinamento para todos os funcionários, um programa de progresso profissional, um plano de saúde e seguros, um programa de remuneração baseado em competências e resultados de desempenho, e plano de aposentadoria, administrado pela Forluz (Fundação de Seguridade Social). Contudo não divulgou dados quantitativos a respeito dos resultados neste indicador

Análise: No primeiro ano da análise, não foi prestada qualquer informação, o que foi modificado a partir de 2007, quando as informações foram prestadas com clareza e completude, aferindo-se melhoria na performance desse indicador.

LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.

Em 2006 somente mencionou que acordos coletivos de trabalho cobriam 100% dos empregados da Cemig. Eles eram assinados uma vez por ano e o processo de negociação com os sindicatos que representam os grupos de trabalhadores envolvidos incluía reuniões e aprovação do acordo em assembléias dos trabalhadores. Os contratos resultantes permaneceram em vigor por 12 meses. As convenções coletivas incluíam cláusulas sobre aumentos de salários, participação nos lucros, produtividade, trabalho e saúde e condições de segurança, relações trabalhistas, e empregados com deficiência, entre outros assuntos.

Em 2007 mencionou novamente o Forluz, programa citado em outros indicadores neste relatório, sempre com os mesmos dizeres do que nos anos de 2006 e 2007.

Em 2008 foram divulgados os mesmos dados que em 2006 e 2007.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se uma melhora na performance desse indicador ao longo da análise.

LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.

Em 2006 divulgou a campanha para prevenir acidentes ao público, que tinha como objetivo orientar o público sobre os riscos associados com cerca de eletricidade às instalações

elétricas da Cemig. Ela incluía apresentações em escolas, relâmpago "palestras" em ônibus urbanos, discursos e colocação de cartazes em locais de construção, distribuição de panfletos de instrução e de publicidade de mídia. A campanha era apoiada pelo Estado de Minas Gerais Departamento de Educação, a Polícia Militar, a Federação da Indústria da Construção (SINDUSCON), Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o Serviço Social da Indústria da Construção (SECONCI). Foram proferidas palestras em 592 escolas, num total de 92.000 estudantes, e um total de 10.019 trabalhadores em 1.284 locais de construção em todo o Estado de Minas Gerais.

Em 2007 informou sobre a Campanha Externa de Prevenção de Acidentes à População. A campanha atingiu um público de 160.958 pessoas em escolas e 12.657 na construção de obras de construção. A Semana Nacional de População de Segurança não alcançou um público de 38.144 escolas, 2.847 e em canteiros de obras.

Em 2008 publicou uma tabela com dados de acidentes na empresa.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.

Em 2006, a empresa divulgou tabelas com quantidade de treinamentos realizados por empregado, totalizando uma média de 59,34 horas de treinamento por empregado.

Os programas de treinamento e desenvolvimento incluíam:

- Treinamento e desenvolvimento: incluindo o ensino técnico, houve 19.312 atendimentos aos trabalhadores em 2006, totalizando 632.451 trabalhadores/hora.

- A segurança da informação: até Dezembro de 2006, 8.338 empregados tinham concluído o Curso Básico de Segurança da Informação (CBSI), disponibilizado na Internet, por meio do *e-learning* ou 77% do total de empregados. Esta formação foi uma ferramenta importante para divulgar e pôr em prática a Política de Segurança da Cemig.

- Escolaridade do empregado: Este programa, em parceria com o FIEMG e a Fundação Brasileira de Educação (FUBRAE), visava oferecer aos participantes a possibilidade de completar os seus estudos de nível básico e médio. 150 pessoas concluíram o ensino básico ou de nível médio em 2006.

- Apoio a Educação: Este reembolsava os custos da graduação ou cursos técnicos, desde que estivessem conformes com as regras, a presença era comprovada, e que se demonstrasse que o aluno estava recebendo o valor do curso. Em dezembro de 2006, 331 pedidos foram concedidos.

Em 2007 informou sobre Plano de Formação relacionado com as carreiras, e as orientações estratégicas do Plano de Negócios, direcionados aos funcionários. Foram 17.748 participações nestes programas, incluindo treinamento técnico, 12.020 deles por funcionários da Cemig Distribuição SA, por 5.302 empregados da Cemig Geração e Transmissão SA, e 426 por funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais, constituindo 548.744 horas de treinamento (408.527 para a Cemig Distribuição SA, 130.094 para a Cemig Geração e Transmissão SA, e 10.123 para a Companhia Energética de Minas Gerais), uma média de 50,73 horas de treinamento por empregado.

No ano de 2008 mencionou que, assim como o processo da Cemig formação interna, desde 2006, a empresa teve educação e formação programa de assistência financeira, que reembolsava as despesas com mensalidades para a graduação ou cursos técnicos relacionados aos negócios da Companhia. 382 reembolsos foram feitos em 2008, incluindo cursos técnicos e cursos de graduação, para um investimento total de R\$ 241.000.

Havia também o Programa de Pós-Graduação, de maior qualificação profissional e tecnológica dos trabalhadores incluídos na Universidade da Cemig, para permitir que os funcionários façam uma contribuição ainda maior para os objetivos da empresa. Em 2008, 82 pessoas participaram do programa, para um total de R\$ 499.000 reembolsadas pela Cemig.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.

Em 2006 a companhia divulgou que, com relação a treinamento e desenvolvimento, incluindo o ensino técnico, ocorreram 19.312 atendimentos a trabalhadores, totalizando 632.451 trabalhadores/hora de treinamentos.

Dentre os detalhes divulgados, destacou:

- A Escola da Cemig Formação Profissional (EFAP), que segundo a empresa, pela sua dimensão e corpo docente, tornou-se o maior centro de treinamento técnico da América Latina. Tal centro prestava qualificação técnica para o empregados da Cemig e outras empresas no Brasil e fora do Brasil, através da formação e programas de reciclagem. Atuou também em projetos específicos, treinamento das equipes de prestadores de serviços e empresas contratadas pela Cemig.

No ano de 2006, houve 10.335 atendimentos para a formação técnica dos empregados de Grupo Cemig, e 1.028 atendimentos por funcionários de outras empresas - um total de 486.559 horas-homem de treinamento. Os destaques eram a formação de 6.390 funcionários em a nova NR-10 - Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade, bem como a formação de 497 profissionais de empresas que trabalham no Programa Luz para Todos, incluindo eletricitas, montadores, projetistas e topógrafos.

A reciclagem de eletricitas, Programa desenvolvido pela EFAP reciclou mais de 4.000 eletricitas da Cemig e empresas contratadas, desde a sua criação, em 2003, com uma média anual de 95.000 horas-homem de formação, e um total de mais de 200.000 horas de formação geral.

Nos relatórios de 2007 e 2008, limitou-se a repetir as informações de 2006 e atualizar os dados.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

4.5.2.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos

HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.

Com relação a este indicador a empresa não prestou qualquer informação na série analisada.

Análise: Pela falta de informação, não há como aferir melhoria no desempenho do indicador.

4.5.2.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade

SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.

No ano de 2006 não prestou qualquer informação acerca deste indicador.

Em 2007 informou que adota posturas que garantem os cuidados necessários são tomados em relação aos impactos resultantes desses projetos. Informou que gastou em ações sociais um total de R\$ 15,295 milhões dólares em ações sociais, doações e subvenções em 2007. Os projetos apoiados são: o "Solidariedade Centros de Educação", Serviço Voluntário de Ação Social (SERVAS); a Aura fundo para a construção da Fundação do Câncer do Hospital Infantil e Sala de Reunião e de Educação Profissional Escola da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais (APAE) de Belo Horizonte. Estes projetos foram apoiados pela Cemig durante vários anos, fazendo o possível para conseguir uma avaliação contínua dos benefícios gerados.

Em 2008 mencionou que a entidade reguladora da eletricidade, a ANEEL, também fazia uma Pesquisa de Satisfação do Consumidor, avaliação do grau de usuários de satisfação com distribuidoras de energia elétrica. Em 2008, o levantamento foi realizado em agosto a outubro. O tamanho da amostra era baseado no tamanho de cada concessionário: 450 entrevistas foram realizadas na área de concessão da Cemig. O Levantamento da ANEEL gerou indicadores comparáveis por região e por tamanho da empresa, e um único índice de satisfação do consumidor, expressando a percepção global no setor. O principal indicador produzido pelo exame é o IASC. Em 2008 o Levantamento da ANEEL, a Cemig obteve um IASC de 69,68, posicionando-o entre os três principais concessionárias da Região Sudeste na categoria de empresas com mais de 400.000 consumidores.

Também divulgou que gastou um total de R\$ 45,5 milhões em educação, cultura e ações sociais em 2008. Cemig gastou um total de R\$ 12,1 milhões em ações sociais, doações e subvenções em 2008. Projetos apoiados incluem o "Solidariedade Centros de Educação" do SERVAS, Câncer do Hospital Infantil de Projeto de Construção, da Fundação Aura, o "Encontro Municipal" e da Escola de Formação Profissional da APAE de Belo Horizonte (Cemig, que tem apoiado por vários anos, tornando possível avaliar os benefícios gerados em uma base contínua).

O montante atribuído ao Grupo Cemig em 2008 foi de R\$ 2,9 milhões, incluindo a atribuição de 1% do imposto de renda da Cemig, e Infovias. Patrocínios da Cemig D, Cemig GT, Carvalho Sá e Capim Branco, em 2008, totalizaram aproximadamente R\$ 31 milhões.

Análise: No primeiro ano da análise, não foi prestada qualquer informação, o que foi modificado a partir de 2007, quando as informações foram prestadas com clareza e completude, aferindo-se melhoria na performance desse indicador.

4.5.2.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.

Com relação a este indicador a empresa não prestou qualquer informação no ano de 2006.

Em 2007 mencionou a Campanha Externa de Prevenção de Acidentes à População, a campanha atingiu um público de 160.958 pessoas em escolas e 12.657 na construção de obras de construção. A Semana Nacional de População de Segurança não alcançou um público de 38.144 escolas, 2.847 e em canteiros de obras. Também divulgou os mesmos dados que no indicador HR2.

Em 2008 informou os mesmos dados que em 2007.

Análise: No primeiro ano da análise, não foi prestada qualquer informação, o que foi modificado a partir de 2007, quando as informações foram prestadas com clareza e completude, aferindo-se melhoria na performance desse indicador.

PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.

No relatório de 2006, a empresa declarou que investiu em melhorias contínuas para garantir que seus clientes recebam um serviço rápido e eficiente. Nos canais de relacionamento eram desenvolvidos diversos trabalhos voltados para este fim, facilitando a vida dos clientes.

Dentre as iniciativas, destacou:

O programa “Fale com a Cemig”, trata-se de um *call center* com 357 estações de trabalho, onde trabalham 1.100 pessoas, em turnos de 24 horas por dia. Isso proporciona comodidade e conforto para clientes, que podem solicitar serviços sem sair de casa. A capacidade de atendimento era de mais 60.000 chamadas / dia, e em dia atípico o volume atingia 82.000 chamadas / dia, sem qualquer redução na qualidade do serviço.

O programa “Provedor de Justiça”, lançado em 2003, tratava-se de uma ouvidoria que recebia reclamações, críticas, sugestões e agradecimentos. Seu papel institucional era trabalhar em favor do direito do cidadão de se expressar e agir como a voz do cidadão dentro da empresa. Como melhorias alcançadas, podemos listar: melhora da gestão do tempo de resposta às solicitações do cliente e cuidado na aplicação correta das resoluções da ANEEL.

O programa “Canal Direto Procon” foi criado em parceria com o Movimento das Donas de Casa de Minas Gerais (MDC), e satisfazia um pedido feito por esse grupo e dos consumidores da Cemig.

O programa “Cemig Fácil” qualificava os estabelecimentos comerciais (farmácias, locatários de vídeo, padarias), para expandir a rede de pontos a fim de receber o pagamento das faturas de energia e disposição de outros serviços comerciais em áreas que não têm representação Cemig.

A conta de eletricidade em Braille, foi lançada em setembro de 2005, para permitir aos deficientes visuais a ter mais controle sobre o acompanhamento dos seus consumos de eletricidade.

O “Conselho de Consumidores da Cemig”, era uma entidade consultiva, sem existência legal, cujos membros não são remunerados. Ela representava os interesses dos consumidores para a empresa. Sua relação com a Cemig era extremamente importante na melhoria do serviço aos consumidores, permitindo que o ponto de vista de vários grupos interessados pudessem ser levados em consideração. Seis sessões ordinárias foram realizadas em 2006, no qual temas como o aumento das tarifas e qualidade de atendimento ao consumidor foram discutidos.

Com relação à satisfação dos consumidores a Cemig participava de uma pesquisa anual de consumidores residenciais, a nível nacional, realizada pela ABRADDEE. 2006 foi o oitavo ano deste estudo. Com base nos resultados da pesquisa, o Índice de Qualidade Percebida Satisfação (ISQP) era calculado, e visava representar o nível da satisfação dos consumidores com a qualidade dos serviços de eletricidade fornecida.

Para o levantamento de 2006, realizado em área de concessão da Cemig, foram realizadas 625 entrevistas, entre março e abril. O índice ISQP, está em uma escala de zero a 100 - 100 sendo a melhor marca possível.

Em 2006, a Cemig alcançou 80,6 pontos, ficando acima da média para as empresas concessionárias em outras regiões que foi 76,8 pontos.

Nos relatórios de 2007 e 2008 a empresa novamente listou as iniciativas para facilitar a vida do consumidor e citou dados da pesquisa de satisfação percebida promovida pela ABRADEE.

Em 2007, a Cemig alcançou 85,7 pontos, contra uma média nacional de 76,8 pontos.

Em 2008, a Cemig atingiu 83,3 pontos, ficando mais uma vez acima da média nacional que foi de 77,4 pontos.

Dessa forma demonstrou que o compromisso com o bom atendimento ao consumidor é real e que se perpetua ao longo dos anos.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

4.5.3 CPFL

Antes de entrar na análise propriamente dita dos indicadores, cabe um esclarecimento de ordem técnica, quanto à informação contida nos relatórios de sustentabilidade emitidos pela CPFL. A partir do ano de 2007, a técnica de redação dos relatórios foi alterada e passou-se a utilizar o princípio de que um parágrafo, ou um capítulo inteiro correspondiam à resposta para alguns indicadores do GRI. Dessa forma, o trabalho de pesquisa passou a ser de “mineração” das respostas aos indicadores, ficando muitas vezes inviável encontrar a resposta ao indicador, muito embora consta no sumário da empresa como se este tenha sido respondido.

Tal alteração, possivelmente facilita a leitura do relatório para uma parte dos *stakeholders*, porém dificulta a tarefa do pesquisador em avaliar, aferir e comparar as informações.

Portanto, diante desse esclarecimento, alguns indicadores podem apresentar informações desencontradas.

Com relação ao nível de aplicação do questionário, a CPFL, aplicou os protocolos do GRI G3, em nível “A”, em todos os anos analisados.

4.5.3.1 Indicadores de Desempenho Econômico

EC1 – Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.

No ano de 2006, embora conste como item respondido no sumário do GRI em seu relatório de sustentabilidade, não abordou diretamente este tópico, limitando-se a indicar a página onde consta o seu DVA consolidado. No ano de 2007, mais uma vez apontou em seu sumário para uma página em seu relatório, onde não foi fornecida qualquer informação consistente acerca do indicador analisado.

Em 2008 repetiu o ocorrido em 2006, apenas apontando o DVA e não dando maiores explicações.

Análise: A informação constante dos relatórios demonstra-se incompleta, dessa forma inviabilizando a análise.

EC3 – Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.

Nos relatórios de 2006 e 2008 a Companhia limitou-se a prestar informações contábeis com relação ao Fundo de Pensão e suas implicações econômicas e na qualidade de vida dos funcionários. Explanou sobre os benefícios do fundo de pensão e das novas modalidades de planos. Em 2007 não abordou este aspecto no relatório.

Análise: A informação constante dos relatórios demonstrou-se incompleta, sendo que em 2007 nem mesmo de forma parcial abordou tal aspecto, dessa forma inviabilizando a análise.

4.5.3.2 Indicadores de Desempenho Ambiental

EN1 Materiais usados por peso ou volume.

No primeiro ano foi apresentada uma tabela com os materiais usados por peso ou volume em cada uma das empresas do grupo. Em 2007, não foi abordado este indicador e em 2008 foi apresentada tabela com resultados por empresa e por conter PCBs.

Análise: A informação constante dos relatórios demonstra-se incompleta e com falta de regularidade na forma de apresentação dos dados, dessa forma inviabilizando a análise.

EN3 Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária.

Em 2006, ressaltou o poder de distribuição da rede de abastecimento de eletricidade para as empresas do Grupo CPFL existe para satisfazer as suas necessidades diárias. Em 2007 e 2008, embora conste de seu sumário, não apresentou conteúdo condizente com o indicador.

Análise: A informação constante dos relatórios demonstra-se incompleta e com falta de regularidade na forma de apresentação dos dados, dessa forma inviabilizando a análise.

EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.

No ano de 2006, declarou a companhia que o seu programa de Eficiência Energética promoveu atividades para incentivar a utilização racional de energia elétrica em iluminação pública, escolas, hospitais, delegacias de polícia, tribunais, serviços de saneamento, escritórios do governo local, estádios e praças públicas.

Citou a participação no Programa de Eficiência Energética (PROCEL) que está em vigor desde 1998, visando garantir a produtividade, gerar economia de energia e aumentar a segurança pública, tem como orçamento 0,25% da receita operacional líquida.

Com relação à informação prestada em 2007, embora conste como item respondido no sumário do GRI, não foi encontrada qualquer referência ao indicador na página e/ou capítulo indicado.

No relatório de 2008, além de se referir ao PROCEL, a companhia indicou suas ações para conservação de energia, quais sejam: Regularização de ligações; Substituição de

lâmpadas fluorescentes compactas; Substituição de trocadores de calor; substituição de geladeiras; Atividades nas escolas; Remodelação das instalações elétricas internas e Cursos sobre o uso racional de energia elétrica.

Análise: Embora o indicador não tenha sido respondido em 2007, comparando o último ano da análise com o primeiro, aferiu-se que as práticas de economia e eco-eficiência limitam-se aos investimentos obrigatórios por lei e contratos (PROCEL), dessa forma permanecendo sem alteração esse indicador nos anos avaliados.

EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.

No anos de 2006, 2007 e 2008, limitou-se mais uma vez a citar o PROCEL como iniciativa para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, repetindo os programas e ações elencados no indicador EN5.

Ainda em 2008, elencou alguns programas, porém sem detalhar de forma efetiva os mesmos.

Análise: Os relatórios limitaram-se aos investimentos obrigatórios por lei e contratos (PROCEL), dessa forma permanecendo sem alteração esse indicador nos anos avaliados.

EN8 Total de retirada de água por fonte.

Com relação a este indicador a empresa não prestou qualquer informação consistente na série analisada nos anos de 2006 e 2007. Em 2008, mencionou que o consumo de água refletia as exigências do dia-a-dia do grupo administrativo sendo exclusivamente para suprir as necessidades básicas dos trabalhadores, de limpeza e de ar condicionado e que o total de água consumida foi de 146 mil m³, dos quais 133 mil m³ vieram da rede de serviços públicos e 13 mil m³ de poços, enfatizando redução global de 19,7% em relação a 2007.

Análise: Embora a informação prestada em 2008 seja completa e precisa, não há como compará-la com os anos anteriores, pois não foi citada nos relatórios de 2006 e 2007. Ainda

que o relatório de 2008 cite dados de 2007, falta a verificabilidade da informação, dessa forma inviabilizando aferir melhoria no indicador.

EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.

Em 2006 a empresa declarou que, através do SGA, identificou possíveis alterações nos ecossistemas resultantes da instalação e operação dos seus ativos:

a) A remoção da vegetação durante a construção ou manutenção de ativos, incluindo poda de árvores e, quando necessário, o corte. Essas ações poderiam afetar a fauna, a flora e até a conservação do solo, dependendo da sua gravidade;

b) Utilização de produtos florestais - o consumo de madeira ocorria principalmente na compra de produtos para a instalação de cruzetas;

O planejamento de rotas de linhas de transmissão priorizava aqueles que evitassem áreas de vegetação nativa e reduzissem o desmatamento de vegetação, tanto quanto possível.

Os impactos da utilização de produtos florestais eram minimizados pela procura de certificados que comprovassem a origem da madeira e que foi colhido em conformidade com o Plano de Manejo Florestal Sustentável aprovado pelo IBAMA, a Agência de Proteção Ambiental Federal.

No ano de 2007, embora tenha colocado em seu sumário o indicador como respondido, não apresentou informações sobre o mesmo no relatório.

Em 2008, a companhia declarou que a distribuição da eletricidade utiliza essencialmente vias públicas para a instalação de sua infra-estrutura elétrica (postes) e não interfere em habitats ricos em biodiversidade.

Entre as áreas em que a Companhia operava no estado de São Paulo, a Serra do Mar, Reserva Estadual foi declarada como uma "área rica em biodiversidade". De um total de 315 mil hectares, a área central de Cubatão contava com 115 mil hectares, envolvendo quinze municípios da região metropolitana de São Paulo, bem como parte do cinto costeiro de Santos, sendo esta última parte da área de concessão da CPFL Piratininga.

Apesar de algumas linhas de transmissão cruzarem a reserva - a linha de Pedro Taques (Cubatão a Praia Grande), o ramal Praia Grande e da Baixada Santista para a linha de Capuava - o seu impacto ambiental era de importância modesta.

Um estudo de 2005 da CPFL Piratininga, para o diagnóstico da vegetação ao longo do sistema de transmissão, mostrou que a área coberta por árvores para estas linhas na Reserva totaliza apenas 23,32 hectares.

Existiam outras linhas que cruzam as zonas de manguezais na região da Serra do Mar, apesar de estarem fora da área de Reserva Estadual.

Gestão e controle efetuados por meio do Sistema de Gestão Ambiental envolviam o estabelecimento de procedimentos técnicos para evitar e minimizar possíveis impactos causados pela prestação de serviços da Companhia.

A CPFL Energia identificou possíveis alterações nos ecossistemas resultantes da instalação e funcionamento dos seus ativos:

a) Remoção da vegetação durante a construção ou manutenção de ativos, incluindo poda de árvores e, quando necessário, o corte. Essas ações poderiam afetar a fauna, a flora e até mesmo a conservação do solo, dependendo de sua gravidade;

b) Utilização de produtos florestais - o principal consumo de madeira ocorria na compra de produtos para a instalação de cruzetas;

c) Planejamento de rotas de linhas de transmissão que priorizava evitar caminhos que atravessassem áreas de vegetação nativa.

Os impactos da utilização de produtos florestais eram minimizados como certificados mostrando a origem da madeira que eram exigidas para provar que a colheita foi realizada em conformidade com o Plano de Manejo Florestal Sustentável aprovado pela Agência de Proteção Ambiental Federal (IBAMA).

O principal impacto sobre a biodiversidade dos projetos de geração em que a CPFL Energia era parceira era o represamento de cursos d'água e alagamento de áreas necessárias para a formação de reservatórios.

Estes projetos poderiam alterar, em uma região, aspectos físicos, biológicos e sócio-econômicos. No entanto, esses impactos eram devidamente mitigados e/ou compensados, como condições para a emissão da licença ambiental.

Os impactos resultantes da construção e exploração de centrais hidroelétricas eram geralmente proporcionais à dimensão da empresa: para PCHs, as inundações eram relativamente pequenas e os efeitos sobre a biodiversidade local geralmente era insignificante.

Para projetos de grande escala, a inundação de áreas florestais para a formação do reservatório poderia levar à supressão de habitats inteiros, com um impacto sobre a diversidade da fauna e flora da região. Todas as empresas, entretanto, são, por lei, avaliadas pelos órgãos ambientais competentes.

Projetos de geração hidráulica que poderiam aproveitar, pela sua natureza, são instalados em Áreas de Preservação Permanente (APPs) que não afetam Unidades de Conservação, sejam eles federais, estaduais ou municipais.

A instalação e operação de usinas que interferem em habitats ricos em biodiversidade cumpriam as exigências legais aplicáveis. Respectivas iniciativas ambientais eram projetadas para atenuar e suficientes para compensar eventuais impactos ambientais adversos. Essas ações ambientais, agrupadas em programas, estavam consolidadas no Projeto Básico Ambiental para cada empresa. As agências de proteção ambiental monitoravam a implementação dos Projetos durante o processo de licenciamento.

Análise: Embora o indicador não tenha sido respondido em 2007, comparando o último ano da análise com o primeiro, aferiu-se que as descrições de impactos a biodiversidade cresceram, dessa forma explicitando de melhor forma situações antes não informadas, melhorando a performance do indicador.

EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.

Em 2006, a companhia divulgou que cumpria todos os processos de licenciamento ambiental referentes a suas instalações, ainda, com base em estudos ambientais, fazendo a identificação dos impactos das atividades da empresa no meio ambiente e dessa forma definiu algumas iniciativas de mitigação, entre as quais destacou:

1) Programa de Conservação das Pescas

O objetivo deste programa era proteger e preservar a população de peixes nas bacias hidrográficas onde existem instalações de PCHs. Com relação a este programa, as seguintes iniciativas foram implementadas: a) O re-povoamento de rios e reservatórios; b) Manutenção dos mecanismos de migração de peixes (para preservar o fluxo migratório de peixes ao longo dos rios); c) Orla de Reflorestamento - realização e a manutenção de projetos de reflorestamento no terreno circundante de reservatórios de usinas e seus afluentes, utilizando flora nativa da região, e as árvores frutíferas em particular.

2) Programas de reflorestamento - Todas as autorizações para corte de flora nativa e para a passagem das APPs, regularmente emitidos pelos órgãos ambientais, se traduziram em um compromisso por parte da CPFL para realizar o reflorestamento para fins de recuperação ambiental.

3) Programa de Monitoramento Aquático - Em 2006, foi a aplicação prática de um primeiro projeto desenvolvido através de estudos para a coleta e trituração mecânica de plantas aquáticas encontradas em reservatórios das usinas da CPFL. Um total de 38.017 m³ deste material foi retirado (o equivalente a 60,30 ha). Estudos foram desenvolvidos para encontrar a melhor utilização final para este tipo de planta aquática.

4) Programa de Educação Ambiental

Milhares de alunos de diferentes idades visitaram as instalações da CPFL para receber instruções sobre uma série de questões ambientais, particularmente aqueles relacionados com a conservação dos recursos hídricos e de geração de energia hidráulica. Em 2006, 2.359 alunos de escolas próximas visitaram as unidades CPFL.

5) Projeto Navio Escola

Na fábrica de Americana/SP, a empresa patrocinou o “Agente Ambiental Voluntário” e o “Navio Escola da Natureza”.

6) Educação Ambiental para a Comunidade.

O programa para a comunidade abrangeu diversas atividades como palestras, exibição de filmes, a produção de uma cartilha ambiental e eventos especiais durante a Semana do Meio Ambiente, incluindo apresentações teatrais, oficinas, um show musical e debates.

7) Educação Ambiental para Empregados

Foram desenvolvidas atividades para o trabalhador, tais como a sensibilização e envolvimento com os requisitos da responsabilidade social e ambiental, sessões de treinamento, palestras e *workshops*, durante o qual a evolução dos programas eram discutidos, juntamente com as ações necessárias, os itens pendentes, pontos fortes e oportunidades para a melhoria dos processos e suas conseqüências. Em cada reunião da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA), as questões ambientais pertinentes às atividades da companhia foram discutidas.

No ano de 2007, a empresa divulgou em seu relatório que implementou o “Comitê de Sustentabilidade”, segundo informação da empresa, um passo estratégico para integrar e alinhar as empresas do Grupo práticas de gestão ambiental. Tal comitê é constituído por profissionais de diversas empresas do Grupo e as áreas de negócios. Tem como objetivos aumentar o controle dos riscos do negócio e contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento através de programas específicos e projetos.

Além desta iniciativa, a empresa relatou as seguintes práticas e iniciativas:

1) Programa de Monitoramento da planta aquática no reservatório de Americana com a coleta e remoção de um total de 31.976 m³ de material, o equivalente a uma área de 50,70 h;

2) Programa de Re-povoamento de Bacia Hidrográfica, com a liberação de 390 mil peixes para desovar nos rios e reservatórios no interior do Estado de São Paulo;

3) Apoio ao Projeto “Barco Escola da Natureza” executado em Americana, com 22 mil participantes em 2007, principalmente estudantes do ensino fundamental;

4) O sistema para impressão de faturas de eletricidade em papel reciclado se espalhou para sete empresas do Grupo CPFL. Em 2007, 56 milhões as contas foram impressas usando este sistema;

5) Continuação do projeto de plantação de árvores urbanas (São Paulo), através da doação de mudas de 83,3 mil árvores aos municípios em áreas de concessão da CPFL Paulista e CPFL Piratininga;

6) Os testes iniciais de veículos elétricos (automóveis e motocicletas) para incorporação à frota de veículos das empresas do Grupo CPFL;

7) Continuação da 5ª etapa do Programa de doação de árvores, envolvendo a doação de 15 mil mudas de espécies no Estado do Rio Grande do Sul, bem como material de apoio educacional;

8) Continuação da 6ª etapa do Pinheiro do Paraná, campanha de reflorestamento no Estado do Rio Grande do Sul com a doação de 5 mil mudas de árvores e 2 mil kits de sementes para o plantio;

9) Conclusão da fase final do projeto para desenvolver novas tecnologias em madeira, utilizada na construção de cruzetas para a rede de transmissão de energia, em conjunto com a Universidade de São Paulo, campus São Carlos;

10) Compra de 250 unidades de “Transformadores Verdes” para uso em empresas de distribuição de sistemas elétricos. O transformador foi desenvolvido no âmbito da CPFL e utilizava como óleo isolante, um do tipo biodegradável, dessa forma eliminando o impacto ambiental da fugas.

No ano de 2008, a companhia divulgou que utilizava o Sistema de Gestão Integrado (SGI) que é um instrumento para a identificação e avaliação dos impactos das atividades da companhia (incluindo atividades ambientais). Isso permitia que as empresas do Grupo tomassem ações preventivas além das obrigações jurídicas, dessa forma, trabalhando em consonância com as diretrizes e normas do Ambiente, Qualidade, Saúde e Segurança e Certificados de Responsabilidade Social.

O impacto ambiental da CPFL Energia era gerenciado a partir da fase de planejamento, passando pela fase da implementação e operação, até a disposição final dos resíduos. Parte do

SGI consistia em procedimentos para identificar e lidar com possíveis impactos das atividades da companhia, abrangendo tanto as empresas e equipes terceirizadas, quanto às próprias.

Entre as áreas em que a companhia operava no Estado de São Paulo, estava situada a Reserva Estadual da Serra do Mar que foi declarada "área rica em biodiversidade". Apesar de algumas linhas de transmissão de atravessarem a reserva, o seu impacto ambiental era de importância modesta. A Gestão e controle eram efetuados através do Sistema de Gestão Ambiental e implicavam o estabelecimento procedimentos técnicos que evitassem e minimizassem os possíveis impactos causados pela prestação de serviços da companhia, nesse habitat.

Como forma de minimizar impactos ambientais, a utilização de produtos florestais somente era permitida se estes possuíssem certificado que comprovasse a origem da madeira como prova que a colheita foi realizada em conformidade com Plano de Manejo Florestal Sustentável aprovado pela Agência de Proteção Ambiental Federal (IBAMA).

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.

Até 2006, a empresa declarou que não quantificava as emissões de gases decorrentes de suas atividades. Declarou em 2006 que estava estudando a adoção de um Programa de Neutralização de Carbono.

No relatório de 2007, indicou no sumário resposta a este indicador, porém no corpo do texto deixou de divulgar informações.

Em 2008, a companhia divulgou inventário conforme Tabela 11.

Tabela 11: Emissões da CPFL Energia (tonCO₂)

Matriz CPFL Energia	2007
Emissões diretas	2334,34
Consumo total de diesel em geradores	405
Frota de veículos próprios	973,09
Frota de veículos de terceiros	538,93
Arrefecimento dos gases	782,57
LPG	35,7
Emissões indiretas	6122,93
Viagens aéreas	610,14
Centro Cultural de Viagens Aéreas	15,77
Frete aéreo	93,5
Táxi	92,48
Viagens de empregados (Sede CPFL)	4374,33
Viagens de ida e volta para o Centro Cultural	261,96
Resíduos sólidos	368,33
Restituição de quilômetros percorridos	143,08
Ônibus fretados	163,34
Emissões indiretas - Consumo de energia	1155,01
Total de emissões	9612,28
Emissões de E.A1 Campinas (tCO ₂)	
Emissões diretas	213,09
Emissões indiretas	55,98
Emissões indiretas - Consumo de energia	5,83
Total de emissões	274,9
Emissões de E.A.2 Sumaré (tCO ₂)	
Emissões diretas	118,79
Emissões indiretas	0
Emissões indiretas - Consumo de energia	4,29
Total de emissões	123,08
Total Geral	10010,26

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise: Embora a informação prestada em 2008 seja completa e precisa, não há como compará-la com os anos anteriores, pois não foi citada nos relatórios de 2006 e 2007, dessa forma inviabilizando aferir melhoria no indicador.

EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.

No ano de 2006 a empresa declarou que está desenvolvendo projetos no âmbito do MDL – Protocolo de Kyoto, a fim de minimizar as emissões de gases causadores do efeito estufa e conseqüentemente o aquecimento global.

O projeto foi registrado em 15 de dezembro de 2006 pela UNFCCC, o volume de reduções negociadas nesse projeto era de 112 mil toneladas métricas de CO₂ até 2012.

Outra iniciativa é a geração de energia elétrica a partir da biomassa de resíduos, onde dos resíduos era extraído gás com alto poder calorífico, que por sua vez alimentava a combustão de um transformador, que finalmente gerava energia elétrica.

Com relação à arborização urbana e vegetação sob as linhas de transmissão, a empresa divulgou que estava realizando estudos a fim de identificar espécies compatíveis para plantio sob a rede elétrica urbana e também sob a rede de transmissão rural.

Mais um projeto que visava mitigar a emissão de GEEs era o de planejar, construir, testar e disponibilizar um protótipo de gerador de energia elétrica para uso residencial, compreendendo um reformador de gás natural e uma célula de combustível de 2kW, de forma que a energia elétrica seria gerada na própria residência, tendo como fonte primária o gás natural encanado.

Com relação às cruzetas, a empresa desenvolve projetos que visam substituir o uso de madeira nativa por madeira de reflorestamento em sua fabricação.

Finalmente a empresa destacou que existia um programa de manutenção preventiva da frota de veículos (próprios e das terceirizadas), que incluíam a checagem de itens como: Quantificação de fumaça preta de veículos a diesel em conformidade com a legislação em vigor; Verificação de possíveis vazamentos e perfurações que podem causar níveis elevados de ruído nos silenciosos, e Plano de manutenção de equipamentos hidráulicos, incluindo tubos e mangueiras.

No ano de 2007 a companhia declarou que realizava um programa de “Repotencialização de Usinas Hidroelétricas”, dentro dos critérios do MDL (UNFCCC).

Em 2008, a CPFL declarou que investiu na compensação e neutralização das emissões de CO₂, desenvolvendo debates em fóruns nacionais e internacionais, divulgando as práticas de gestão de sustentabilidade através da cadeia de valor, atividades em comunidade e outras práticas, em busca do desenvolvimento sustentável.

Divulgou ainda que, desde 2007, a empresa vem elaborando um inventário de emissões diretas e indiretas de GEEs a partir de sua sede administrativa e em suas atividades de gestão local e transmissão e distribuição de eletricidade. Os resultados desse inventário foram analisados e buscadas alternativas para reduzir as emissões de GEEs.

Análise: A empresa prestou informações referentes a este indicador em todos os anos da análise. Porém, o nível de detalhamento da informação caiu muito. Dessa forma, não há como aferir melhoria ou não no indicador.

EN20 NO_x, SO_x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.

Nos anos de 2006 e 2008 a companhia informou que não produz emissões significativas de NO_x e SO_x.

No ano de 2007, indicou como item respondido no sumário do GRI, porém não informou o dado dentro do relatório.

Análise: Não foram prestadas informações sobre o indicador.

EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.

No ano de 2006, informou que toda água utilizada, após o uso, retorna aos sistemas de saneamento municipais. Em 2007 informou ter respondido o indicador no sumário do GRI, porém não forneceu informações. Com referência a 2008, evidenciou que não existe uma significativa geração de efluentes para descarte. A água utilizada pela companhia em seus edifícios referia-se a resíduos domésticos e era entregue para tratamento nos sistemas de esgoto dos municípios correspondentes. Nos locais onde não havia sistema de esgoto municipal, as fossas sépticas eram instaladas para a análise de efluentes.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.

No ano de 2006, conforme Tabelas 12 e 13.

Tabela 12: Armazenamento e Eliminação de Desperdícios

	2003	2004	2005	2006
Lâmpadas enviadas para descontaminação e reciclagem	108993	147270	150825	158054
Lâmpadas repostas	188319	186897	178801	181428
% Lâmpadas descontaminadas e recicladas	5788	7880	8435	8712

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 13: Materiais não recicláveis vendidos como sucata – Reciclagem de materiais

Material	CPFL Paulista				
	2002	2003	2004	2005	2006
Metais ferrosos e não ferrosos (ton)	630	679	488	523	345
Transformadores de distribuição (un)	2117	1744	1069	938	894
Refletores (un)	7399	22388	13357	25930	61213
Braços de cruz (un)	29869	22424	18846	14800	13728
Postes de madeira e concreto (un)	18516	12740	10438	9558	9156
Postes de ferro (m)	726	692	495	43	145
Escadas (un)	248	805	160	142	175
Material	CPFL Piratininga				
	2002	2003	2004	2005	2006
Metais ferrosos e não ferrosos (ton)	321	343	303	510	370
Transformadores de distribuição (un)	306	264	363	352	370
Refletores (un)	3581	24943	11091	5980	20769
Braços de cruz (un)	3794	6789	7773	13723	9333
Postes de madeira e concreto (un)	2386	4926	2862	4596	3169
Postes de ferro (m)	17	3	0	112	235
Escadas (un)	287	34	55	111	24
Material	RGE				
	2002	2003	2004	2005	2006
Metais ferrosos e não ferrosos (ton)	450	579	456	663	763
Transformadores de distribuição (un)	411	159	211	47	402
Refletores (un)	NA	NA	NA	NA	NA
Braços de cruz (un)	13227	11518	7467	11774	14126
Postes de madeira e concreto (un)	23245	26504	14983	20420	21809
Postes de ferro (m)	NA	NA	NA	NA	NA
Escadas (un)	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor

No ano de 2007, citou mas não mostrou.

No ano de 2008 a companhia evidenciou o programa de gestão de resíduos, onde os diferentes tipos de resíduos foram identificados e classificados, para após terem sua destinação correta.

Informou que realizava um trabalho de reciclagem junto à Cooperativa Dom Bosco (Região de Campinas/SP), onde reciclou cerca de 80 toneladas de material, em 2008.

As lâmpadas utilizadas na iluminação pública, compostas por vapor de sódio e mercúrio, eram enviadas para a descontaminação e após recicladas por empresa licenciadas pelo IBAMA.

Tabela 14: Armazenamento e eliminação de desperdícios

	CPFL Energia					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Lâmpadas eliminadas	108993	147270	150825	158054	120000	128785
Lâmpadas substituídas	188319	186897	178801	181428	124208	193401
% Descontaminação/ Substituição	5788	788	8435	8712	9661	5997
	CPFL Paulista					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Lâmpadas eliminadas	91857	133600	122513	128548	92307	100795
Lâmpadas substituídas	141771	131505	136556	146805	93782	149957
% Descontaminação/ Substituição	6479	10159	8972	8756	9843	7734
	CPFL Piratininga					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Lâmpadas eliminadas	17136	13670	28312	29506	27693	0
Lâmpadas substituídas	46548	55392	42245	34623	30426	43444
% Descontaminação/ Substituição	3681	2468	6702	8522	9102	0
	RGE					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Lâmpadas eliminadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Lâmpadas substituídas	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% Descontaminação/ Substituição	NA	NA	NA	NA	NA	NA
	CPFL Santa Cruz					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Lâmpadas eliminadas	4099	5250	14550	5300	0	11435
Lâmpadas substituídas	18354	22498	14385	11119	46933	0
% Descontaminação/ Substituição	22%	23%	101%	48%	0%	0%
	CPFL Jaguariuna					
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Lâmpadas eliminadas	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Lâmpadas substituídas	NA	NA	NA	NA	NA	NA
% Descontaminação/ Substituição	NA	NA	NA	NA	NA	NA

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise: Embora o indicador não tenha sido respondido em 2007, comparando o último ano da análise com o primeiro, aferiu-se que os cuidados com tratamento de resíduos continuam, dessa forma melhorando a performance do indicador.

EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.

Em 2006, a empresa se comprometeu contratualmente a cumprir os requisitos das normas de Responsabilidade Social SA8000.

Em 2007 mencionou o SGI, para padronizar e certificar os processos de trabalho importante nas áreas da Qualidade (ISO 9001:00), Ambiente (ISO 14001:04), Saúde e Segurança Ocupacional (OHSAS 18001:99) e Responsabilidade Social (AS 8000:01). Um dos destaques de 2007 foi a implementação e certificação do SGI na RGE.

Em 2008, pela tentativa de aumentar seus vínculos com a sociedade e contribuir para o desenvolvimento das comunidades onde atua, a CPFL (fundada CPFL Cultura em 2003) informou sobre um programa amplo cultural destinado a promover a reflexão sobre os desafios e oportunidades do mundo, com o objetivo de disseminar o conhecimento e cultura por meio de palestras, debates e expressão artística e cultural. Até 2007, as atividades foram realizadas ao vivo exclusivamente na sede da Companhia, em Campinas. A partir de 2008, seis novos núcleos foram instalados, com programas em curso, nas cidades de Ribeirão Preto, Bauru, Sorocaba, Santos, São Paulo e Caxias do Sul - RS.

Em 2008, as atividades ao vivo da CPFL Cultura atingiram um público total de 45 mil pessoas e os seus programas transmitidos pela TV Cultura alcançaram uma média de um ponto de Ibope Brazilian TV, sistema de medição de espectador, cada ponto é igual a 57.284 famílias ou 171.852 telespectadores na Grande São Paulo.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

No ano de 2006, conforme Tabelas 15 e 16.

Tabela 15: Investimentos em proteção ambiental

CPFL Energia (mil R\$)	2003	2004	2005	2006
Investimentos relacionadas com operações	27504	56229	24342	34122
Investimentos com programas e projetos externos	670	1013	1257	13810
Total	28174	57242	25598	47932

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 16: Investimentos e custos 2006

CPFL Energia	R\$ (Mil)	Participação (%)
Manutenção de operações em processos de melhoria ambiental	3686	7,69%
Preservação e/ ou recuperação de danos ambientais	29640	61,84%
Educação ambiental para empregados, terceirizados, trabalhadores autônomos e gestores de empresas	3973	8,29%
Educação ambiental comunitária	1167	2,43%
Outros projetos ambientais	9466	19,75%
Total	47932	100,00%

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2007, embora tenha citado como indicador respondido no sumário do GRI, não há informação no relatório apresentado.

No ano de 2008, os investimentos do grupo CPFL Energia no meio-ambiente totalizaram R\$ 171 milhões, dos quais R \$ 126 milhões em operações e R\$ 44 milhões em programas externos e de projetos ambientais.

Análise: Embora o indicador não tenha sido respondido em 2007, comparando o último ano da análise com o primeiro, aferiu-se que o dispêndio com o meio ambiente vem aumentando, dessa forma melhorando a performance do indicador.

4.3.3.3 Indicadores de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.

Dados de 2006, conforme Tabela 17.

Tabela 17: Total de trabalhadores homens e mulheres e por idade

Empresa	2006	Mulheres	Homens	18-35 anos	Acima de 45 anos
CPFL Paulista	4,66	1,32	3,34	2,77	1,24
CPFL Piratininga	10,07	2,85	7,22	5,88	2,76
CPFL Geração	0	0	0	0	0
CPFL Centrais Elétricas	10,88	3,18	7,73	5,45	2,73
CPFL Brasil	13,24	8,33	5	8,33	1,67
RGE	9,43	3,18	8,79	8,65	1,55
Total	7,13				

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2007 não foram apresentadas as informações.

No ano de 2008, conforme Tabelas 18 e 19.

Tabela 18: Distribuição do número de trabalhadores por sexo e região

Empresa	Estado	Terceirizados 2008	Empregados 2008	2007	2006	2005	2004
CPFL Paulista	São Paulo	85	3127	3185	3161	3080	3071
CPFL Piratininga	São Paulo	31	1191	1214	1198	1164	1070
CPFL Geração	São Paulo	12	132	140	6	6	9
Baesa	Santa Catarina	ND	25	23			
Ceran	Rio Grande do Sul	ND	69	61			
Enercan	Santa Catarina	ND	43	33			
CPFL Brasil	São Paulo	61	110	125	96	82	51
RGE	Rio Grande do Sul	0	1466	1490	1401	1444	1407
CPFL Santa Cruz	São Paulo	ND	261	386			
CPFL Jaguariuna	São Paulo	ND	670	753			
CPFL Atende		92	1				
CPFL Energia		1	6				
Foz do Cahpecó		ND	18				
Total		282	7119	7410	5862	5776	5608

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 19: Distribuição do número de trabalhadores por sexo e região

Empresa	Estatutário		Executivos		Gestores		Líderes de equipe		Graduados		Operacional		Total	
	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc
CPFL Paulista	0	4	1	16	10	66	20	106	145	276	324	2159	500	2627
CPFL Piratininga	0	4	0	3	3	17	7	51	77	156	142	731	229	962
CPFL Geração	0	4	0	2	0	7	0	15	21	31	7	45	28	104
CPFL Brasil	0	3	0	1	2	3	0	5	20	42	18	16	40	70
RGE	0	2	0	2	5	26	12	75	86	115	195	948	298	1168
CPFL Santa Cruz	0	4	0	0	0	3	0	14	5	19	14	202	19	242
CPFL Jaguariuna	0	0	0	0	1	6	2	27	13	23	27	571	43	627
CPFL Atende	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
CPFL Energia	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Total	0	27	1	24	21	129	41	293	367	662	728	42672	1158	5807

Fonte: Elaborado pelo autor

Análise: Embora o indicador não tenha sido respondido em 2007, comparando o último ano da análise com o primeiro, aferiu-se que o nível de detalhamento dos dados apresentados aumento de forma significativa, dessa forma melhorando a performance do indicador.

LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.

Em todos os anos analisados a companhia declara que 100% dos trabalhadores são representados por sindicatos.

Análise: Manutenção do nível de performance.

LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.

No ano de 2006, conforme Tabela 20.

Tabela 20: Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados com o trabalho

Terceirizadas	2003		2004		2005		2006	
	TF	TG	TF	TG	TF	TG	TF	TG
CPFL Paulista	Não calculado		Não calculado		73523	1355	734	2726
CPFL Piratininga	Não calculado		Não calculado		297	89	64	3810
CPFL Geração	Não calculado		Não calculado		0	0	1434	100
CPFL Centrais Elétricas	Valores incluídos em CPFL Geração							
CPFL Brasil	Valores incluídos em CPFL Paulista							

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2006, evidenciou tabela de taxas de lesões de doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados com o trabalho - Trabalhadores. Em 2007 e 2008 não foi considerado este indicador.

Análise: A falta de resposta nos anos de 2007 e 2008 inviabiliza a análise, por falta de regularidade na resposta do mesmo.

LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.

Em 2006, conforme Tabela 21.

Tabela 21: Média de horas de treinamento por ano, por funcionário

	2003	2004	2005	2006
CPFL Energia	109,38	129,99	111,19	111,25

Fonte: Elaborado pelo autor

Em 2006 publicou a média anual de horas de treinamento por empregado, evidenciando aumento de quantidade de horas desde 2003. Em 2007 e 2008 não foi considerado este indicador.

Análise: A falta de resposta nos anos de 2007 e 2008 inviabiliza a análise, por falta de regularidade na resposta do mesmo.

LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apóiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.

No ano de 2006 a companhia evidenciou que a preparação para a aposentaria ocorria no âmbito do programa “Novo Tempo”, que foi criado em 2005, na sequência de um programa piloto para apoiar os trabalhadores na aposentadoria e de decisões relacionadas a esta, ajudando-os a desenvolver sua própria visão do futuro. O Programa foi destinado a funcionários diretos com menos de três anos para a aposentadoria integral, de acordo com as regras do Departamento Nacional de Seguridade Social (INSS). O Programa era descentralizado, e seguiu um formato seqüencial de módulos, com as reuniões que ocorriam mensalmente. Em 2006, 26 palestras foram realizadas para divulgá-lo por meio do Grupo CPFL. Metade dos funcionários elegíveis para o programa foram inscritos.

Em 2007, o indicador foi colocado como respondido no sumário, porem não há informação referente no relatório.

No ano de 2008, a empresa evidenciou novamente o programa “Novo Tempo”, completando as informações prestadas em 2006, explicando que o curso tinha uma duração total de cerca de 64 horas, divididas em inúmeros eventos: palestras, *workshops*, atividades de grupo, bem como o acompanhamento individual por um consultor externo. Sendo que o objetivo foi desmistificar a aposentadoria e os horizontes abertos para que nesta fase da vida pode ser vivida como uma nova carreira.

Em 2008, 124 funcionários (90,5%, dos elegíveis, conforme as regras expostas em 2006) concluíram o Programa.

Análise: Embora o indicador não tenha sido respondido em 2007, comparando o último ano da análise com o primeiro, aferiu-se com os números apresentados, uma melhora significativa, dessa forma aumentando a performance do indicador.

4.3.3.4 Indicadores de Desempenho Referentes a Direitos Humanos

HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.

Nos anos de 2006 e 2008, a empresa declarou o respeito ao direito a livre associação e que inclusive negociava com 11 sindicatos de categorias acordos coletivos. Em 2007 a empresa declarou no sumário que respondeu o indicador, porém não há informação no relatório.

Análise: Em todos os anos analisados a informação prestada foi a mesma, dessa forma o indicador manteve-se estável.

4.3.3.5 Indicadores de Desempenho Social Referente à Sociedade

SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.

No ano de 2006 a empresa divulgou que, a fim de mitigar e compensar os impactos sociais causados pela instalação de novas usinas hidrelétricas, estas tiveram sua construção e operação precedidas de licenças do órgão ambiental federal.

Estas iniciativas ambientais foram agrupadas em programas onde o conjunto compunha o Projeto Básico Ambiental para cada planta. Destacou-se:

a) Complexo Ceran

Construção de duas pontes sobre o Rio das Antas perto do Castro Alves e 14 de Julho de plantas. Estas pontes de serviço serviam de apoio as atividades das plantas em construção. Após a conclusão dos trabalhos de construção, as pontes foram entregues à comunidade, sob a responsabilidade dos municípios.

Ainda, em 2006, 10.942 mudas nativas da região, foram doados para escolas, governos locais e produtores rurais.

b) UHE Barra Grande

Foram realizadas melhorias de infra-estrutura nos municípios na esfera de influência da usina Barra Grande, com a reforma e construção de escolas, postos de saúde, estradas e instalações diversas, entre outras atividades.

Entre as atividades realizadas em 2006, destacou-se a Assistência Social, que serviu 430 famílias beneficiadas pelo Programa de “Reassentamento da População Rural”. Entre os resultados apresentam-se a inscrição de todas as crianças em idade escolar na escola, supervisão dessas crianças por meio do Programa Saúde da família, a doação de máquinas e equipamentos agrícolas para os governos locais que abrangem áreas de reassentamento, a

inclusão social das famílias reassentadas nas suas novas comunidades; diversificação da produção agrícola (leite, mel, frutas vermelhas, artesanato, agricultura ecológica, dentre outros) e a inclusão de uma horta doméstica e pomar em propriedade de todas as famílias reassentadas a fim de fornecer a necessidade básica de alimentos e aumento da renda.

c) Enercan - Campos Novos

Lançamento do Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/SC) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de Santa Catarina (FUNDAGRO), a Enercan destinou um orçamento de R\$ 3 milhões para projetos de financiamento para agregar valor à produção agrícola das comunidades vizinhas ao empreendimento.

- Construção de uma rodovia estadual pavimentada de 23 km para ligar os municípios de Celso Ramos e Campos Novos, passando ao longo da crista da barragem da usina de Campos Novos. A companhia financiou 85% dos custos, e o governo do Estado de Santa Catarina pagou o restante.

- Abastecimento de água para várias comunidades do entorno do reservatório, que não foi afetada pelas obras de construção.

- Construção de seis pontes de concreto e travessias para integrar o município afetado ao sistema viário.

- Transferência de R\$ 750 mil a Campos Novos para a melhoria do sistema de saúde municipal, incluindo a modernização do Hospital Municipal e de R\$ 60 mil para o município de Celso Ramos para a compra de um veículo específico para o transporte dos pacientes e expansão da clínica de saúde do município.

- Aquisição de 1.150 ha de terras para a criação da Reserva Estadual “Rio Canoas”, em conformidade com a resolução 02/1996 do Conselho Nacional do Meio ambiente (CONAMA).

Dentre outros projetos:

d) UHE Foz do Chapecó

A licença para instalação foi prorrogada por quatro anos em 5 de dezembro de 2006, após comprovação de conformidade entre as empresas e o IBAMA e estipulado no Projeto Básico Ambiental (PBA), prevendo investimentos no montante de R\$ 17,4 milhões.

Entre as atividades no âmbito do Projeto destacavam-se:

- Termo de Acordo celebrado com os 13 municípios situados na área diretamente afetada pela instalação, que determinou as linhas de ação para os serviços e atividades de reassentamento da população;

- Continuação do Programa de Comunicação Social;
- Aquisição de 67 propriedades localizadas dentro do canteiro de obras, totalizando 541.000 hectares.

e) Semesa - UHE Serra da Mesa

A Semesa tornou-se membro do Fundo de Desenvolvimento para os municípios da Região Norte-Nordeste do Estado de Goiás.

Em 2007, mencionou sobre os valores que menciona também no EC, indicando que seu plano de negócios estava de acordo com o nível de governança e mencionou a influência dos ambientes macroeconômico e regulatório, que criaram novas oportunidades no segmento de comercialização, cujos resultados foram alimentados por meio do livre mercado nos anos seguintes.

No ano de 2008 a companhia divulgou o “Programa Voluntário”, que foi direcionado a campanha de roupas de inverno. Foram recolhidos mais de 11 mil itens que foram enviados a várias organizações.

Por fim, mencionou o Sistema de Gestão Ética e Desenvolvimento e que publicou a primeira versão do seu Código de Ética e Conduta Empresarial.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

4.3.3.6 Indicadores de Desempenho Referentes à Responsabilidade pelo Produto

PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.

Em 2006 a empresa informou que as distribuidoras do Grupo CPFL monitoravam todos os acidentes que envolvem as comunidades vizinhas e identificaram choques elétricos como a causa principal. Informou sobre campanhas publicitárias realizadas sobre orientações sobre os riscos e precauções na utilização da eletricidade.

Não prestou informações no ano de 2007.

Em 2008 informou que existiam investimentos no segmento de distribuição de R\$ 665 milhões em 2008 e que, desse total, R\$ 373 milhões foram alocados para a expansão e modernização do sistema elétrico, tanto em termos de venda de energia e número de clientes,

para os oito distribuidores. O trabalho contemplava a construção de novas Subestações (SSS) e expansão das existentes, ampliação das Linhas de Transporte (TLS), adição e substituição de equipamentos e redes de distribuição, e outras melhorias para uma gama de instalações.

Análise: Embora o indicador não tenha sido respondido em 2007, comparando o último ano da análise com o primeiro, aferiu-se que os números apresentados têm uma melhoria significativa, dessa forma aumentando a performance do indicador.

PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.

Em 2006 a empresa declarou que monitorava constantemente os níveis de satisfação do cliente com a prestação de serviços, suporte ao cliente, qualidade de comunicação e as informações fornecidas. Para este fim, a empresa fez uso dos resultados da pesquisa realizada pela ANEEL e pela ABRADEE.

As necessidades dos clientes também foram identificadas por meio de outros questionários, a participação em comitês e comissões locais, entre outras atividades.

As distribuidoras da CPFL Energia mantinham “Conselhos do Consumidor” para avaliar a qualidade do serviço.

Os níveis de satisfação dos clientes foram os seguintes: CPFL Piratininga - 68,45%, CPFL Paulista - 65,35%, a RGE - 66,75%, e CPFL Santa Cruz - 67,56%, todos acima da média brasileira de 61,38%.

No ano de 2007 o indicador não foi respondido.

As informações divulgadas em 2008, mostram que a empresa tinha uma preocupação permanente para a satisfação do cliente. Conseqüentemente, o Grupo CPFL de empresas de distribuição possuíam programas específicos para garantir o relacionamento com os clientes.

Foram repetidas as informações e programas identificados no ano de 2006, sendo que foram atualizados os dados referentes à pesquisa de satisfação do cliente realizada pela ABRADEE.

Em 2008, a CPFL Paulista venceu o Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor (IASC).

Em 2008 o Índice de Satisfação de Qualidade Percebida (ISQP) também foi avaliado tendo: CPFL Paulista, 85,3%, CPFL Piratininga, 83,1%; RGE, 86,0%, e Santa Cruz, 86,7%. O ISQP é calculado anualmente com base na metodologia da ABRADEE.

Acrescentou ainda que em 2008, a CPFL Energia não registrou denúncias relativas à violação de privacidade ou perda de dados de clientes.

Análise: As informações foram prestadas com clareza e completude ao longo dos anos, aferindo-se melhoria na performance desse indicador ao longo da análise.

CONCLUSÃO

Atualmente não há mais dúvida que, apenas as empresas que tratarem dos assuntos ligados a RSE e sustentabilidade sobreviverão a longo prazo. Na academia, essa assertiva há algum tempo já imperava com vigor. Fora dela, a percepção é que as questões ligadas a RSE e sustentabilidade, a cada dia, ganham mais espaço entre os *stakeholders*.

As empresas, vêm aprimorando e aumentando o nível de informação e utilização de ferramentas avançadas de relatoria empresarial buscando uma maior e melhor evidenciação das questões ligadas a RSE e sustentabilidade.

A presente dissertação procurou, em um primeiro momento, analisar com a finalidade de selecionar as empresas que usam os *ratings* mais comuns e as participantes que praticam a RSE, e posteriormente as formas de *disclosure* utilizadas pelas organizações com a finalidade de compartilhar com os *stakeholders* seu desempenho/performance, sobretudo o sócio-ambiental.

Nessa busca, foi compilado grande número de instrumentos que são utilizados e constituíram a base da análise, constante do referencial teórico. Passado esse primeiro momento, passou-se a avaliar qual setor da economia e quais empresas mereceriam atenção especial e análise. Nessa fase detectou-se que as empresas do “Setor Elétrico Brasileiro”, apareciam em número elevado em *ratings* de avaliação sócio-ambiental e apresentavam um volume grande de informações sobre essas questões.

Após essa constatação inicial, detectou-se que essas empresas, têm por obrigação derivada da lei e regulamentos, apresentar relatórios de desempenho sócio-ambiental, segundo modelos e determinação da ANEEL.

Dessa forma escolheu-se, nesse setor, as empresas que se destacaram foram: Eletropaulo, CEMIG e CPFL, pela quantidade de informação prestada e por estarem presentes nos melhores *ratings* de classificação sócio-ambiental. Dentre essas empresas e as formas de *disclosure* apresentadas, chamou atenção à formatação e metodologia utilizada para elaboração dos relatórios de sustentabilidade, qual seja o GRI.

Portanto, para atingir os objetivos de pesquisa, passou-se a analisar a metodologia e os relatórios (GRI) das empresas supra mencionadas, chegando às conclusões abaixo elencadas, com relação ao escopo informacional do relatório e com relação ao desempenho sócio-ambiental, denotado via indicadores, propriamente dito.

Fica o esclarecimento que a análise dos indicadores e a pesquisa dos mesmos limitou-se às informações prestadas pelas empresas contidas nos relatórios de sustentabilidade padrão

GRI, como referenciados. Referindo-se agora a análise propriamente dita, a ênfase geral dos relatórios e informações apresentadas recaiu sobre o tripé: meio ambiente, sociedade e economia.

Discorrendo especificamente, sobre as empresas avaliadas, a Eletropaulo, ao longo da série, apresentou relatórios de sustentabilidade no padrão GRI G3 nível “C”, em todos os anos, o que demonstra uma constância no nível de informação prestada.

Com relação ao conteúdo dos relatórios, a empresa respondeu ao longo dos anos, dos indicadores selecionados, 25 (vinte e cinco), sendo que desses, em 4 (quatro) não ocorreu alteração na performance, em 8 (oito) ocorreu melhora, em 2 (dois) piora e 11 (onze) deixaram de ser avaliados por não atenderem aos critérios mínimos definidos na pesquisa.

Em linhas gerais, a empresa pareceu mais preocupada em enfatizar aspectos focados no campo social, de sua atuação. Pouco apresentou com relação a questões ambientais e sobre informações econômicas limitou-se a fornecer o que é praxe no mercado. Em uma análise mais detalhada, os relatórios apresentam incoerências e erros graves. As informações de um ano simplesmente não correspondem às apresentadas em ano anterior ou no seguinte. Tais incongruências podem ser falhas na digitação, falha humana na análise, ou mesmo uma total falta de comprometimento para com o público leitor.

Passando a analisar as informações apresentadas pela CEMIG em 2006, esta aplicou os protocolos do GRI G3, em nível “C”, e nos anos seguintes, que foram 2007 e 2008, aplicou os protocolos em nível “B”, o que demonstra uma melhora no nível da informação prestada.

Com relação ao conteúdo dos relatórios, a empresa respondeu ao longo dos anos, dos indicadores selecionados, 24 (vinte e quatro), sendo que desses, em 17 (dezessete) ocorreu melhora na performance, em 1 (um) piora e 6 (seis) deixaram de ser avaliados por não atenderem aos critérios mínimos definidos na pesquisa.

Em linhas gerais, além de a empresa fornecer uma quantidade equivalente a Eletropaulo no que tange a questões sociais, evidenciou uma quantidade muito grande de informações sobre questões ambientais, o que talvez se deva ao fato de que, das três empresas selecionadas, a CEMIG possui na sua área de concessão uma imensidão de áreas verdes e muitos empreendimentos geradores de vulto.

Com relação à CPFL, esta aplicou o questionário do GRI G3, em nível “A”, em todos os anos analisados. O que precipuamente colocá-la-ia no topo, no que se refere ao nível de aplicação dos protocolos GRI G3.

Ocorre que a informação contida nos relatórios de sustentabilidade emitidos pela CPFL a partir do ano de 2007, aplicou a técnica de redação alterada e passou-se a utilizar o princípio

de que um parágrafo, ou um capítulo inteiro, correspondiam a resposta para alguns indicadores do GRI. Dessa forma o trabalho de pesquisa passou a ser de “mineração” das respostas aos indicadores, ficando muitas vezes inviável encontrar a resposta ao indicador, muito embora constasse no sumário da empresa como se este tivesse sido respondido.

Tal alteração, possivelmente, facilita a leitura do relatório para uma parte dos *stakeholders*, porém dificulta a tarefa do pesquisador em avaliar, aferir e comparar as informações prestadas. Portanto, diante desse esclarecimento, alguns indicadores poderão apresentar informações desencontradas. Ainda, fica o conselho para que a empresa delimite melhor as informações prestadas e siga os protocolos do GRI G3 de forma correta, obedecendo aos quesitos informacionais: verificabilidade, completude, precisão, comparabilidade, clareza e regularidade.

Com relação ao conteúdo dos relatórios, a empresa respondeu ao longo dos anos, dos indicadores selecionados, 25 (vinte e cinco), sendo que desses, em 12 (doze) ocorreu melhora na performance, em 3 (três) não ocorreu alteração e 10 (dez) deixaram de ser avaliados por não atenderem aos critérios mínimos definidos na pesquisa.

A CPFL, das três empresas analisadas, é a que menos evidencia as questões sócio-ambientais, parece preocupada ao extremo com questões financeiras e seus relatórios de sustentabilidade parecem ser os mais frágeis do ponto de vista informacional.

Partindo para a análise geral do grupo de empresas analisadas e relatórios, observa-se que o desempenho sócio-ambiental das empresas é evidenciado nos relatórios de sustentabilidade, quase que exclusivamente como uma peça de *marketing*. Descrevem-se projetos, atividades e dados quantitativos sobre investimentos, contudo, as informações não se co-relacionam com facilidade com as prestadas no ano imediatamente anterior, ou com o ano posterior. A maioria das respostas fornecidas pelas empresas não obedece ao critério da regularidade das informações prestadas, tornando a análise real de evolução/involução da performance sócio-ambiental muito difícil de ser realizada.

Outro fator evidenciado pela pesquisa foi que, ao longo da série analisada, uma mesma informação respondia a indicadores diferentes. Tal fato denota que os respondedores não tinham compreensão completa do que se espera como resposta às questões formuladas. Como resultado, a análise fica comprometida, pois os quesitos norteadores (verificabilidade, completude, precisão, comparabilidade, clareza e regularidade) não eram preenchidos.

Considerando a forma geral como as informações são prestadas pelas empresas e a forma de diagramação dos relatórios (muitas figuras, mapas, gráficos, tabelas, letras com caixa alta, etc.), existem indícios que a prática (relatar) é feita mais por força do mercado e

das regulamentações, do que por um real e efetivo compromisso com as questões ligadas a RSE e sustentabilidade.

Especificamente, com relação às respostas aos indicadores GRI analisados, onde as empresas deveriam divulgar para seus *stakeholders* informações sobre problemas sócio-ambientais e as soluções tomadas, demonstrando como gerenciam os mesmos no dia-a-dia empresarial, limitam-se a exaltar programas, sem, na maioria das vezes, avaliar seu resultado.

Após a compilação dos dados e análise dos relatórios, ficou demonstrado nos resultados, que a redação não segue uma seqüência lógica ao longo dos anos, o que torna quase impossível avaliar o desempenho/performance e gera dúvidas sobre a forma de avaliação dos indicadores. Isso significa que a empresa não está seguindo com rigidez os princípios orientadores para formulação de relatórios.

Nos documentos orientadores para a formulação de relatórios do GRI, um dos propósitos do modelo é a comparação entre relatórios, de forma seriada e destes com de outras empresas.

Nos relatórios, são publicadas ações que mostram um desempenho sócio-ambiental favorável, mas poucas alterações são verificadas entre um ano e outro, sendo que muitas informações são repetidas entre os anos de 2006 e 2008 em diversos indicadores, o que mostra falta de comprometimento com os resultados (performance) do que é divulgado.

Não basta divulgar que faz programas sócio-ambientais, é necessário ter métricas e objetivos, compromisso com melhora contínua.

A abrangência das informações apresentadas é limitada, deixando uma impressão de falta de cuidado com a elaboração do documento, levando à lembrança da citação de Almeida (2007), onde as empresas utilizam dois conjuntos de indicadores: um para desenvolver e publicar o relatório e outro para o dia-a-dia da gestão.

Na análise final, em que pese o acima, avaliando novamente de forma individual as empresas e relatórios, e confrontando-os, a CEMIG é a que melhor cumpre os quesitos de relatoria e também de performance sócio-ambiental, evidenciada por indicadores. A CPFL e a Eletropaulo, embora apresentem níveis distintos de resposta ao GRI (CPFL, nível “A” e Eletropaulo nível “C”), encontram-se em níveis parelhos tanto em relatoria, quanto em performance, indicando que não basta responder um amplo aspecto de questões se as respostas não forem bem fundamentadas e evidenciarem as respostas que os leitores de relatórios procuram. Portanto, não é porque uma empresa responde a todas as questões do relatório que é melhor que outras que respondem a número mínimo de indicadores. O que denota compromisso é que se atendam os protocolos e quesitos colocados pelo formato de

relatório e o cuidado e dedicação nas respostas oferecidas, qualidade é preferencial à quantidade.

Por todas as evidências recolhidas no material pesquisado, há forte indício de que as empresas evidenciam questões sócio-ambientais apenas por uma obrigação de mercado para com os *stakeholders*, e se preocupam menos do que dão a entender em seus *reports*. Esse fato indica falta compromisso com a melhoria contínua e aprimoramento da sua performance sócio-ambiental.

Como recomendação para novas pesquisas, coloca-se, aos pesquisadores, que avaliem os documentos e informações econômicas e sócio-ambientais das companhias em sua completude, e que, inclusive cruzem os dados e informações prestados por estas nos diferentes instrumentos e fóruns do *disclosure*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR ISO 14001. *International Organization for Standardization*, 2004.

ALMEIDA, Fernando. *O bom negócio da sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

_____. *Desafios da Sustentabilidade: uma ruptura urgente*. Rio de Janeiro: Campus, 2007.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. *Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Socioambiental das Empresas de Energia Elétrica*. Brasília: ANEEL, Dezembro/2006.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. *Relatório ANEEL 10 anos*. Brasília: ANEEL, 2008.

ANEEL. Agência Nacional de Energia Elétrica. *Atlas da Energia Elétrica do Brasil*. 3ª Edição. Brasília, 2008b.

ARAÚJO, Giovanni Moraes de. *Normas Regulamentadoras Comentadas: Legislação de Segurança e Saúde no Trabalho*. 4.ed. São Paulo: RT, 2003.

ASHLEY, Patrícia Almeida (coordenadora). *Ética e responsabilidade social nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSAF, N Alexandre. *A Dinâmica das Decisões Financeiras*. Caderno de Estudos FIPECAFI, v. 9, Julho/Dezembro 1997, p. 9-25.

BARBIERI, J. C. *Gestão ambiental empresarial*. São Paulo: Saraiva, 2004.

BEETS, S.; SOUTHER, Christopher C. Corporate Environmental Reports: The Need for Standards and an Environmental Assurance Service. *Accounting Horizons*, v.13, n.2, p.129 - 145, June 1999.

BELLEN, Hans Michael Van. *Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BORGER, Fernanda Gabriela. *Responsabilidade Social: Efeitos da Atuação social na Dinâmica Empresarial*. Tese de Doutorado. USP. São Paulo, 2001.

BORGER, F. G. ; João, Belmiro N ; GRIJÓ, R.N. . *Da Filantropia a Sustentabilidade*. In: João Eduardo Prudêncio Tinoco. (Org.). *Olhares da Sustentabilidade*. 1 ed. Santos: Editora Universitária leopoldianum, 2009.

BOVESPA. *Bolsa de Valores de São Paulo. Índice de sustentabilidade empresarial - ISE*. São Paulo, Bovespa 2009.

CAJAZEIRA, Jorge Emanuel Reis. *ISO 26.000*. In: IX ENGEMA Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente. Curitiba, 2007.

CALADO, L. Um olhar sobre os relatórios de sustentabilidade. *Valor Econômico*, São Paulo, p. D2 - D2, 05 set. 2008.

CAMARGO, Arilde Sutil G.; AGUDELO, Líbia Patrícia Peralta; CASAGRANDE, Eloy Fassi. Indicadores de sustentabilidade para geração de energia elétrica. *Revista Educação & Tecnologia*. 2003. Disponível em: www.ppgte.cefetpr.br/revista/vol8/artigos/rev08. Acesso em: 20/07/2009.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, São Paulo, v.24, n.2, p.30-50, 1990.

CAVALCANTI, M.; GOMES, E.; PEREIRA, A. *Gestão de empresas na sociedade do conhecimento*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CEMIG. Disponível em: www.cemig.com.br. Acesso em: 12/01/2010

CNI. Confederação Nacional da Indústria. *Normas ambientais ISO 14.000: como podem influenciar as empresas*. Rio de Janeiro: CNI/ DAMPI, 1995.

CPFL. Disponível em: www.cpfl.com.br. Acesso em: 10/10/2009.

CUNHA, Ícaro. Empresa, recursos comuns e estratégias de sustentabilidade: Operações da Petrobrás na Mata Atlântica em São Paulo. In: DE SORDI, José Osvaldo de; CUNHA, Ícaro Aronovich da. *Organização e gestão de negócios*. Santos: Leopoldianum, 2007.

DERANI, Cristiane. *Direito Ambiental Econômico*. São Paulo: Max Limonad, 2008.

DOW JONES SUSTAINABILITY. Disponível em: <http://www.sustainability-indexes.com/djsi_pdf/news/MonthlyUpdates/SAM_IndexesMonthly_CompleteReport.pdf>, acesso em 01/02/2010.

EGRI, C.P; PINFIELD, L.T. As organizações e a biosfera: ecologia e meio ambiente. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, D. *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2006.

ELETROPAULO. Disponível em: www.eletropaulo.com.br. Acesso em: 23/11/2009

GRAU, Eros Roberto. *A ordem econômica na Constituição de 1988*. 11ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

GRAU NETO, Werner. *O Protocolo de Quioto e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL: Uma Análise Crítica do Instituto*. São Paulo: Fiúza, 2006.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. Disponível em <<http://www.globalreporting.org>> Acesso em 15 ago. 2009.

HUSTED; B. W. Governance Choices for Corporate Social Responsibility: To Contribute, Collaborate or Internalize? *Long Range Planning*, v.36, n.5, October 2003, p. 481-498.

IFC. International Finance Corporation. Disponível em: <http://www.ifc.org/>. Acesso em: 20/08/2010.

INSTITUTO ETHOS. Disponível em: www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/indicadores/default.asp. Acesso em: 21/08/ 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo. Editora Atlas, 1985.

LITTLE, Paul. (Org.) *Políticas Ambientais no Brasil*. Análises, Instrumentos e Experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, IEB, 2003.

MC INTOSH, Malcom; LEIPZIEGER, Debora; COLEMAN, Gill; JONES, Keith L. *Cidadania Corporativa: estratégias bem sucedidas para empresas responsáveis*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENEGASSO, M. E. . Organizações e Serviço Social. *Revista Katalysis*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 107-114, 2002.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PEARCE II, J. A.; DOH, J. P. The high impact of collaborative social initiative. *MIT Sloan Management Review*, v. 46, n. 3, p. 30-39, 2005.

PINA, Fábio Augusto Luiz. *Risco soberano da dívida: componentes, efeitos e tendências*. Cadernos Fecomercio de economia, n.1, maio 2005.

PINTO, Luis Fernando da Silva. *Gestão-cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. The competitive advantage of corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, December, 2002.

RIBEIRO, H. - *5S a base para a qualidade total*. Salvador: Casa da Qualidade, 1994.

ROSA, Victor Hugo. *Energia elétrica renovável em pequenas comunidades no Brasil: em busca de um modelo sustentável*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007.

SACHS, I. *Estratégias de Transição para o Século XXI: Desenvolvimento e Meio Ambiente*. Studio Nobel. São Paulo: FUNDAP, 1993.

SACHS, Ignacy *Desenvolvimento includente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.

SANTANA, Naja Brandão. *Responsabilidade Socioambiental e valor da empresa: uma análise por envoltória de dados em empresas distribuidoras de energia elétrica*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

SAUERBRONN, Christiane. Pacto Global: Nações Unidas em parceria com a iniciativa privada. *Global Compact Leaders Summit*, Genebra, Suíça, 5-6 de julho de 2007.

SCHALTEGGER, Stefan; BURRIT, Roger. *Contemporary environmental accounting*. Issues, concepts and practice. Sheffield: Greenleaf Publishing Limited, 2000.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini. *ISO 14001 Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

SELLTIZ, Claire *et al.* *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2º ed. Porto Alegre: Globo, 1974.

SOLEDADE, M. G. M. et al. ISO 14000 e a Gestão Ambiental: uma reflexão das praticas ambientais corporativas. In: IX ENGEMA – Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, Curitiba, novembro, 2007.

SUSSKIND, L.; LEVY, P.; THOMAS-LARMER, J. Negotiating Environmental Agreements. *MIT – Harvard Public Disputes Program*. Washington: Island Press, 2000.

TACHIZAWA, Takeshy. MENDES, Gildásio. *Como fazer monografia na prática*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

TACHIZAWA, T. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. *Balanço Social – Uma Abordagem da Transparência e da Responsabilidade Pública das Organizações*. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. *Contabilidade e Gestão Ambiental*. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

TORRES, C.; MANSUR, C. *Balanço Social, dez anos: o desafio da transparência*. Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

TRIGUEIRO, André. *Meio Ambiente no século 21*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

YIN, Robert K. *Case study research: design and methods*. Newbury Park: Sage, 1990.